FUTEBOL ENTRE O FASCISMO E A DEMOCRACIA

O REFERENCIAL

9 DE SETEMBRO DE 1973

MONTE DO SOBRAL 50 ANOS DEPOIS

REVISTA DA ASSOCIAÇÃO 25 DE ABRIL
DIRECTOR: ANICETO AFONSO | N.º 150 | JULHO – SETEMBRO 2023

A fazer o ciclo da Água
A garantir o ciclo da Vida

EPAL
Grupo Águas de Portugal

4 EDITORIAL
Porque interferem os militares na esfera política, Aniceto Afonso | **4**

12 A CONSPIRAÇÃO | 50 ANOS
Uma romagem de saudade e de combate, José Armando Lopes e Licínio Lima | **12**
O que fez nascer o dia inicial, inteiro e limpo, Vasco Lourenço | **18**
Os "páras" no Monte do Sobral, Armando Pereira | **26**
Uma explicação sobre o Monte do Sobral, Ricardo Celestino Garcia Ribeiro Leitão | **28**

34 ABRIL E OS JOVENS
Atravessar as pontes para Abril, Fátima Lopes Cardoso | **34**
Em nome de uma vida melhor, Leonor Maltez e Tomás Duarte | **37**
Herdeiros da liberdade, Gabriel Miraldo | **46**

54 CARTAS AOS NETOS
Os netos a pensar Abril, Jorge Golias | **54**
Inchada de orgulho, Alice Guerreiro Queiroz Barbosa | **55**
O dia da liberdade, Manuel Martins Guerreiro | **58**

60 ABRIL – CULTURA E LIBERDADE
O meu cruzamento com Eduardo Lourenço , Jorge Golias | **58**

66 ABRIL – ARTE E POESIA
Histórias do tempo da outra senhora, José Fanha | **66**
Uma fotomontagem, Grito de Liberdade | **68**

70 ABRIL – JANELAS SOBRE O MUNDO
Kosovo uma ferida difícil de sarar, Carlos Branco | **70**

76 ABRIL – UM MUNDO NOVO
Academia como um pilar da autonomia europeia, Armando J. Garcia Pires | **76**

84 ABRIL – DESPORTO EM LIBERDADE
Maldito futebol clube, Francisco Pinheiro | **84**

90 ABRIL – HISTÓRIA E MEMÓRIAS
O Journal de Genève e o 25 de Abril, Reto Monico | **90**
Regresso a Beirolas em tempo de PREC, Manuel Martins Lopes | **94**

102 HOMENAGENS
Rui Costa Ferreira (1936-2023): Sempre fiel aos valores de Abril, Vasco Lourenço | **102**
Longa vida a Alfeu Forte, Vasco Lourenço | **103**

104 ABRIL | 49 ANOS
Entrega do programa do MFA no Jornal República, Martins Guerreiro | **104**
Actividades do Grupo da Linha da Associação 25 de Abril | **108**

112 BOLETIM
Referencial em edição especial apresentado na A25A | **112**
"As Forças Armadas portuguesas e o Estado" | **114**
Boémia evoca 50 anos de Abril | **115**
Depois de 25 de Novembro | **116**
Concurso História Militar e Juventude 2024 | **117**

PORQUE INTERFEREM OS MILITARES NA ESFERA POLÍTICA

Neste período de comemorações dos 50 anos da conspiração dos capitães, devemos recordar as razões, os objetivos e as circunstâncias que levaram um determinado grupo de oficiais dos quadros permanentes a decidirem intervir na esfera política.

Ao interrogar-se sobre as causas que levam os militares a intervir na política, a Sociologia agrupa as respostas em dois extremos relativamente opostos. Uma primeira explicação privilegiaria a causalidade externa, relacionando-a com a sociedade englobante, e considerando como razão daquela intromissão a debilidade política e institucional da sociedade ou, em outras versões, o seu baixo nível de cultura política. Uma segunda explicação preferiria a causalidade interna, ou seja, a que deriva das variáveis organizativas específicas da Força Armada. Este posicionamento situaria nas características estruturais da instituição militar as razões da sua propensão para a intervenção política.

Mas, sendo os factos sociais realidades complexas é sempre arriscado considerar relações monocausais. Portanto, sendo verdade iniludível requererem-se certas condições sociais para se produzir uma intervenção militar, não é menos certo que só os militares têm essa capacidade, visto contarem com um conjunto de recursos materiais (os sistemas de armas e de homens que as manejam) e de dispositivos psicossociais (os valores e atitudes derivados da sua específica socialização interna) que facilitam tal propensão, ou que fomentam, inclusive, essa disposição.

Para o historiador, os depoimentos, os textos, as memórias, as "justificações" dos intervenientes na ação social, os seus sinais, as suas marcas, os seus objetos, os seus instrumentos, numa palavra, os documentos históricos, são

ANICETO AFONSO

a essência da própria História. Trata-se, bem certo, de proceder à sua procura, à sua recolha, mas também à sua interpretação, à sua confrontação, à sua comparação, numa contínua e interminável investigação, tendo como finalidade estabelecer os factos, reconhecer as tramas, desvendar as relações, compreender as atitudes, procurar as razões, e enfim, contar o "romance verdadeiro", de acordo com uma determinada perspetiva. E com a obra terminada, o historiador reconhecerá, com humildade, ser necessário recomeçar, voltar ao princípio, refazer a obra, descobrir outros caminhos, rescrever o "romance".

Mas, refazer o ambiente e compreender inteiramente os condicionalismos são tarefas delicadas para quem tenta um "regresso", sem poder despir as roupagens deste nosso tempo.

Se todos os tempos históricos são complexos, as épocas de rutura são-no ainda mais. Por isso, se desejamos analisar apenas uma parte de uma dessas épocas, devemos ter a consciência de que as partes, em História, nunca estão isoladas, antes interferem e são interferidas por todas as outras partes. Ou seja, devemos reconhecer que a História só se compreende na sua globalidade, pelo que devemos admitir e ter em conta, a natureza parcial da nossa tentativa.

O que desejo dizer é que estes princípios se aplicam ao percurso dos capitães, assim como ao 25 de Abril de 1974, incluindo as suas causas e os novos tempos a que deu origem.

E não esqueço que os estudos parciais são a base do estudo da História, sem os quais nunca será possível chegar ao texto síntese, último ato da investigação histórica, em cada patamar.

OBRA DE UNS TANTOS...

Após o 25 de Abril, os participantes no movimento dos capitães sabiam bem que o

movimento era obra de uns tantos, e não de todos, nem sequer de muitos. A sua lógica construiu-se em bases bem determinadas, mas nem sempre coincidentes. É certo que não ignoravam a oposição ao regime, pois a história lhes ensinava que ao longo da ditadura muitas vozes de militares e de civis se tinham levantado, sempre prontamente dominadas pela acção dos defensores do regime. Mas, o que os uniu, a um certo número de militares do Exército, foi a oposição à guerra, ou à forma de fazer aquela guerra, ou ao desprestígio das Forças Armadas (a que pertenciam) por causa daquela guerra e por se sentirem acusados de sustentar o regime. Tudo começou com pequenos ou muito pequenos núcleos de oficiais que se atreveram (porque a necessidade era premente) a falar sobre a guerra e sobre o regime a propósito da guerra.

Nesses pequenos núcleos gerou-se uma dinâmica própria de aproximação e conquista de outros e outros oficiais, sem que a mancha fosse larga de mais. Era necessário ter capacidade para questionar as soluções do regime, se não na sua política interna, ao menos, e no mínimo, na sua política colonial. Assim progrediram as adesões em torno da guerra, em torno das Forças Armadas, em torno de algum questionamento do regime.

Mas, o que fica sempre de pé é a natureza do movimento que surge e se amplia. As questões corporativas são de facto habilmente aproveitadas, mas elas integram, por inteiro, a panóplia das justificações de base do movimento. Do que não podem restar dúvidas é do conceito que sustenta a emergência de um movimento autónomo dentro do Exército. O movimento dos capitães nunca se confundiu com o Exército, que sabia muito bem não representar. Também o MFA, continuador abrangente do movimento dos capitães, se afirmou contra as Forças Armadas, transportador de ideias diferentes, gerador de um programa político de transição para uma sociedade democrática. Estes conceitos geraram-se no interior do movimento dos capitães, à parte e mesmo em oposição ao pensamento das Forças Armadas.

As Forças Armadas são uma organização complexa, que nos regimes ditatoriais se constitui como um dos seus suportes essenciais. Pode acontecer que as Forças Armadas, como instituição, se disponham a derrubar um regime. Mas não foi isso que aconteceu no derrube do Estado Novo. Con-

OS ESTUDOS PARCIAIS SÃO A BASE DO ESTUDO DA HISTÓRIA, SEM OS QUAIS NUNCA SERÁ POSSÍVEL CHEGAR AO TEXTO SÍNTESE, ÚLTIMO ATO DA INVESTIGAÇÃO HISTÓRICA, EM CADA PATAMAR

fundir o movimento dos capitães/MFA com as Forças Armadas, é um erro evidente.

ESPÍRITO DO MFA

Contudo, depois do 25 de Abril, conquistado o poder, gerou-se naturalmente um movimento de integração das Forças Armadas (de todos os seus membros e das suas estruturas) na nova realidade, em especial no sentido democrático da mudança, ou seja, no espírito do MFA.

Como seria natural, as resistências a este conceito foram múltiplas e extensas. Podemos dizer que de ambos os lados. Os militares participantes no movimento temiam a força de uma organização comprometida e conservadora, julgavam que seriam facilmente absorvidos pela estrutura institucional e rapidamente o sentido democrático (e até revolucionário) do seu projecto viria a ser inteiramente esquecido e porventura revertido. Enquanto isso, muitos dos militares não participantes do movimento viam nos elementos participantes pessoas que dificilmente as Forças Armadas (mesmo as novas Forças Armadas) conseguiriam integrar. Achavam que eles seriam sempre elementos desestabilizadores, sem cultura castrense, sem a noção da disciplina que os militares têm de assumir, sejam quais forem os contornos da instituição militar.

Geraram-se, assim, uns imensos mal-entendidos. Por um lado, muitos militares que nunca apoiaram o movimento, que sempre evitaram qualquer compromisso antes do 25 de Abril, procuraram recuperar o estatuto de participantes, de integrados no novo espírito revolucionário, alguns até ultrapassando em muito as directrizes essenciais que deram forma ao projecto do MFA. Estes apostavam na vitória da revolução, que trituraria todos aqueles que não estivessem na frente. Mas, por outro lado, também muitos outros, incluindo alguns dos que eram participantes ativos no movimento, acharam que se iam ultrapassando todos os limites que o projecto comportava e que não fazia sentido acompanhar uma cavalgada que perdera o sentido do razoável. Eles apostaram que o processo se encarregaria de estabilizar ou mesmo reverter os excessos iniciais e que as Forças Armadas regressariam ao que sempre teriam de ser – um corpo estável, ao serviço do novo regime.

No meio ficou um núcleo de militares conscientes das novas realidades e defensor do

NESTE PERÍODO DE COMEMORAÇÕES DOS 50 ANOS DA CONSPIRAÇÃO DOS CAPITÃES, DEVEMOS RECORDAR AS RAZÕES, OS OBJETIVOS E AS CIRCUNSTÂNCIAS QUE LEVARAM UM DETERMINADO GRUPO DE OFICIAIS DOS QUADROS PERMANENTES A DECIDIREM INTERVIR NA ESFERA POLÍTICA.

projecto inicial do MFA e dos seus limites, assim como do cumprimento das promessas incluídas no programa apresentado e aplaudido pela sociedade. Em face dos conflitos que se geraram, das disputas de facções que se foram ajustando a projectos políticos distintos, da força que as facções foram exibindo, das novas dinâmicas que a sociedade assumiu e expressou, o processo avançou numa bissectriz oscilante, até que as suas ondulações se passaram a guiar por regras maioritariamente aceites pela sociedade.

NOVOS VALORES

Quando o período de grande dinâmica se foi findando, emergiu uma sociedade com novos valores, prezando a liberdade e a democracia, e deixando ao povo (ao conjunto de todas as pessoas) a responsabilidade de construir e defender uma sociedade democrática.

Os militares tiveram destinos múltiplos, mas muitos dos participantes no movimento inicial não regressaram às Forças Armadas. Outros integraram-se sem grande dificuldade e outros nunca deixaram o seu lugar. Houve muitos que foram rejeitados, de uma maneira ou de outra, pelas Forças Armadas, alguns vítimas da sua conduta, a maior parte dos outros vítimas de vários ajustes de contas e de julgamentos sumários.

O que agora comemoramos é esse percurso irreversível, em que um alargado número de militares dos quadros médios do Exército, depois secundados por outros oficiais da Marinha e da Força Aérea, compreendeu que, perante as condições concretas da situação de Portugal, devia intervir na esfera política, derrubando a ditadura, dando uma solução à guerra e apresentando um compromisso democrático através de um programa político. Esse percurso, efetuado em menos de um ano, constituiu-se como o tempo de construção de uma nova modalidade de intervenção dos militares na política, pelo seu sentido libertador e democrático.

O período da conspiração que preparou a ação militar do 25 de Abril de 1974, constitui a chave para compreendermos as mudanças e o percurso que a sociedade portuguesa viveu e a importância dos militares na transição para um regime de plena democracia.

O espírito do MFA, que continua a acompanhar-nos, é ainda a base da nossa visão destes tempos conturbados. A Associação 25 de Abril (A25A), como herdeira do espírito democrático e revolucionário da intervenção dos militares, continuará a guiar-se pelos seus fins estatutários e não deixará de lutar pela dignidade, prestígio e integridade das comemorações dos 50 anos da Revolução dos Cravos.

O REFERENCIAL 150

Neste número d'*O Referencial* devemos destacar algumas colaborações habituais, que vão ao encontro do nosso projeto de realçar os valores que nos fizeram agir.

As comemorações dos 50 anos da reunião de Alcáçovas levadas a efeito no mesmo local, no passado dia 9 de setembro, representam um ponto alto do percurso dos capitães. A nossa reportagem leva-nos ao local e ao programa

Direitos reservados

do evento, acompanhada pelas palavras do coronel Vasco Lourenço, presidente da Direção da A25A, assim como do extrato de uma memória de Ricardo Leitão, familiar de Dinis de Almeida, que na época providenciou o local da reunião. A exemplar participação dos paraquedistas na comemoração é relembrada pelo nosso sócio Armando Pereira, que também foi o coordenador do lançamento. Por sua vez, o nosso coordenador Jorge Golias relembra o documento de Bissau, o primeiro que foi assinado coletivamente pelo nascente Movimento dos Capitães. A todos os que participaram e agora nos dão testemunho, o nosso muito obrigado.

A nossa coordenadora Fátima Lopes Cardoso apresenta-nos mais dois trabalhos dos seus alunos da Escola Superior de Comunicação Social do IPL, com uma mensagem esclarecedora sobre este intercâmbio com *O Referencial* – "Ir ao encontro das memórias de quem, de formas diferentes, contribuiu para derrubar a ditadura e entrou em Abril com o sabor de que todos os sacrifícios valeram a pena tem sido um dos caminhos dos futuros jornalistas da rubrica Abril e os Jovens".

Como habitualmente, publicamos mais dois trabalhos destes alunos, o primeiro dos alunos Leonor Maltez e Tomás Duarte, baseado em entrevistas com dois alpiarcenses que viveram durante os anos do Estado Novo e recordam esse tempo e o que mudou depois do 25 de

Abril. O segundo trabalho, da autoria do aluno Gabriel Miraldo, traz-nos notícias das gerações posteriores ao 25 de Abril e da forma como encaram a herança de Liberdade que receberam do 25 de Abril, não deixando de evidenciar os perigos de tomar a liberdade como garantida. Deixamos aqui a nossa gratidão a todos os participantes.

Na secção das "Cartas aos netos de Abril", coordenada por Jorge Golias, temos desta vez um texto do nosso sócio e anterior diretor d'*O Referencial* Manuel Martins Guerreiro, que refere, a propósito do 25 de Abril: "A metralha de Abril não foram as balas, foram os cravos e as ideias generosas, a liberdade e a fraternidade". A sua neta, Alice Barbosa, responde, assumindo-se como uma militante da Liberdade, "que o melhor seria começar a cultivar o significado deste acontecimento histórico, aprofundando-o nas escolas, desde cedo e com regularidade". É também o nosso sentimento.

O texto seguinte celebra Eduardo Lourenço, a propósito do centenário do seu nascimento. Aproveitando a memória de um seu encontro com o consagrado filósofo e autor, que escreveu "Os Militares e o Poder", Jorge Golias conta-nos o que disseram nesse encontro e recorda-nos uma das ideias mais certeiras de Eduardo Lourenço sobre os portugueses: "Estamos eternamente no século XVI, estamos eternamente navegando para a Índia".

Na secção de "Arte e Poesia", José Fanha continua a contar-nos "Histórias do tempo da outra senhora", focando-se desta vez na sua mãe, nascida no tempo da República e convivendo na idade adulta com um tempo sombrio em toda a Europa, ou seja com "o tempo do medo, um tempo negro em que se erguia uma Europa de fascismos, de crimes e destruição". Completa-se a secção com um poema escrito na parede, um grito de liberdade, recolhido pelo nosso sócio Jorge Golias. Expresso a ambos o nosso reconhecimento.

É a vez do nosso coordenador Carlos Branco se debruçar sobre uma das questões por solucionar no seio da Europa – a questão do Kosovo. Lançando um olhar abrangente pela história recente da região, acaba por nos alertar para o facto de que "a ferida kosovar continuará a sangrar não sabemos até quando". Por seu lado, o coordenador da secção "Um Mundo Novo", Armando Pires, traz-nos mais um alerta sobre "A Academia como um pilar da autonomia europeia", relembrando-nos que, "se a Europa quiser continuar a ter algum relevo no mundo, terá de ter universidades fortes, respeitadas e conceituadas". O panorama que nos descreve em relação à Academia na Europa exige uma redobrada atenção de todos os intervenientes, a fim de se vir a criar uma ciência europeia mais competitiva e de qualidade. Muito obrigado a ambos.

Voltamos neste número à secção "Desporto em Liberdade", da responsabilidade do nosso coordenador Armando Martins Morim, desta vez com um texto de Francisco Pinheiro, investigador do CEIS20, intitulado "Maldito Futebol Clube". O autor recorda-nos como "o futebol

foi acusado de alienar as massas durante o fascismo português", sendo que ainda hoje é um tema controverso. Deixamos aqui o nosso aplauso.

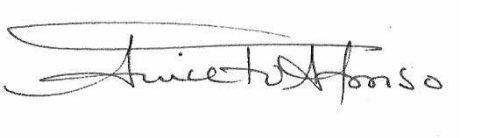
MEMÓRIAS DA HISTÓRIA

Finalmente, na secção de "História e Memórias", publicamos uma nova colaboração de Reto Monico, que nos transmite a forma como o jornal suíço *Journal de Genève* viu o 25 de Abril de 1974, procurando explicar as razões e as perspetivas do acontecimento, embora a análise, como nos diz o autor, revele "as dificuldades de comentar a quente esta viragem na história lusa". Também o nosso sócio Manuel Martins Lopes nos traz a sua memória dos acontecimentos que viveu em 1975, em torno do Depósito Geral de Material de Guerra, com o texto "Regresso a Beirolas, em tempo de PREC", sintetizando não só a cronologia dos acontecimentos, mas também analisando o processo judicial que foi depois constituído. Expressamos a estes dois colaboradores o nosso caloroso agradecimento.

Voltamos ainda às comemorações do 49.º aniversário do 25 de Abril para incluirmos o relatório do Grupo da Linha da A25A sobre as suas atividades no 1.º semestre de 2023, assim como um texto de Martins Guerreiro referentes aos "Lugares de Abril", em Lisboa, e a propósito da entrega do inicial Programa do MFA no jornal *República*, no dia 25 de Abril de 1974. Ficamos muito gratos pelo vosso contributo.

Do Boletim da A25A realçamos a apresentação d'*O Referencial* 149, no dia 6 de setembro, que constituiu uma oportunidade de juntar muitos dos capitães de Abril que colaboraram no dossiê sobre "A Conspiração". Bem hajam! O que nós gostaríamos era de dar voz a muitos outros membros do movimento conspirador, através da sua memória desse tempo de luta, de dúvidas e expectativas e de coragem e determinação. Aqui vos deixo o apelo – descrevam-nos a vossa lembrança e deixem o resto connosco.

Enquanto as forças nos acompanharem, continuaremos a invocar o 25 de Abril como o dia que nos fez cidadãos, o dia que devolveu a todos os portugueses o direito de escolherem o seu caminho em Liberdade. É o dever d'*O Referencial*.



Direitos reservados

Maioria dos participantes viajou de comboio até Alcáçovas para participar nas comemorações

UMA ROMAGEM DE SAUDADE E DE COMBATE

Presidente da República, primeiro-ministro, vários ministros, máximos representantes da Forças Armadas marcaram presença em Alcáçovas, no dia 9 de setembro, para comemorarem, em conjunto com a Associação 25 de Abril, o 50.º aniversário da Conspiração, o acontecimento que apontou o caminho da Revolução do 25 de Abril

JOSÉ ARMANDO LOPES E LICÍNIO LIMA*

DESTA VEZ NÃO FORAM necessárias manobras de diversão para ludibriar agentes da PIDE e outros seguidores indesejáveis. Também não foi preciso fazer croquis para chegar ao Monte do Sobral, em Alcáçovas, no concelho de Viana do Alentejo. Cinquenta anos depois do encontro clandestino que veio a dar origem ao Movimento dos Capitães e que conduziu à operação *Viragem Histórica* e ao derrube de uma ditadura de 48 anos, o percurso foi feito

Direitos reservados

Os cerca de 300 participantes naquele evento tiveram a oportunidade de presenciar a atuação do Grupo Coral dos Trabalhadores de Alcáçovas

num comboio especial da CP, em carruagens que foram palco de reencontros e abraços, em ambiente de festa e de convívio, numa viagem que serviu para recordar aquele dia 9 de Setembro de 1973, mas também para falar das coisas mais banais da vida de homens e mulheres, hoje pais e avós, num país que vive em liberdade e em democracia, graças à inteligência e à coragem daqueles jovens militares de então, que ousaram desafiar o poder na madrugada irrepetível de 25 de Abril de 1974.

As cerca de pouco mais de duas horas, entre Lisboa e Alcáçovas, foram também aproveitadas pelos repórteres em serviço – a maioria deles nascidos já depois do fim do regime colonial-fascista – que aproveitaram para registar recordações e opiniões de protagonistas da história recente do nosso País. Entre os mais solicitados estiveram o coronel Vasco Lourenço, presidente da Associação 25 de Abril (A25A), e a presidente da Comissão das Comemorações dos 50 anos do 25 de Abril, Maria Inácia Rezola.

Chegados a Alcáçovas, pelas 10h00, receberam o desejo de boas-vindas dos presidentes da Junta de Freguesia de Alcáçovas, Frederico Nunes de Carvalho, e da Câmara de Viana do Alentejo, Luís Miguel Duarte, tendo o percurso entre a estação e o Monte Sobral sido feito com escolta da GNR

e de uma Chaimite, com as bandeiras nacional, do MFA e da A25A. Já no local das cerimónias, a comitiva foi recebida pelos proprietários da agora unidade hoteleira do Monte do Sobral, Annick Chef e David Achard, seu marido.

Aos poucos, conforme o protocolo oficial, foram depois chegando ao local as altas individualidades representativas do Estado português: o Presidente da República, Marcelo Rebelo de Sousa, o primeiro-ministro, António Costa, a ministra da Defesa, Helena Carreiras, o ministro da Cultura, Pedro Adão e Silva, bem como o Chefe do Estado-Maior General das Forças Armadas, José Nunes da Fonseca, e os representantes do Chefe do Estado-Maior do Exército e do Estado-Maior da Força Aérea, além de outras autoridades e individualidades locais. As saudações de boas-vindas estiveram a cargo dos presidentes da A25A e da Comissão das Comemorações dos 50 anos do 25 de Abril. De destacar o abraço de António Costa a Vasco Lourenço, que agradeceu ao primeiro-ministro a disponibilidade para ali estar. E o chefe do governo respondeu: "Eu é que agradeço o facto de você ter cá estado há 50 anos...".

Por volta das 13h00, realizou-se o gesto solene que marcou aquele evento comemorativo dos 50 anos da Conspiração: o Chefe do Estado e o chefe do governo descerraram um painel alusivo ao acontecimento histórico – uma imagem criada por Henrique Cayate, em azulejo, com uma legenda sobre espigas de trigo que diz: "Alcáçovas – 136 Capitães aqui iniciaram, há 50 anos, o caminho para a liberdade. 09.09.2023. Associação 25 de Abril".

O painel ficou embutido na parede do principal edifício do Monte do Sobral, junto de outros símbolos alusivos à Conspiração, colocados em iniciativas comemorativas anteriores. Em seguida, apesar de algumas nuvens ainda ameaçarem chuva, depois de alguma que caiu ao início da manhã, os céus sobre o monte coloriram-se com o lançamento de 18 paraquedistas – três militares dos Falcões Negros/Exército Português e 15 civis – representando associações de várias regiões do País. Todos os olhares se voltaram para o horizonte, vendo cair, num terreno adjacente, devidamente preparado para o efeito, um grupo de paraquedistas, com idades compreendidas entre os 25 e os 72 anos, que se dispôs a honrar aquele momento histórico.

As emoções iriam prosseguir de uma forma mais terrena, mas não menos elevada, ao som do cante alentejano. Os cerca de 300 participantes naquele evento tiveram a oportunidade de presenciar a atuação do Grupo Coral dos Trabalhadores de Alcáçovas, que entoou *Grândola, Vila Morena*, senha e símbolo do 25 de Abril. Outras músicas foram ali apresentadas, uma das quais composta de propósito para aquele dia, encantando o Presidente da República e o primeiro-ministro, que ficaram depois, durante largos minutos, a conversar com todos aqueles cantadores da alma alentejana.

DA REVOLUÇÃO À POLÍTICA

O cante alentejano foi o mote para o almoço que se seguiu, com a participação de mais de 200 convidados na sala principal. De entrada ouviram-se alguns discursos, os de boas-vindas,

protagonizados pelos autarcas locais, e também os proferidos pelos organizadores e pelo Presidente da República.
A presidente da Comissão das Comemorações do 25 de Abril, Maria Inácia Rezola, salientou que o 9 de setembro de 1973 foi um "marco importantíssimo" no percurso para a ação que libertou o povo português de uma ditadura de quase meio século. Segundo a historiadora, a reunião do Monte do Sobral representa uma "peça central neste processo".
"Estes jovens capitães que estavam em guerra viram-se ultrapassados nas suas carreiras por um decreto que o regime publicou. Portanto, se foi uma questão corporativa que os trouxe até aqui pela primeira vez, a verdade é que esse movimento vai progredir, politizar-se e colocar como bandeiras o fim da guerra e a instauração da democracia", recordou.

FAÇAMOS TUDO PARA QUE ESTAS COMEMORAÇÕES RESULTEM NUM NOVO ABRIL, NUMA JORNADA DE AFIRMAÇÃO E DE DIGNIFICAÇÃO DE PORTUGAL E DAS NOSSAS INSTITUIÇÕES DEMOCRÁTICAS

PALAVRAS DO PR

"O 25 de Abril é uma data fundamental da história de Portugal e já ninguém discute a sua importância histórica", salientou o Presidente da República, num discurso que deixou a sensação de que pretendeu também responder ao presidente da A25A, coronel Vasco Lourenço, que antes pedira que aquele encontro não representasse apenas "folclore".
Sobre o 25 de Abril, os seus ideais e o seu significado, bem como sobre o papel das forças armadas, Marcelo Rebelo de Sousa disse que "vale sempre a pena refletir sobre este encontro, que o mesmo é dizer sobre o 25 Abril", mas recusou receber lições de que "a liberdade e o 25 de Abril não valeram a pena e que não marcaram a diferença em relação ao passado", alegando ter sido um "privilegiado", por ter "testemunhado por dentro como era o regime anterior". Mas insistiu na ideia de que esta data tem várias leituras, pretendendo contrariar a ideia de que o 25 de Abril é da esquerda. "O 25 de Abril é de todos, mesmo daqueles que na ocasião estavam contra e sobreviveram ao 25 de Abril, mesmo daqueles que hoje são contra ou pensam que são contra. É de todos, como o são a restauração da independência ou a República", disse Marcelo, confessando-se "muito feliz pelo facto de aqui estarmos um primeiro-ministro e um governo de esquerda com um presidente de direita", o que, no seu entender, "significa que o 25 de Abril, tendo nascido à esquerda, é da esquerda e da direita portuguesas". Leituras à parte, o Presidente da República soube reconhecer o papel histórico e

Direitos reservados

Annick Chef, do lado direito da foto, proprietária do Monte do Sobral, em Alcáçovas, recebeu as altas figuras do Estado na comemoração dos 50 anos da Conspiração

libertador dos militares de Abril. "Sem o vosso gesto, a passagem do poder revolucionário não teria passado para o poder político legitimado pelo voto".

O Chefe do Estado disse também que o 25 de Abril "nunca está acabado", desde logo, porque o "mundo mudou". Reconheceu que a ação dos militares de Abril edificou o que era fundamental para o País, a democracia, mas lembrou também que "não há democracias perfeitas". Portugal foi apontado como exemplo. "Uma democracia que é construída todos os dias, todas as semanas, todos os meses. Uma democracia que exige a unidade e a independência de Portugal, a integridade territorial, a visão exacta de onde estão as nossas fronteiras. Tudo isto é uma riqueza da democracia, como o é a estabilidade política. Olhem à volta e vejam os sistemas políticos e partidários, económicos e sociais, o que mudaram e como se fragilizaram ao longo do tempo e comparem com Portugal", disse, salientando que o País é um "exemplo de estabilidade política e institucional".

LIBERTADORES IMPROVÁVEIS

Figura de proa do Movimento dos Capitães e do MFA, o coronel Vasco Lourenço recordou o encontro que fez nascer "o dia inicial inteiro e limpo", salientando, no entanto, que ele "não caiu do céu, aos trambolhões". Foi, disse ele, "o culminar de reações diversas que os oficiais do exército desencadearam em todo o território nacional – metrópole, Ilhas adjacentes e colónias". Foi ainda, acrescentou, "uma caminhada longa, feita de forma acelerada, num curto espaço de tempo e com um final extraordinário e feliz".

E explicou: "Assumida a convicção de que, como militares, tínhamos de servir a população em geral, isto é, a Nação, e não uma qualquer clique minoritária, de que só assim recuperaríamos o prestígio das Forças Armadas, que humanamente todos ambicionávamos, fácil foi concluir que isso só seria alcançável se deixássemos de ser o suporte de uma ditadura, déssemos nesta um piparote final e, libertando a Liberdade, fazendo a Paz e construindo a Democracia, entregássemos o Poder aos portugueses democraticamente organizados". E, com isto, Portugal "saiu do isolamento e da apagada e vil tristeza em que vivia e tornou-se referência internacional". E os portugueses, vivendo dentro e fora do País, recuperaram o "orgulho de ser português".

RECADOS PARA O PODER POLÍTICO

Mas – lembrou também – "como Memória é responsabilidade, impõe-se aproveitar estas comemorações para criar instrumentos que mostrem às gerações futuras que, em 1974, se iniciou um processo de transformação do regime em Portugal, que deitou para o caixote do lixo da História um regime opressor, repressivo de ditadura, beligerante e fortemente injusto para a maioria da população. E que gerou um outro regime, mais livre, mais democrático, mais justo, mais solidário e em paz".

E, dada a presença das mais altas figuras políticas e militares, o coronel Vasco Lourenço aproveitou para enviar mais alguns recados e apresentar algumas sugestões. Desde logo, "promover o regresso dos restos mortais dos militares que, em consequência da guerra colonial aí perderam a vida e ficaram sepultados em África". No seu entender, "é da maior justiça que o Estado que os mandou para a guerra providencie o seu regresso à terra que os viu nascer".

E, depois, um apelo: "Façamos tudo para que estas comemorações resultem num novo Abril, numa jornada de afirmação e de dignificação de Portugal e das nossas instituições democráticas." Para que seja este um lugar "onde os detentores do poder cumpram o dever de Servir e não o substituam pelo 'direito' de Se Servirem" (*ver nesta secção o discurso, na íntegra, do presidente da A25A*).

HONRAR OS QUE PARTIRAM

Trinta e oito dos 136 capitães e tenentes e alferes que participaram na reunião do Monte do Sobral já não estão entre os vivos, pelo que, a pedido do coronel Vasco Lourenço foi respeitado com muita emoção um minuto de silêncio honrando a memória de todos eles.

Terminado o almoço, já a tarde ia a meio, havia chegado a hora de regressar ao comboio que transportaria para Lisboa a maioria dos participantes. Já não houve tempo para inaugurar o parque infantil, em Alcáçovas, que iria receber o nome "Parque 9 de setembro de 1973". A iniciativa teve de ser reagendada para uma outra oportunidade, na esperança de que em liberdade, em democracia e em paz ali brinquem muitas crianças, honrando a memória dos que a partir da Conspiração viraram uma página da história de Portugal.

* Jornalistas

O QUE FEZ NASCER O DIA INICIAL INTEIRO E LIMPO

Direitos reservados

Ministros da Cultura e da Defesa, Pedro Adão e Silva e Helena Carreira, respetivamente, com Vasco Lourenço

Discurso do presidente da associação 25 de Abril proferido durante as comemorações do 50.º aniversário da Conspiração realizadas em Alcáçovas

VASCO LOURENÇO*

CAMARADAS DE ABRIL

PERMITAM-ME QUE COMECE por fazer simples, mas sentidos agradecimentos: a todos, por terem respondido ao nosso convite e nos presentearem com a vossa presença; aos autarcas, por nos receberem nesta terra alentejana, com lugar na História de Portugal, pelo motivo do que aqui se passou há precisamente 50 anos; aos proprietários deste Monte do Sobral, Annick Chef e seu marido David Achard, pela hospitalidade com que, mais uma vez, nos recebem.

Evocamos hoje o encontro que, há precisamente 50 anos, aqui tivemos para decidir sobre a melhor maneira de, enquanto militares e detentores da força, podermos discutir os problemas que então perturbavam o Exército, as Forças Armadas e a sociedade portuguesa. Preocupava-nos em especial a guerra de África e as medidas que atingiam fortemente a carreira e a dignidade dos Oficiais do Quadro Permanente, oriundos da Academia Militar, que, ao longo de 13 anos, continuavam a bater-se em vão, em sucessivas comissões, numa guerra sem fim à vista.

Aqui estivemos, num celeiro cheio de fardos de palha cedido pelo Celestino Garcia, que aqui evoco com um sentimento de gratidão e reconhecimento, que nos serviram de assento: 136 capitães, tenentes e alferes. Desses, 38 já partiram, pelo que peço que, em sua memória e homenagem, juntando a eles todos os demais Militares de Abril que já nos deixaram, nos remetamos por alguns momentos ao silêncio, para eles erguendo os nossos pensamentos, com um Até Sempre!

JOVENS

Éramos então jovens, mas com suficiente experiência da vida e da guerra, sonhávamos um país diferente, respeitado e ouvido entre os seus pares; éramos jovens suficientemente generosos e desapegados do poder, dispostos a correr todos os riscos, sem calculismos ou procura de vantagens.

Motivados por razões diversas – contrariamente ao que alguns continuam a afirmar – a melhor prova de que não eram apenas motivos de natureza corporativa esteve na presença aqui, neste encontro secreto, de um capitão que seria beneficiado se os decretos contestados tivessem entrado em vigor: um abraço especial ao José Luís Cardoso, hoje novamente aqui, desta vez acompanhado por familiares.

Aqui nos reunimos, aqui criámos um movimento, o Movimento dos Capitães, que se

organizaria e evoluiria no seu pensamento e na sua convicção e que, passados menos de oito meses, precisamente 227 dias depois, já como Movimento das Forças Armadas, o MFA, fez nascer "O dia inicial inteiro e limpo" celebrado por Sophia, Manuel Alegre, Ary e tantos outros notáveis poetas portugueses, mas também estrangeiros, de que destaco o Chico Buarque e o Moustaki.

Naturalmente, este nosso encontro não nasceu do nada, não "caiu do céu, aos trambolhões", foi o culminar de reações diversas que, em todo o território nacional – metrópole, ilhas adjacentes e colónias – os oficiais do Exército, desencadearam.

Nem todos tínhamos já consciência plena de que só os militares poderiam terminar com o flagelo de uma guerra sem sentido, desenvolvida há quase 13 anos em Angola, alastrada à Guiné e a Moçambique, respetivamente há 11 e há 10 anos, sem fim à vista. É certo que, se as Forças Armadas fazem a guerra, estas nunca são declaradas por elas, mas sim pelo poder político. Que tem o dever de, aproveitando o esforço dos militares, encontrar soluções políticas para resolver os motivos que o levaram à declaração da guerra. Sempre assim foi, sempre assim será! Apenas a derrota total, como aconteceu com Nagasaki e Hiroshima, dispensa uma solução política para as guerras! Lamentavelmente, há quem continue a não ter presente esse princípio...

Mas, em 1973, os responsáveis políticos e os seus serventuários militares mantinham-se cegos, continuando a loucura do ditador-mor que lançara o *slogan:* "Orgulhosamente sós". Tudo era agravado pela evidência de que, face a uma derrota anunciada, os mesmos responsáveis políticos ou os seus herdeiros se preparavam para repetir a vergonhosa postura de 1961/62, quando transformaram os militares em bodes expiatórios da queda de Goa, Damão e Diu.

E, aí, ouviram-se frequentes gritos de revolta dos jovens militares, não só do Exército, com o Movimento a estender-se rapidamente aos outros Ramos das Forças Armadas: "Bodes expiatórios, nunca mais!"

Foi uma caminhada longa, feita de forma acelerada, num curto espaço de tempo, e com um final extraordinário e feliz.

AQUI ESTIVEMOS, NUM CELEIRO CHEIO DE FARDOS DE PALHA CEDIDO PELO CELESTINO GARCIA, QUE AQUI EVOCO COM UM SENTIMENTO DE GRATIDÃO E RECONHECIMENTO

LIBERTANDO A LIBERDADE

Assumida a convicção de que, como militares, tínhamos de servir a população em geral, isto é, a Nação, e não uma qualquer clique minoritá-

ria, de que só assim recuperaríamos o prestígio das Forças Armadas, que humanamente todos ambicionávamos, fácil foi concluir que isso só seria alcançável, se deixássemos de ser o suporte da ditadura, déssemos nesta o piparote final e, libertando a liberdade, fazendo a paz e construindo a democracia, entregássemos o poder aos portugueses democraticamente organizados.

Fizemo-lo, aproveitando as condições propícias que a nossa participação na guerra criara, mas aproveitando igualmente a situação resultante da luta de tantas e tantos portugueses, das mais diversas origens: trabalhadores, estudantes, intelectuais, muitos deles pagando com a sua liberdade, e até com a vida, essa acção de luta por um país mais livre, justo e em paz.

Tivemos o saber suficiente e soubemos assumir a decisão para nos comprometermos, perante os portugueses e o mundo, com um programa político – o Programa do MFA – onde dizíamos ao que vínhamos e ao que nos comprometíamos.

Fomos os imprevistos e improváveis libertadores do povo português. Ninguém acreditava que os militares pudessem ser autores de um acto de libertação como foi o 25 de Abril. O 28 de Maio não estava esquecido, o 11 de Setembro de Pinochet era bem recente, pairava o receio de que Kaúlza de Arriaga conseguisse realizar o golpe que tentara em fins do ano de 1973, para reforçar a guerra, tentando arrastar para o seu lado precisamente aqueles capitães que, livres da tutela de um chefe, poucos meses depois, iriam surpreender tudo e todos.

AQUI NOS REUNIMOS, AQUI CRIÁMOS UM MOVIMENTO, O MOVIMENTO DOS CAPITÃES, QUE SE ORGANIZARIA E EVOLUIRIA NO SEU PENSAMENTO E NA SUA CONVICÇÃO

De repente, Portugal saiu do isolamento e da apagada e vil tristeza em que vivia e tornou-se referência internacional, com os portugueses, vivendo no País ou no estrangeiro, a recuperar o orgulho de ser português.

Naquele dia, além da libertação, da abertura de portas para a paz e da libertação dos povos colonizados, dando origem a uma nova etapa da nossa História, despertámos os melhores sentimentos e atitudes do povo que, espontaneamente e em todo o País, aderiu com imensa alegria e felicidade ao nosso 25 de Abril, transformando de imediato os acontecimentos num processo revolucionário de todos.

Processo revolucionário de grandes transformações sociais, às vezes à beira da utopia e mesmo da ruptura violenta.

Mas, enquanto MFA, não abandonámos a "criança" a que demos vida, nunca nos alheámos nem afastámos das lutas nascidas numa

revolução que cumpriu a máxima de Rosa Luxemburgo, fazendo-se "sem ensaio geral".
Tínhamos um compromisso com os portugueses e, por isso, tudo fizemos - incluindo lutas internas que também estiveram à beira da ruptura violenta – para o cumprir. Que se consumou quando em 2 de Abril de 1976 (menos de dois anos depois...) se aprovou, com esmagadora maioria dos eleitos nas eleições mais livres e mais participadas da História de Portugal, a Constituição da República.
Constituição que, sendo a maior das conquistas do 25 de Abril, tem sido o instrumento fundamental para garantir a democracia, contra acções espúrias de que esta tem sido alvo.
Constituição que, ameaçada da hipótese de mais uma revisão, esperamos não seja destruída nesse seu papel de garantia da existência de um regime de Abril.

FAÇAMOS TUDO PARA QUE ESTAS COMEMORAÇÕES RESULTEM NUM NOVO ABRIL, UMA JORNADA DE AFIRMAÇÃO E DIGNIFICAÇÃO DE PORTUGAL, DOS PORTUGUESES E DAS NOSSAS INSTITUIÇÕES DEMOCRÁTICAS

ASSOCIAÇÃO 25 DE ABRIL

Acção complementada e completada, quando, após um Período de Transição onde o MFA, através do Conselho da Revolução, foi o esteio da consolidação da democracia, se extinguiu por vontade própria, pondo fim à intervenção dos militares que haviam libertado o País, enquanto tais, na vida política.
Depois disso, assumimos a simples condição de cidadãos, exigindo, às vezes com alguma dificuldade, o estatuto de cidadão de corpo inteiro, com todos os deveres, mas também com todos os direitos, nomeadamente o da participação cívica.
É isso que fazemos, há quase 41 anos, através da Associação 25 de Abril.
Associação cujo mérito maior, o da defesa dos valores de Abril – Liberdade, Paz, Democracia, Justiça Social, Direitos Humanos – se alicerça na proeza de termos conseguido reunir e manter mais de 90% dos militares de Abril.
Não esquecendo que continua a haver coisas que nos dividem, mas valorizando apenas o que nos une, o essencial da defesa desses valores.
Por tudo isso, encaramos a evocação dos 50 anos do 25 de Abril, aceitando integrar-nos nas Comemorações Oficiais, imbuídos essencialmente de um sentimento prioritário: evocar os valores intemporais que nos moveram, para a concretização da epopeia histórica que protagonizámos, olhando essencialmente para o futuro.
Mas, como memória é responsabilidade, impõe-se aproveitar estas comemorações para criar instrumentos que mostrem às gerações

futuras que, em 1974, se iniciou um processo de transformação do regime em Portugal, que deitou para o caixote do lixo da História um regime opressor, repressivo, de ditadura, beligerante e fortemente injusto para a maioria da população. E que gerou um outro regime, mais livre, mais democrático, mais justo, mais solidário e em paz.

Que mostrem às gerações futuras o que aconteceu, como aconteceu, mas essencialmente porque é que aconteceu!

Como militares de Abril assumimos a honra e mesmo o orgulho de termos sido os principais protagonistas desse processo.

É por isso que propusemos algumas iniciativas concretas que atingirão esses objetivos: Centro Interpretativo do 25 de Abril; série documental sobre a Conspiração; grande exposição sobre o papel do MFA no 25 de Abril; abertura do Posto de Comando do MFA à população.

Como é evidente, outras iniciativas estão, e bem, a ser concretizadas.

A história do 25 de Abril, da sua génese e do seu desenvolvimento, não se resume, nem nós nunca o afirmámos, à acção do MFA.

Nada mais natural, portando, que outros eventos se organizem.

E, além de outras iniciativas em curso ou previstas, por que não aproveitar para aumentar o esforço que sabemos já estar a ser desenvolvido, nomeadamente pela Liga dos Combatentes, para promover o regresso a Portugal dos restos mortais dos militares que, em consequência da guerra colonial, aí perderam a vida e ficaram sepultados em África? É da maior justiça que o Estado que os mandou para a guerra, providencie o seu regresso à terra que os viu nascer.

Resumindo, nós os militares de Abril, assumidos herdeiros do MFA, que continua a ser, acima de tudo, um estado de espírito, exigimos (há quanto tempo não proferia este termo?) que algo fique destas comemorações. O foguetório e o folclore, como até pode ser encarada esta iniciativa que hoje aqui estamos a protagonizar, não pode ser o essencial das comemorações.

Façamos tudo, para que estas comemorações resultem num novo Abril, uma jornada de afirmação e dignificação de Portugal, dos portugueses e das nossas instituições democráticas. Onde os detentores do poder cumpram o dever de servir e não o substituam pelo "direito" de se servirem! Postura onde consideramos, também aqui, ter inteira autoridade moral, face ao procedimento da generalidade dos militares de Abril, sempre que foram solicitados para servirem o Estado.

Comemorações que, confesso, gostaríamos eu e os meus camaradas de Abril, de viver em melhores condições.

QUE COMEMORAÇÕES?

Confesso que me interrogo muitas vezes sobre "que 25 de Abril vamos comemorar"?

Portugal está a atravessar momentos que parecem ter todas as condições para uma estabilidade democrática, mas que nos surpreende todos os dias com exemplos que teimam em dizer-nos o contrário.

A democracia continua a praticar-se, mas às

vezes, mais do que o desejável, os diferentes órgãos de soberania parecem atropelar-se uns aos outros. Assim criando espaço para que os saudosos do regime derrotado em 1974 possam pensar que chegou a hora deles, para o revanchismo.

Pior que isso, Portugal, está a caminhar para se envolver numa guerra, cujos interesses me parece não nos dizerem directamente respeito.

Confesso ter saudades dos tempos em que, assumindo a nossa pequenez no mundo dos poderosos, fizemos ouvir a nossa voz na Conferência de Helsínquia, em Julho/Agosto de 1975.

Dos tempos em que recusámos a solução da "Vacina da Europa" que Kissinger – hoje, sintomaticamente, mais moderado – quis aqui experimentar, tentando fazer de Portugal um qualquer laboratório farmacêutico, especializado em guerra bacteriológica.

Permitam-me que termine com uma pequena reflexão e um apelo:

Ao fazer o 25 de Abril, o MFA teve que enfrentar, como principal inimigo, as próprias Forças Armadas. Há mesmo quem, dentro do MFA, afirme que o movimento não deveria chamar-se Movimento das Forças Armadas, mas sim Movimento contra as Forças Armadas...

E até têm razão, pois a hierarquia das Forças Armadas foi o inimigo que protagonizou, ao longo do processo de transição e consolidação democrática, com tristes episódios, que não esquecemos, que continuam bem presentes na nossa memória, a luta contra o cumprimento do Programa do MFA.

Terminado o referido Período de Transição, considerámos, contra muitos militares, mas também contra muitos políticos, que o MFA tinha conseguido que as Forças Armadas estivessem imbuídas do espírito de servir o Pais, num regime democrático, e não uma qualquer minoria.

PORTUGAL ESTÁ A ATRAVESSAR MOMENTOS QUE PARECEM TER TODAS AS CONDIÇÕES PARA UMA ESTABILIDADE DEMOCRÁTICA, MAS QUE NOS SURPREENDE TODOS OS DIAS COM EXEMPLOS QUE TEIMAM EM DIZER-NOS O CONTRÁRIO

Hoje, as Forças Armadas portuguesas estão transformadas no quase único instrumento de que Portugal dispõe para a sua política externa, na defesa dos nossos interesses.

Porquê, então, a pouca consideração que o poder político tem pelas Forças Armadas, destratando-as, levando à sua quase paralisação e destruição?

Um dia, no fim dos anos 90, perguntava ao então primeiro-ministro António Guterres o porquê de ele não ouvir as reivindicações dos militares, ao contrário do que fazia com outros grupos socio-profissionais, nomeadamente com os agricultores. Acrescentava eu, então,

"será porque os militares não fazem cortes de estrada? Cuidado, os cortes de estrada dos militares, quando existem, são feitos com armas".
Como sabemos, os militares não fizeram cortes de estrada, o desprezo pelos seus legítimos interesses, com a Condição Militar esquecida nas calendas do tempo, continua e a situação tem-se agravado de maneira assustadora.
Pessoalmente – suspeito na matéria, é certo – considero que a atitude dos militares é ainda resultado da acção do MFA, ao transformar as Forças Armadas numa instituição ao serviço do poder democrático.
A situação alterou-se, contudo, num aspecto que considero fundamental. Como instituição nacional, as Forças Armadas são obrigadas à subordinação ao poder democrático.
Lamentavelmente, os responsáveis políticos, infelizmente acompanhados por grande número dos responsáveis militares, confundem subordinação com submissão e subserviência e isso transforma radicalmente a natureza das próprias Forças Armadas. Por isso, temo que, não sendo possível, nem necessário ou desejável – porque continuamos em democracia, ainda que os seus defeitos venham a acentuar-se drasticamente – fazer um outro 25 de Abril, como frequentemente ouvimos proclamar, alguém venha a pensar que, com as Forças Armadas neste estado, se possa fazer um outro 28 de Maio.
Não tenho dúvidas de que será muito mais difícil arrastar as Forças Armadas para atitudes não democráticas, se elas se sentirem respeitadas pelo poder político. Como considero que o inverso é também verdadeiro: umas Forças Armadas descontentes, sentindo-se injustiçadas e maltratadas pelo poder político, estarão sempre mais vulneráveis a serem arrastadas para aventuras, que não queremos se voltem a verificar em Portugal.
A minha esperança, a nossa luta, é criar condições para que isso jamais seja possível.
Que passa pela recuperação do prestígio das Forças Armadas, enquanto instituição fundamental do Estado português, o que não se compadece de forma alguma com a hipótese da sua abertura à contratação de mercenários, como alguns iluminados ousam defender.
Passam 50 anos, sobre o arranque decisivo que os Capitães de Abril aqui protagonizaram.
Dentro de dois dias passarão também 50 anos, sobre o criminoso golpe de Pinochet, onde Salvador Allende, democraticamente eleito, homem digno e democrata decidiu, heroicamente, suicidar-se para não ser fuzilado pelas Forças Armadas fascistas do seu país.
Termino com um apelo, que é um Manifesto: 28 de Maio ou 11 de Setembro, nunca mais!

25 de Abril, sempre!
Viva Portugal!

Alcáçovas, 9 de Setembro de 2023

* Capitão de Abril, presidente da Direção da A25A

Grupo de 18 paraquedistas que coloriram os céus de Alcáçovas

Direitos reservados

OS "PÁRAS" NO MONTE DO SOBRAL

Passados 20 anos, os paraquedistas deram cor e brilho e honraram o 50.º aniversário da reunião constituinte do Movimento dos Capitães

ARMANDO PEREIRA*

FOI A SEGUNDA VEZ que o 9 de Setembro no Monte do Sobral teve o colorido de paraquedas e bandeiras no céu. No 30.º Aniversário da reunião constituinte do Movimento dos Capitães, um grupo de cinco paraquedistas participou no evento e, na ocasião, uma das fotos teve honras de capa d' *O Referencial*.

Passados 20 anos, mais uma vez o aniversário

da Reunião dos Capitães de Abril teve a participação de paraquedistas. No entanto, este lançamento teve, para nós participantes, muito mais significado, já que também correspondeu ao início das Comemorações do 50.º Aniversário do 25 de Abril pelo Movimento dos Capitães.
Participaram 18 paraquedistas, três militares dos Falcões Negros/Exército Português e 15 civis.
Desceram do céu de Alcáçovas paraquedistas com idades compreendidas entre os 25 e os 72 anos, entre os quais a Selecção Portuguesa de Paraquedismo na disciplina de Precisão de Aterragem.
Enquanto coordenador do lançamento, apraz-me constatar o enorme apreço que o mesmo despertou em todos os participantes no evento, com grande divulgação nos órgãos de comunicação social e nas redes sociais.
Destaque-se o facto de este lançamento ter sido pioneiro em alguns aspectos. Desde logo, por ter sido batido o *record* do número de paraquedistas num mesmo lançamento.
Igualmente significativo foi o facto de, pela primeira vez, se juntarem paraquedistas civis e militares num mesmo lançamento, com a particularidade de ter sido feito de uma aeronave civil. Os civis representaram organizações de norte a sul de Portugal, incluindo o director-técnico e alguns juízes da Federação Portuguesa de Paraquedismo.
Para nós, paraquedistas, foi importante transportarmos o conjunto de azulejos do painel que, colocado no local, dará testemunho deste evento.

IGUALMENTE SIGNIFICATIVO FOI O FACTO DE, PELA PRIMEIRA VEZ, SE JUNTAREM PARAQUEDISTAS CIVIS E MILITARES NUM MESMO LANÇAMENTO

Mas mais relevante foi sermos portadores da Bandeira Nacional (76 m2), das bandeiras do MFA, da A25A, da Junta de Freguesia de Alcáçovas e das organizações participantes (total 12 bandeiras).
O nosso desejo era conseguirmos colocar no ar 50 paraquedistas. Tal não foi possível, quem sabe se em 2024 isso será viável...

* Coordenador do Lançamento, sócio da A25A

UMA EXPLICAÇÃO SOBRE O MONTE DO SOBRAL

Direitos reservados

Monte do Sobral ficará para sempre registado nos anais da História de Portugal, graças à coragem e aos valores em que acreditava o avô Celestino

O avô Celestino não hesitou em ceder o seu Monte do Sobral para uma reunião magna que prometia fazer frente e derrubar o Estado Novo, como conta neste texto o neto com um emocionante orgulho

RICARDO CELESTINO GARCIA RIBEIRO LEITÃO*

O MONTE DO SOBRAL foi cedido e posto à disposição dos oficiais que na altura conspiravam pelo meu avô materno, Celestino Garcia, através do meu pai, José Leitão, após pedido do nosso primo e meu querido padrinho, Diniz de Almeida, à época, capitão.

O meu avô Celestino era um homem bravo, republicano dos quatro costados, socialista, oriundo de uma família da Beira Baixa de parcos recursos, mas que, tomado por um carácter temerário e resiliente, conseguiu construir-se a pulso, acabando por obter um desafogo financeiro incomum para a época. Apesar da sua ascensão social e financeira, nunca deixou

de pugnar pelos seus ideais, por lhe ser impossível esquecer as agruras e injustiças a que assistiu ao longo da vida. Deste modo, participou desde cedo em movimentos conspirativos anti-fascistas, arriscando inclusivamente em diversas ocasiões a própria vida, como sucedeu ao transportar e albergar muitos fugitivos ao franquismo nos tempos da longínqua guerra civil espanhola.

Quando foi contactado nas vésperas de Setembro de 1973 para que cedesse o seu Monte do Sobral para uma reunião magna que prometia fazer frente e derrubar o Estado Novo, o meu avô Celestino não hesitou e pôs todos os seus recursos ao serviço da auspiciosa assembleia, como é referido, de resto, no livro *Origens e Evolução do Movimento dos Capitães*, de Diniz de Almeida, *[pág. 114]* e em tantos outros documentos e livros que relatam este episódio da nossa história. Em 9 de Setembro de 1973, Celestino Garcia abriu a sua casa aos capitães, fazendo aquilo que lhe era natural: arriscar tudo, toda a sua confortável vida, em prol de um sonho de liberdade e democracia.

Nasci em 1975, em pleno verão quente. Cresci na Herdade do Sobral e vivi toda a minha infância rodeado de Abril. Foram-me ensinados os valores da liberdade e da tolerância, da solidariedade e da discrição, da generosidade, e da rectidão de carácter. Recebi com o meu avô, avó, pais e irmãos, muitos convidados, durante muitos anos de celebrações, e assisti a discursos inspiradores e demonstrações de afecto das comunidades locais absolutamente inolvidáveis de tão comoventes.

EM 9 DE SETEMBRO DE 1973, CELESTINO GARCIA ABRIU A SUA CASA AOS CAPITÃES, FAZENDO AQUILO QUE LHE ERA NATURAL: ARRISCAR TUDO, TODA A SUA CONFORTÁVEL VIDA, EM PROL DE UM SONHO DE LIBERDADE E DEMOCRACIA

Hoje, a herdade não é nossa, mas será sempre a nossa casa, porque lá vivem os nossos corações. Sou, juntamente com os meus irmãos, Luís e Madalena, os únicos herdeiros legítimos de Celestino Garcia, os herdeiros de um legado imaterial, note-se. Somos os únicos que carregam o nome Garcia (e eu também o Celestino) depois da morte da nossa querida mãe, Maria Helena, sua filha.

7 de Setembro de 2023

* Filho do coronel José Leitão,
neto de Celestino Garcia, dono do Monte Sobral,
e primo do coronel Dinis de Almeida

Nota – Toda esta distinta família participou, por declarada vontade, com muito orgulho, alegria e por direito próprio, na comemoração dos 50 anos da reunião de Alcáçovas

CARTA DE BISSAU

Foi numa reunião, no Clube Militar de Bissau, a 12 de Agosto de 1973, que, pela primeira vez, no seio do Movimento dos Capitães, se falou em revolução, numa reunião promovida pelo então major Otelo Saraiva de Carvalho

JORGE SALES GOLIAS*

EM 12 DE AGOSTO de 1973, realizou-se uma reunião, no Clube Militar de Bissau, promovida pelo então major Otelo Saraiva de Carvalho, para dar a conhecer a cerca de 20 capitães, o DL 353/73, que introduzia a questão corporativa no seio dos capitães do Exército.

Nesta reunião ofereci a minha unidade, o Agrupamento de Transmissões, para discutir essa questão e outras que fossem consideradas importantes. Durante as discussões, foi decidido analisar uma resposta por escrito ao poder político, em Portugal. Foi assim que, em 17 de Agosto, acabou por se aprovar, com base numa dura proposta do Otelo e depois de larga discussão, um texto a que chamei "carta de amor", na minha intervenção. Foi nessa reunião que apelei para estarmos todos unidos na vontade de pormos termo à guerra colonial, mas que, para tal, era preciso derrubar o regime e que isso só era possível com uma revolução armada. Foi a primeira vez que, no seio do Movimento dos Capitães, se falou em revolução. A reunião acabou aqui, com alguns a dizer que não foi para ouvir aquilo que lá tinham ido, outros a apoiar e a maioria estupefacta, mas a não rejeitar a ideia.

Nomeada uma comissão de redacção final da Carta (Almeida Coimbra, Teixeira Branco, Duran Clemente e Matos Gomes), foi a mesma aprovada na reunião seguinte, a 28 de Agosto de 1973. E é este o primeiro documento escrito que foi aprovado por 45 capitães do Exército, perfazendo 52 oficiais depois de assinada por mais sete oficiais, a maioria tenentes, e enviado ao Presidente da República, Presidente do Conselho, ministro da Defesa e do Exército, ministro da Educação e secretário de Estado do Exército.

Na sequência deste envio, foi distribuído por todos os capitães, tanto em Portugal como em Angola e Moçambique e restantes colónias.

Consideramo-lo, hoje, como o primeiro documento colectivo do Movimento dos Capitães, assinada, como disse, por 45 capitães.

CAPITÃES DO EXÉRCITO QUE ASSINARAM A CARTA DE BISSAU

António Coimbra	António Caetano	Fernando de Matos Alves
António Simões Vagos	Vítor Ferreira	Idílio Freire
Adolindo Fernandes Amarante	Manuel Duran Clemente	Fernando Vicente
António Marques Nunes	Carlos de Matos Gomes	Fernando Carvalho Bicho
Otelo Saraiva de Carvalho	Manuel Ribeiro de Faria	José Pontes Fernandes
Carlos Santos Costa	Fernando Salgueiro Maia	Manuel Monge
Joaquim Teixeira Branco	José Coutinho	João Repolho
José Horta Marques	Alexandre de Sousa Pinto	Adelino Santos Leite
Alberto Ribeiro do Amaral	Nuno Varela Rubim	Armando de Almeida Martins
José Ferros de Azevedo	Fernando Raimundo	José Terras Marques
António Queirós de Lima	Jorge Sales Golias	Norberto Bernardes
Herberto Nascimento	Filipe Lopes	José Lopes Saraiva
Alfredo Lopes Rego	José Rola Pata	Jaime Simões da Silva
José Alves Monteiro	João Rodrigues Videira	Eduardo dos Anjos Costa
João Baptista Serra	José Salgado Martins	António Pinto Guedes

A CARTA

O texto da Carta contém as razões da contestação do Decreto-lei, cujas consequências afectariam directamente os que maiores sacrifícios faziam: os capitães do Quadro Permanente. "Estes oficiais, que julgam interpretar o sentir de todos os seus camaradas, ex-cadetes da então Escola do Exército e da actual Academia Militar, sentem-se feridos no seu prestígio, na sua dignidade, no seu brio profissional e ecletismo intelectual ao tomarem conhecimento de que o curso da Academia Militar que frequentaram durante quatro anos, pode ser substituído por um curso intensivo de dois semestres" (Jorge Sales Golias, *A Descolonização da Guiné-Bissau e o Movimento dos Capitães*. 2.ª edição, 20). Mas, mais importante do que o conteúdo da carta era a sua mera existência contrariar o Regulamento de Disciplina Militar, por se tratar de uma manifestação colectiva. Este facto punha este conjunto de oficiais em risco de sofrer fortes punições ou mesmo de serem expulsos das Forças Armadas.

E, assim, logo se promoveu no Movimento,

tanto em Portugal como nas colónias, a assinatura de uma declaração que ficou à guarda de um oficial em Lisboa (major Hugo dos Santos) para ser enviada, em caso de alguma retaliação. Esta declaração foi assinada por centenas de oficiais dos três ramos das Forças Armadas.

"Após o recebimento da carta, o ministro Sá Viana Rebelo mandou instaurar um auto de averiguações a cada capitão, que deveriam ser ouvidos um a um nos termos do art.º 130 do Regulamento de Disciplina Militar, o que nos levou a marcar uma reunião, em 18 de Outubro, para acordarmos um texto de resposta a esse auto.

No entanto, esta decisão do ministro foi anulada por Marcello Caetano, por razões que explicaria mais tarde numa entrevista ao *Mundo Português*, no Brasil, sendo que "inicialmente pensou em punir todos os subscritores, mas que, logo a seguir, veio uma avalanche de exposições" (Jorge Sales Golias, idem).

Na Guiné, o movimento de contestação desencadeado por este decreto rapidamente abandonou a reivindicação corporativa e fixou-se na preparação de um golpe revolucionário.

As razões de tal evolução podem caracterizar-se da seguinte forma:

- A situação dramática da guerra que, neste ano de 1973, já sob a perda da supremacia aérea pela introdução no teatro de operações dos mísseis Strella (SAM-7), de origem soviética, tendo as nossas tropas suportado a chamada guerra dos três G: Guidage, Guileje e Gadamael-Porto;

FOI ASSIM QUE, EM 17 DE AGOSTO, ACABOU POR SE APROVAR, COM BASE NUMA DURA PROPOSTA DO OTELO E DEPOIS DE LARGA DISCUSSÃO, UM TEXTO A QUE CHAMEI "CARTA DE AMOR"

- A influência do pensamento do general Spínola na generalidade dos militares de carreira, sobretudo dos chamados spinolistas, ao defender a solução política da guerra, o que lhe valeu a demissão dos cargos de Governador Geral e Comandante Chefe;
- O facto de o PAIGC ter declarado a independência da Guiné-Bissau, no dia 24 de Setembro de 1973, logo reconhecida por mais países do que aqueles que tinham relações diplomáticas com Portugal e, ainda, ter a ONU logo produzido uma Resolução que convidava Portugal a sair da Guiné-Bissau.

* Capitão de Abril, sócio da A25A e subscritor da Carta de Bissau

MOEDAS COMEMORATIVAS 2023
UNICÓRNIO
HERÓIS E CRIATURAS DA MITOLOGIA
AUTORA SUSA MONTEIRO
UNICÓRNIO
2023
CASA DA MOEDA
5 € PORTUGAL
LISBOA R. Escola Politécnica, 137 • R. D. Filipa de Vilhena, 12 e 12-A • Biblioteca Nacional - Campo Grande, 83
COIMBRA Rua Visconde da Luz 94, 96 e 98
PORTO R. Cândido dos Reis, 97
WWW.INCM.PT moeda.apoiocliente@incm.pt
CASA DA MOEDA
INCM
IMPRENSA NACIONAL-CASA DA MOEDA

Direitos reservados

ATRAVESSAR AS PONTES PARA ABRIL

Ir ao encontro das memórias de quem, de formas diferentes, contribuiu para derrubar a ditadura e entrou em Abril com o sabor de que todos os sacrifícios valeram a pena tem sido um dos caminhos dos futuros jornalistas da rubrica *Abril e os Jovens*. Por ser essencial estabelecer a ponte entre o passado e o presente, nesta edição, também se tenta traçar um diagnóstico do país, quase 50 anos depois de Abril, através da perspetiva de três pessoas das gerações livres

FÁTIMA LOPES CARDOSO*

O DESAFIO DE ENCONTRAR histórias e de as revelar faz parte da magia transformadora do jornalismo. Nestas páginas, abrem-se novamente as portas da máquina do tempo para despertar as vivências de dois homens de Alpiarça para quem, apesar de desempenharem papéis bem distintos durante a ditadura, o 25 de Abril de 1974 lhes trouxe a possibilidade de se expressarem livremente e de, em momentos diferentes, assumirem cargos públicos estratégicos para defenderem os interesses da vila ribatejana onde nasceram.

No artigo "25 de Abril: em nome de uma vida melhor," Leonor Maltez e Tomás Duarte, agora alunos do 3.º ano da licenciatura em Jornalismo, da ESCS, contam a história de Álvaro Brasileiro, homem simples que se transformou numa das figuras mais relevantes da Resistência, em Alpiarça. Através das memórias do filho Celestino Brasileiro, que evoca os passos corajosos e destemidos do pai, 14 anos volvidos sobre a sua morte, percebemos a importância de certas figuras e lugares nas ações de contrapoder, durante o Estado Novo. Álvaro Brasileiro envolveu-se na luta política em adolescente e tornou-se membro do PCP, por acreditar que as ideologias comunistas seriam as únicas com força reivindicativa para devolver a dignidade aos trabalhadores ribatejanos que, de sol a sol, labutavam nas terras que davam alimento para os outros comerem.

Celestino tinha apenas cinco anos quando viu o pai ser preso. Álvaro Brasileiro trabalhava na Casa Agrícola, como muitos outros camaradas. Alpiarça já estava no radar da PIDE, por ser considerada uma vila subversiva e contestatária. Em 1965, Álvaro Brasileiro, figura da resistência ao regime, foi detido com a roupa do corpo. Esteve encarcerado nos calabouços das prisões do Aljube e de Caxias, durante quase dois anos. No início, a família desconhecia o seu paradeiro e, mais tarde, teve autorização para receber visitas esporádicas da mulher e do filho. O dia 25 de Abril de 1974 devolveu-lhe a alegria de viver e redobrou-lhe a vontade de construir um Portugal melhor. Em democracia, continuou fiel ao PCP e foi deputado pelo círculo eleitoral de Santarém.

A revolta contra a obrigatoriedade de dar o corpo às balas por uma guerra sem sentido

agigantava-se. Em Moçambique, José João Pais, atualmente com 73 anos, viveu alguns dos confrontos mais violentos como paraquedista ao serviço do Exército português. Encontrava-se em Nacala, onde teve lugar um dos combates mais violentos, quando recebeu a notícia da queda do regime. Como todos os militares, foi doutrinado com a crença de que "Portugal ia do Minho a Timor" e, nos quatro anos de serviço militar, adotava uma postura de obediência que aprendera a aceitar, sem questionar ordens ou consequências. No entanto, desde 1973 que o clima era de profunda insatisfação entre militares das mais diversas hierarquias. José João Pais não era exceção e depressa percebeu que não eram os portugueses que combatiam pelo que era seu, mas sim a Frelimo e outras frações políticas pró-independência que lutavam por recuperar uma terra que sempre lhes pertenceu.

HERDEIROS DA LIBERDADE

Com um tema e ângulo de abordagem naturalmente distintos, o segundo artigo remete-nos para o presente, para compreender como é que as gerações que nasceram ou cresceram no pós-25 de Abril percecionam os 48 anos de ditadura, a censura, a Guerra Colonial e tantos temas que compõem o período do Estado Novo. Que perceção têm algumas vozes das gerações X, *millennials* e Z sobre o contributo da Revolução de Abril nas liberdades que temos hoje como adquiridas. Através dos testemunhos de Teresa Antunes, Pedro Rei e Márcia Mendonça, no artigo "Herdeiros da Liberdade", da autoria de Gabriel Miraldo, procura-se refletir sobre questões que ainda estão por resolver, quase 50 anos depois da Revolução. Com idades e vivências distintas, todos reconhecem a importância do papel de Abril na construção do Portugal democrático em que vivemos, mesmo que defendam que é urgente um reforço nas medidas de proteção aos mais pobres e mais investimento nas áreas da educação e saúde. Da mesma forma, todos assumem que ainda existem muitas feridas que sobrevivem na memória coletiva e que é necessário cicatrizar. Mas os ideais de Abril, acreditam os herdeiros da liberdade, precisam de soar hoje mais alto para travar os fundamentalismos ideológicos e extremismos que ameaçam a democracia e criam barreiras ao desenvolvimento da humanidade.

*Coordenadora da licenciatura em Jornalismo da ESCS, investigadora do ICNOVA e jornalista

EM NOME DE UMA VIDA MELHOR

Direitos reservados

Alpiarça, encostada à margem do Tejo, sempre foi ligada à agricultura, especificamente ao meloal, que deu emprego a muito boa gente

Com apenas cinco anos, Celestino Brasileiro viu o pai ser preso e perseguido pela PIDE. Catorze anos após a morte do progenitor, recorda esta figura marcante da luta contra o regime, em Alpiarça. José João Pais, atualmente com 73 anos, combateu naquela que viria a ser a gota de água num copo a transbordar de revolta, a Guerra Colonial

LEONOR MALTEZ E TOMÁS DUARTE*

O IMAGINÁRIO COLETIVO é, muitas vezes, construído através de filmes, séries, novelas ou até reportagens e documentários inspirados em heróis comuns e que não constam nos livros de História. "Baseado em factos verídicos". A junção destas palavras prende o espectador ao ecrã. E esse fascínio agiganta-se se o tema for familiar. Contado na primeira pessoa, parece transmitir uma visão mais realista de como tudo se passou. De repente, deparamo-nos com

artigos, relatos ou fotos. Estamos diante de quem viveu na pele momentos determinantes para a construção de um mundo.

Álvaro Brasileiro nasceu em 1935. Ainda faltavam 39 anos para ver o seu sonho concretizado: o de poder viver num país em que a ditadura, o fascismo e a censura não existissem. Álvaro foi criado em Alpiarça, no distrito de Santarém, também conhecida por ter sido a terra onde José de Azevedo Mascarenhas Relvas, figura ilustre da República em Portugal, decidiu construir casa para residir. Alpiarça, encostada à margem do Tejo, sempre foi ligada à agricultura, especificamente ao meloal, que deu emprego a muito boa gente. Foi o caso de Álvaro Brasileiro. Na vila ribatejana constituiu família, um legado e, ainda hoje, é conhecido por essas bandas como um dos maiores "agitadores políticos", palavras de Celestino Brasileiro, o seu único filho, que faz questão de manter a história do pai viva, 14 anos após a sua morte. "Alpiarça sempre foi uma terra que luta pelas melhores condições, já desde José Relvas", sublinha. Álvaro Brasileiro iniciou a vida política aos 14 anos e desde aí nunca pôs fim à sua vontade de terminar com o regime em vigor na altura: a ditadura do Estado Novo.

Conhecido pelos guardas como "agitador", conquistou a alcunha através do desagrado que causava à PIDE (Polícia Internacional e de Defesa do Estado). Álvaro, na altura era um jovem, aprendiz dos afazeres agrícolas. Estudou apenas até ao 4.º ano de escolaridade, como a maioria dos portugueses na altura, mas era extremamente ativo na comunidade e organizava manifestações a exigir melhores condições de trabalho, salários que sustentassem uma casa. Reclamava pela falta de liberdade e tinha ligação ao PCP (Partido Comunista Português). Por esta luta deu a cara e por ela sofreu as consequências que o esperavam.

NA PRIMAVERA MARCELISTA, EM 1969, REALIZARAM-SE ELEIÇÕES, QUANDO SE ACREDITAVA HAVER UMA ABERTURA PARA UM REGIME NÃO TÃO REPRESSIVO

Em 1965, foi detido, enquanto trabalhava numa casa agrícola. O seu nome já se encontrava sinalizado e, apesar de ter sido apanhado de surpresa, era algo que já esperava. "Com a roupa que estava foi com a roupa que foi", lembra o filho. Celestino tinha apenas cinco anos quando o pai foi levado para os calabouços da GNR, onde pernoitou duas noites. Posteriormente, levaram-no para a Prisão do Aljube, em Lisboa, por um período de dois meses. Foi espancado e exposto a práticas de tortura que visavam a falta de descanso com o objetivo de o castigar, por exprimir o desagrado face ao regime. Ninguém soube dele durante estes tem-

pos de encarceramento. Passado dois meses, foi transferido para a Cadeia de Caxias, onde permaneceu 18 meses. A mulher e o filho Celestino visitavam-no, quando havia oportunidade, porém, nunca sabiam o que iria acontecer no dia seguinte. "Quando o meu pai saiu da prisão, eu tinha sete anos. Já percebia a dimensão da causa dele e, sem dúvida, que os piores momentos ocorreram após a cadeia. Lembro-me de ir para o meu quarto e, a meio da noite, ouvir passos junto à minha casa. Na altura, não sabia, mas hoje apercebo-me de que o objetivo daquelas caminhadas junto à minha residência não eram para levar o meu pai, mas sim marcar presença, amedrontar-nos." Celestino sabe o que foi viver sob o medo de ficar sem o pai, admirava-o pela insistência: "Ele podia ter sido preso e percebido que não devia meter-se mais com o regime, mas não o fez. E é graças a essas pessoas que o 25 de Abril se concretizou."

A PIDE tinha uma sede em Alpiarça. As pessoas da terra acreditavam que era para controlar a tendência revolucionária que emergia na clandestinidade. "Éramos uma vila considerada problemática e o regime era tão mau que as pessoas queriam livrar-se dele o mais rápido possível. Era repressão extrema. As pessoas não tinham medo, inclusive quando o meu pai foi detido e levado para o posto da GNR local, dezenas de populares juntaram-se à volta do posto revoltadas com os guardas por prenderem pessoas inocentes que eram da oposição, sendo esse o seu único crime", relata.

Na primavera marcelista, em 1969, realizaram-se eleições, época em que se acreditava existir uma abertura para um regime não tão repressivo. Álvaro Brasileiro fazia parte da comissão de apoio ao general Humberto Delgado, o que, na altura, veio reforçar a fama de Álvaro Brasileiro na PIDE: ser da oposição era uma afronta oficial.

A PIDE É OBRIGADA A REALIZAR UM RELATÓRIO SOBRE TODAS AS REUNIÕES DESTE GÉNERO E DEIXOU REGISTADO QUE A POLÍCIA POLÍTICA SÓ NÃO EXERCEU UMA ATITUDE MAIS PRÓ-ATIVA PORQUE SERIA UMA MATANÇA

Mais tarde, em 1973, realizaram-se novas eleições. Álvaro Brasileiro foi convidado a fazer parte da Comissão Democrática Eleitoral (CDE). Com este cargo de extrema relevância, passou a participar em comícios pelo País, sempre seguidos por agentes da PIDE ou da GNR. Celestino Brasileiro lembra que o pai tinha uma presença forte quando falava. Era detentor de uma aptidão nata para discursar. Num comício realizado em Alpiarça, onde se esperavam mais de 3000 pessoas, decidiu despedir-se de forma inesperada: "Bom, eu queria acabar a minha intervenção a dizer abaixo o fascismo, abaixo a Guerra Colonial, mas está aqui o Sr. Guarda que não me deixa dizer."

Direitos reservados

José João Pais

A PIDE é obrigada a realizar um relatório sobre todas as reuniões deste género e deixou registado que a polícia política só não exerceu uma atitude mais pró-ativa porque seria uma matança. "O meu pai só não foi preso dois dias antes do 25 de Abril, porque teve a sorte de sair para o trabalho, nos campos de Vila Franca de Xira, duas horas antes de a PIDE bater à porta. Tinham uma lista de nomes de alpiarcenses que queriam prender, antes do 1.º de Maio, Dia Mundial do Trabalhador. Era uma data particularmente ameaçadora para o regime, porque havia muitas manifestações a exigir melhores condições de trabalho e melhores salários."

Já com um forte historial de atividade contra o regime, Álvaro Brasileiro esteve em risco de ser preso, o que lhe valeu foi o filho, Celestino. Juntamente com um amigo, percorreram de mota as estradas de Alpiarça até Vila Franca de Xira para avisar o pai que a PIDE tencionava prendê-lo. Álvaro Brasileiro já não pernoitou em casa nessa noite e o local onde, por vezes, se refugiava para fugir às autoridades manteve-se em segredo até aos dias de hoje.

No dia 25 de Abril de 1974, o país parou. "Lembro-me de ir para a escola, sentar-me e a diretora entrar e dizer-nos que não haveria aulas nesse dia, pois o regime tinha caído. Foi um dos dias mais felizes para o meu pai. Foi uma explosão de alegria, não há mesmo palavras."

Álvaro Brasileiro manteve-se ativo na política, após o 25 de Abril. Foi eleito deputado para a Assembleia da República, em 1979, cargo que manteve durante doze anos, oito dos quais como presidente da Comissão Parlamentar da Agricultura, tendo também integrado a Comissão Administrativa da Câmara Municipal de Alpiarça, a sua terra natal.

Um testemunho marcante de um filho que viu o pai ser perseguido, preso e libertado, mas acima de tudo cresceu tendo como modelo um homem de luta, em nome de uma vida sem censura. E aos olhos do filho, Celestino Brasi-

leiro, essa é a maior lição que aprendeu com o pai: nunca desistir de lutar pelos seus ideais.

UM TESTEMUNHO MARCANTE DE UM FILHO QUE VIU O PAI SER PERSEGUIDO, PRESO, LIBERTADO, MAS ACIMA DE TUDO CRESCEU TENDO COMO MODELO UM HOMEM DE LUTA, EM NOME DE UMA VIDA SEM CENSURA

GUERRA SEM SENTIDO

José João Pais é natural do concelho de Ponte do Sôr, mas, por motivos profissionais, viveu em Alpiarça durante muitos anos. Conheceu e conviveu com Álvaro Brasileiro. Tem 73 anos e passou o 25 de Abril de 1974 a combater em Moçambique. É conhecido, em Alpiarça, por explorar as histórias das pessoas que aqui viveram, dedicando-se a escrever sobre a história local, e tem livros publicados, um dos quais conta a intervenção dos militares de Alpiarça que lutaram na I Guerra Mundial e um outro chamado *Gente de Outro Ver*, sobre a actividade política, em Alpiarça, antes do 25 de abril de 1974, onde se contam histórias sobre a actividade política na terra, como a que lemos sobre Álvaro Brasileiro. Contudo, é altura de conhecer mais sobre a sua história. "O jornalista Armando Batista-Bastos realizou, na estação televisiva SIC, entre 1996 e 1999, uma séria de entrevistas que denominou *Conversas Secretas*, para as quais convidava as mais diversas personalidades. A todos fazia a mesma pergunta "Onde é que você estava no 25 de abril?". Se me tivesse entrevistado e me questionasse com a mesma frase, ter-lhe-ia respondido com uma simples palavra: Moçambique. Depois, seria mais concreto: participava na Guerra Colonial."

José João Pais nasceu, em 1950, no interior do concelho de Ponte do Sôr, e, aos sete anos, iniciou a vida estudantil. "Andava 5 km a pé, por entre montes e vales, chovesse ou fizesse sol, para ter as aulas do professor Ferraz, o mais duro dos docentes da zona. Dele é que os pais gostavam. Ainda me lembro das reguadas dadas com toda a força na palma da mão, quando não sabia a tabuada ou dava erros. O professor podia bater à vontade, o que era permitido e apoiado pelos pais: 'se ele se portar mal, chegue-lhe, que em casa leva mais", lembra o antigo paraquedista. As formas de ensinar e de educar eram diferentes na época. O que hoje é aceite não era naquele tempo. "A professora tinha de pedir autorização ao Ministério da Educação para se casar. E também só com o consentimento do marido se poderia ausentar para o estrangeiro. Raras mulheres tinham direito a voto. A minha mãe, por exemplo, nunca votou antes de 1974. Era assim antes do 25 de Abril de 1974", diz-nos.

Mesmo muito jovem, José João Pais tinha consciência de que as mulheres pouco ou

nenhuns direitos tinham. Eram tempos antigos. Retrógrados. Os papéis encontravam-se bem definidos, mas com graves disparidades. "A família girava em torno do pai, que era visto como um chefe. Ele é que mandava em todas as situações. A mãe obedecia-lhe sem questionar nada. Nem a violência que muitas vezes sofria. O casamento era indissolúvel. Divórcio era 'coisa' difícil de obter. A igreja opunha-se com veemência. Na minha fase da pré-adolescência e adolescência, era obrigado a ir à igreja, como todos os da minha idade. Apesar de o meu pai não ser muito sensível às atividades religiosas, batizou-me", descreve.

Deus, pátria e família. A base de um país, que estava bem infiltrada na mente dos populares. Uma igreja, um responsável pela família e a luta era sempre pelo regime nunca contra ele. "Ninguém ficava por batizar, porque não era normal a família não batizar os filhos. A sociedade não aceitava essa situação. A partir dos oito ou nove anos, confessava-me e comungava e temia as penitências a que o padre me obrigava para que os meus pecados fossem perdoados. Confessava-me num dia e no seguinte ia comungar em jejum, para ter o corpo mais puro para receber o corpo de Deus, a hóstia. Nessa altura, a missa era dita em latim", acrescenta José João Pais. A Igreja era um enorme aliado do Estado. A generalização da obrigatoriedade de ser cristão era de tal forma presente, que, mesmo quem não tinha contacto frequente com a instituição católica, batizava os filhos, sem questionar.

O serviço militar era obrigatório e, em 1970, o alpiarcense foi forçado a ir para a tropa. "Na altura, não havia outra opção. Muitos emigraram para não ter de ir para o Ultramar e já não podiam regressar ao país, porque se o fizessem eram obrigados a cumprir a vida militar. Tenho muitos familiares que fugiram para o estrangeiro. Eu optei por ficar", recorda.

A PROFESSORA TINHA DE PEDIR AUTORIZAÇÃO AO MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO PARA SE CASAR E SÓ COM O CONSENTIMENTO DO MARIDO PODERIA AUSENTAR-SE PARA O ESTRANGEIRO

José João Pais ficou por terras ribatejanas, mas ainda no mesmo ano ingressou na Escola Prática de Infantaria, em Mafra. Mais tarde, ofereceu-se para pertencer aos paraquedistas, no qual é efetivamente aceite: "Entrei no Regimento de Caçadores Paraquedistas, em Tancos, no final de 1970. Fui mobilizado para Moçambique, em 1971. Tinha dois anos de serviço militar, pelo que fiz mais dois em África, que era o tempo da comissão de serviço. Foram quatro anos, no meu caso, de vida adiada."

Ao ir para África, José João Pais combateu integrado nos paraquedistas e apercebeu-se de que

esta força militar era uma das mais temidas devido à sua organização e disciplina. Por causa do seu treino e experiência, foi chamado a comandar um pelotão e uma companhia de paraquedistas, na qual foi oficial com o posto de alferes miliciano. Milicianos eram os homens que não pertenciam ao quadro, ou seja, não provinham da Academia Militar. "Posso dizer que combati nos locais mais difíceis da guerra, nomeadamente no planalto dos Macondes, no norte do território, assaltando as emblemáticas bases da Frelimo. Combati na zona de Tete, fiz proteção às instalações da barragem de Cahora Bassa, então em construção e que era a maior de África. Orgulho-me especialmente de duas situações: nunca matei ninguém e nenhum dos militares que estiveram sob o meu comando durante a guerra sofreu qualquer ferimento, muito menos, foi morto. Regressaram todos ao seio das suas famílias. Essa foi a melhor medalha que poderia desejar", constata orgulhosamente e com consciência de que este é o maior feito que leva desta vida.

O ex-combatente considera que, em 1973, começou a sentir-se uma onda de descontentamento. Os militares falavam, uns com os outros, questionavam-se sobre se esta guerra teria um fim e se valia a pena continuar: "Já no fim da comissão, por volta de fins de 73, estava eu na minha base, sedeada em Nacala, com o Batalhão de Paraquedistas n.º 32, quando começou a circular entre os oficiais um abaixo-assinado criticando as altas chefias acerca da maneira como estava a ser gerida a carreira dos oficiais do quadro e dos milicianos, sobretudo, ao nível dos capitães.

A GENERALIZAÇÃO DA OBRIGATORIEDADE DE SER CRISTÃO ERA DE TAL FORMA PRESENTE, QUE, MESMO QUEM NÃO TINHA CONTACTO FREQUENTE COM A INSTITUIÇÃO CATÓLICA, BATIZAVA OS FILHOS

Assinei o documento. Essa onda de insatisfação foi, verdadeiramente, o rastilho para outras discussões a nível militar. Questionava-se já se não deveria haver diálogo com os movimentos de libertação. Em fevereiro de de 1974,, o livro *Portugal e o Futuro*, do general António de Spínola, gerou uma onda de protesto acerca do nosso posicionamento face à guerra do ultramar e às províncias ultramarinas."

José João Pais foi educado numa escola manipulada pelo Estado Novo, tal como todas as crianças nascidas nessa altura, logo, não havia sequer o atrevimento de se questionarem sobre o que fosse. Os livros, os discursos, a forma de estar nas aulas e as lições ministradas pelas professoras eram uma forma de incutir nos futuros cidadãos o sentimento de orgulho e luta pela nação. "O meu sentimento relativamente à guerra era de não questionar a sua justeza. Afinal, aprendera na escola que 'Portugal ia do Minho a Timor'.

Direitos reservados

A Casa dos Patudos – Museu de Alpiarça é o ex-libris do concelho. Antiga residência do dirigente político republicano José Relvas (que legou todo o seu património ao município), encerra um dos mais importantes e valiosos conjuntos de colecções de pintura, escultura, porcelanas e tapeçarias do país

Assim, Moçambique, onde combatia, fazia parte de Portugal. Cumpria o dever de defender Portugal em todas as situações. Contudo, ao longo da guerra, fui-me apercebendo das motivações dos guerrilheiros e entendendo o motivo por que combatiam. Percebi que, na verdade, eles é que estavam a combater pela sua terra. Quando acabei a comissão de serviço, o meu pensamento já não era o mesmo. Acreditava que a guerra não poderia arrastar-se por muito mais tempo. Esse sentimento já se fazia sentir entre os meus camaradas de armas. Falávamos disso, em surdina, uns com os outros."

Naquela altura, as novidades nem sempre chegavam com a rapidez desejada a África e a notícia da queda do regime em Portugal não foi logo conhecida. "No dia 25 de Abril, estava, em Nacala, a descansar, depois de um período operacional muito violento. Nós, os paraquedistas, tínhamos dois meses de combate e um mês de descanso. Nessa altura, encontrava-me a retemperar forças. Ao fim do dia, tivemos conhecimento de que havia um golpe de Estado na metrópole. Contudo, a nossa vida em nada se alterou nos dois dias seguintes. As notícias iam chegando a conta gotas. Eu já estava no

fim da comissão e esperava ordem de regresso. A maior alteração que senti nessa altura foi ter sido adiado o meu regresso a casa. Aliás, o nosso comandante máximo e chefe da Força Aérea em Moçambique, o general Diogo Neto, foi imediatamente chamado a Portugal, para fazer parte da Junta de Salvação Nacional. Ficámos de prevenção e fomos sabendo de algumas negociações que então se iniciavam com a Frelimo. Só nessa altura percebemos bem que a guerra caminhava para o seu termo. Em meados de maio, parti, finalmente, para Lisboa."

Ao regressar a Portugal, observou um país alterado. Irreconhecível. "As pessoas falavam sem constrangimentos. O que antes era proibido deixou de o ser, sobretudo, no que à política dizia respeito. Os partidos davam os primeiros passos em liberdade. Havia manifestações em cada cidade, vila ou aldeia. As pessoas reivindicavam a melhoria das suas condições de vida. Quando cheguei a Tancos, vindo de Moçambique, fiquei surpreendido com o ambiente entre os militares. Estava habituado à disciplina rígida dos paraquedistas e o que encontrei foi uma liberdade anormal para um quartel militar, sobretudo entre os jovens soldados acabados de entrar, pois fazia-se notar mais indisciplina para acatar as ordens dos superiores. O país fervilhava nesses primeiros tempos de liberdade. Julgava-se que o termo liberdade significava fazer o que se queria, sem entraves nem obstáculos. Eu não pensava assim. Achava que a liberdade de cada um tem de ter sempre em conta a liberdade alheia. A atividade partidária começou a arregimentar os militares. A política entrou nos quartéis. Pensei que estava na altura de sair da tropa, o que aconteceu, em agosto de 1974. Regressava à vida civil."

MESMO MUITO JOVEM, JOSÉ JOÃO PAIS TINHA CONSCIÊNCIA DE QUE AS MULHERES POUCO OU NENHUNS DIREITOS TINHAM

Em 2005, sempre com o sentido de contribuir para o bem-comum e para ajudar a desenvolver a sua terra, chegou a assumir a presidência da Junta de Freguesia de Alpiarça. É ainda autor de vários livros sobre história local, como o já referido *Gente de Outro Ver - Actividade Política de Alpiarça desde as Invasões Francesas ao 25 de Abril de 1974*.

Conhecedor de tempos bem diferentes, José João Pais sabe que hoje se vive incomparavelmente melhor, tanto a nível social, como político, económico, cultural e com liberdades individuais ou coletivas. "Os militares que fizeram o 25 de Abril propuseram-se alcançar os chamados três D: Democratizar, Desenvolver e Descolonizar. Penso que todos eles, com mais ou menos dificuldades, foram conseguidos."

* Alunos da Escola Superior de Comunicação Social do IPL

HERDEIROS DA LIBERDADE

Passaram 48 anos desde a revolução que ditou o fim da ditadura e marcou o início da vida democrática em Portugal: o momento mais importante da história contemporânea do País. Que memória coletiva foi construída nas três gerações que cresceram em democracia, depois da Revolução?

GABRIEL MIRALDO*

NINGUÉM ESCOLHE NASCER, quando nascer ou onde nascer. Ter a perceção de algo que não se viveu é importante, mas também é um desafio. Por isso, a educação tem um papel fundamental na conservação da memória. As gerações do pós-revolução souberam do que aconteceu no 25 de Abril de 1974 através de diversos testemunhos. Familiares, professores, músicos, atores, escritores são muitas vezes o primeiro contacto que têm da memória da Revolução, mas também da censura e da repressão.

GERAÇÃO X: A PRIMEIRA A CRESCER EM DEMOCRACIA

Teresa Antunes, 53 anos, é professora de Filosofia, no ensino secundário. Ao longo do exercício profissional, teve um contacto intergeracional: muitos alunos já lhe passaram pelas mãos e tem noção da evolução da memória. Contudo, Teresa Antunes não precisou de formar uma memória a partir de testemunhos, criou-a através do seu olhar. Nascida cinco anos antes da Revolução, lembra-se perfeitamente do dia 25 de Abril de 1974: "Telefonou um colega do meu pai, muito cedo, ainda estávamos a dormir, por volta das 5h da manhã, a dizer que tinha havido um golpe de Estado e para não irmos para a rua. Houve um grande alvoroço lá em casa. Fomos a correr para o rádio, porque não havia televisão àquela hora, e lá nos pusemos em volta do aparelho para tentar perceber o que estava a acontecer."

As Forças Armadas ordenaram aos cidadãos de Lisboa que permanecessem dentro de casa. Porém, a ordem não foi obedecida nem pela

Direitos reservados

Teresa Antunes, 53 anos, é professora de Filosofia

maioria dos lisboetas, nem pela tia de Teresa. "A minha tia, que vivia connosco, foi logo para a rua. Eu e os meus pais não fomos. Claro, era miúda, mas ela foi e ainda esteve no Largo do Carmo." Teresa destaca outra curiosidade sobre o 25 de Abril de 1974: "Nesse dia, não houve escola. Aliás, não haver aulas foi algo recorrente nos tempos que se seguiram."

Quando era criança, a ideia que tinha do 25 de Abril era a de que "era uma festa, uma coisa boa que punha as pessoas muito felizes e bem-dispostas". Apesar dos cinco anos de Teresa Antunes na altura, a pequena já tinha a noção de que, "de facto, as pessoas não tinham liberdade. Era tudo muito cinzento". Algo mudou no 25 de Abril. "A partir daquele dia, toda a gente andava na rua. Parecia que as cores eram mais intensas." Passados 48 anos, Teresa Antunes está "felicíssima por o 25 de Abril ter acontecido". E acrescenta: "É um marco incontornável na nossa história e tenho pena que os meus alunos não tenham essa perceção."

O movimento que desencadeou o 25 de Abril leva Teresa Antunes a acreditar na "bondade e na capacidade humanas para mudar". Todavia, ainda hoje há uma disputa sobre o que aconteceu nesse dia, que se denomina de Revolução. "É uma mudança tão radical, que acho que o

termo revolução se aplica. Até do ponto de vista da perceção emocional, a primeira coisa que me veio à cabeça foi cor. As pessoas andavam a rir e a cantar. E isso é revolucionário, no sentido em que houve uma alteração radical, não só no aspeto político, mas também nas mentalidades. Tudo passou a ser possível."

A censura e a repressão são características marcantes do Estado Novo e deixaram consequências que se notam nos tempos que correm. Teresa Antunes consegue imaginar a vida com censura, uma vez que tem testemunhos de familiares que a sofreram na pele, mas sem a clara experiência do que é viver com repressão. "O que mais me marcou foi um certo conservadorismo das mentalidades. Na minha família, havia pessoas ligadas ao PCP e tenho alguma noção de rusgas a casas e a familiares. Felizmente, não tive de passar por isso."

A data de 24 de abril de 2022 marcou o momento em que a democracia ultrapassou, num dia, os anos da ditadura. Contudo, liberdade ainda é, hoje em dia, um conceito difícil de definir. Embora já não vivamos em ditadura, é possível que não haja ainda liberdade plena. Teresa Antunes considera que, do ponto de vista político, vivemos em liberdade. Mas acrescenta: "A liberdade é algo muito interior e há aspetos da nossa vida atual que não nos deixam ser tão livres quanto devíamos ser. Vejo que, hoje em dia, também há um grande conservadorismo de uma outra natureza. Porém, somos mais livres claramente."

As pessoas da faixa etária de Teresa Antunes, a chamada Geração X, foram as primeiras a crescer em democracia. São filhos e filhas daqueles que fizeram a Revolução e esta é, em parte, a geração que agora governa e toma decisões. Tomará esta geração a liberdade como garantida? "Eu não a tenho como garantida. Acho que é algo que nos obriga a estar sempre muito vigilantes. Mas, sim, diria que a minha geração a toma como garantida."

APESAR DOS CINCO ANOS DE TERESA ANTUNES NA ALTURA, A PEQUENA JÁ TINHA A NOÇÃO DE QUE, "DE FACTO, AS PESSOAS NÃO TINHAM LIBERDADE"

O sistema político português está a mudar e a democracia portuguesa enfrenta novos desafios. Teresa Antunes considera que "há ameaças, como em todas as democracias". E justifica: "De facto, a democracia é *sui generis* e, por exemplo, Platão não era muito favorável a este sistema com o argumento de que, muitas vezes, a maioria não é necessariamente a que tem mais conhecimento para escolher. E isso acontece. A democracia, nesse ponto de vista, está sempre ameaçada. Já vimos democracias eleger pessoas que manifestamente não são muito democráticas. É curioso que a

democracia aceite, no seu próprio seio, quem é contra ela." Além das ameaças antidemocráticas, às quais, no dizer de Teresa Antunes, devemos estar atentos, a docente de Filosofia realça outro aspeto que a preocupa nos dias de hoje: "O facto de as pessoas começarem a viver pior, com menos recursos, pode ser um perigo. É isso que as leva, por vezes, a optarem por extremismos. Parte da culpa é dos partidos e das forças políticas que não são extremistas e que não andam a prestar a devida atenção."

De todas as conquistas de Abril e numa altura em que a Europa se depara com a polarização que ameaça a democracia, há aspetos que falta cumprir plenamente. A docente afirma que o que ficou por concretizar de Abril tem a ver com as condições de vida de uma grande percentagem de portugueses que vivem abaixo do limiar da pobreza: "Era algo que acreditávamos que ia mudar. Infelizmente, não aconteceu. As assimetrias sociais parecem estar cada vez mais acentuadas."

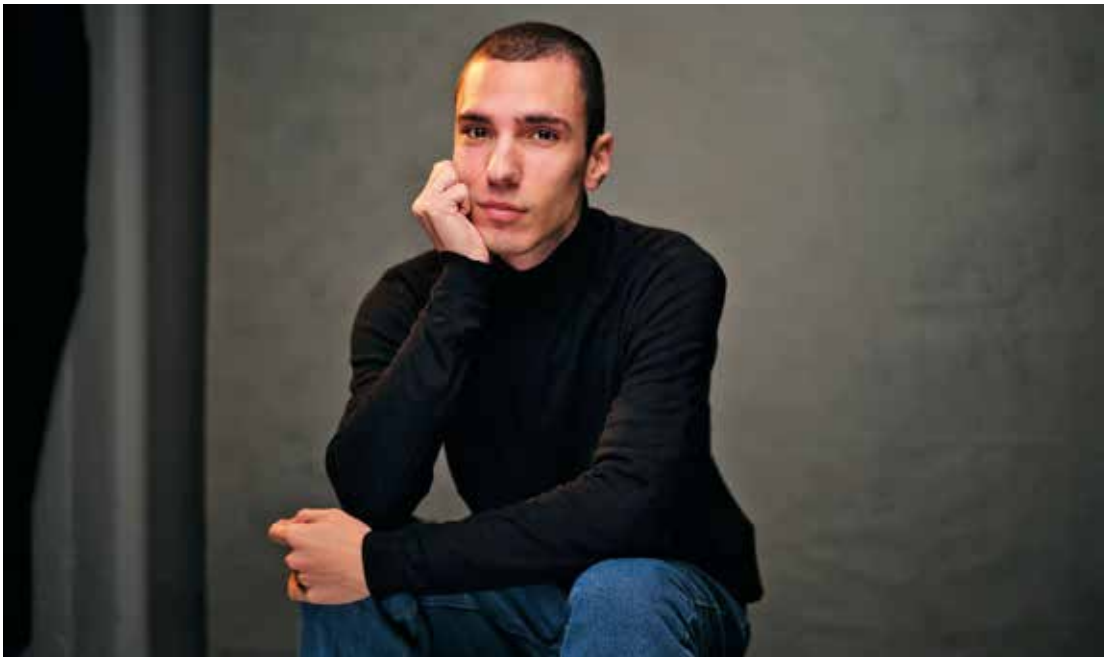
A CENSURA E A REPRESSÃO SÃO CARACTERÍSTICAS MARCANTES DO ESTADO NOVO E DEIXARAM CONSEQUÊNCIAS QUE SE NOTAM NOS TEMPOS QUE CORREM

MILLENNIALS: DEFENSORA DO AMBIENTE E DOS DIREITOS DAS MINORIAS

Pedro Rei tem 28 anos, é doutorando em Ciências da Comunicação, no ISCTE (Instituto Universitário de Lisboa), e nasceu precisamente no ano em que a Revolução dos Cravos completou duas décadas. Desde então, muita coisa mudou: a democracia estabeleceu-se, a RTP passou a emitir televisão a cores e, em 1986, Portugal entrou para a Comunidade Económica Europeia (hoje União Europeia). Pedro não se lembra do momento exato em que ficou a saber do 25 de Abril de 1974. "Penso que tenha sido na escola. O aprofundamento sobre o acontecimento foi feito, mais tarde, na faculdade, por interesse próprio."

A noção que Pedro Rei tem da Revolução é a de que foi o "momento mais bonito de Portugal". Nas suas palavras, o 25 de Abril foi "o povo a agarrar a liberdade pelas mãos. Não foi algo orgânico, teve de ser conquistado pelas pessoas. Até porque saíram à rua quando lhes disseram para não sair". E acrescenta: "Via imagens da altura e era emocionante. Queria ter estado lá, mas não era nascido." Para este jovem, o termo revolução aplica-se aos acontecimentos do 25 de Abril, "embora haja pessoas que não querem que se chame de revolução".

O estudante de Comunicação tomou conhecimento da censura e da repressão da ditadura através de testemunhos de familiares. Contavam-lhe que "havia momentos em que estavam com mais pessoas e tinham de falar baixo, de falarem de Salazar ou do regime e ouvirem 'vê lá o que estás a dizer'". Ter noção da repressão de um regime sem a sentir na pele é inalcançável. No caso de



Direitos reservados

Pedro Rei, 28 anos, é doutorando em Ciências da Comunicação

Portugal, são testemunhos como os de familiares de Pedro Rei que ajudam a não deixar morrer a memória de um governo que ojerizava os portugueses. "Tenho a ideia de que as pessoas não podiam falar", relata. Viver com repressão é-lhe inimaginável. "Deve ser horrível. Não há liberdade de imprensa. Não podemos dizer o que pensamos. Não quero isso para a minha vida, nunca, embora haja sempre a possibilidade de voltar."

Os *millennials*, o nome dado às pessoas da geração de Pedro Rei pela sociologia, nasceram e cresceram em democracia, depois da conquista da liberdade. Contudo, o estudante considera que não vivemos em liberdade. "O 25 de Abril não é uma conquista que temos agora e que somos livres e que está tudo maravilhoso. Acho que as conquistas de Abril têm de ser feitas ainda hoje. Temos de lutar pela liberdade de todos", defende. Existe outra nuance a ter em conta quando se fala de liberdade. Para Pedro Rei, liberdade é um conceito relativo que "depende da classe social e é diferente para cada um de nós".

O jovem define a ascensão da extrema-direita, legitimada pela onda europeia, como a maior ameaça à democracia portuguesa. Além disso, constata que "também é grave a normalização da extrema-direita que está a ser feita neste

momento pelos meios de comunicação social. É uma ameaça muito grande. As pessoas desvalorizam imenso esta normalização". Em sua opinião, a democracia portuguesa em tudo pode ser aperfeiçoada, mas não com 'pensos rápidos': "Temos de pensar se queremos melhorar as coisas 'aqui e ali' ou se pretendemos uma restruturação total e realmente ter uma democracia para todos."

Há ainda muito que fazer de Abril. "Falta conquistar direitos hoje para permitir que as pessoas tenham liberdade: o aumento do salário mínimo, a educação, direito à saúde para pessoas transgénero e LGBTQ+ e muitas outras carências", acredita. Além disso, os interesses liberais estão, no entender do jovem, a enfraquecer o coletivismo que Portugal testemunhou, nos anos da pós-revolução. "O neoliberalismo está a tirar força revolucionária e há uma disputa de memória do 25 de Abril. Há quem queira que seja visto de forma diferente."

GERAÇÃO Z: PREOCUPADOS COM O AMBIENTE, MAS TAMBÉM COM AS FERIDAS DO PASSADO

Márcia Mendonça é estudante de Teatro, na Escola Superior de Arte e Design das Caldas da Rainha (ESAD.CR). Tem 21 anos e nasceu em Moçambique, mas aos seis anos emigrou para Portugal. No seu país natal, o 25 de Abril passa despercebido. "Quando vivia em Moçambique, nós comemorávamos um bocadinho, mas lá é mais celebrado o dia 10 de Junho, que é o Dia de Portugal, do que o 25 de Abril. Quando vim para Almada, todos os anos havia uma festa na Praça São João Batista e eu ia com a minha mãe. Alguém me explicou o que tinha acontecido e, depois, aprofundei o meu conhecimento na escola."

O ESTUDANTE DE COMUNICAÇÃO TOMOU CONHECIMENTO DA CENSURA E DA REPRESSÃO DA DITADURA ATRAVÉS DE TESTEMUNHOS DE FAMILIARES

A jovem não consegue imaginar como é viver sob um regime opressor, mas tem a certeza do temor que se esconde no passado. "Hoje em dia, nós, jovens, não percebemos a quantidade de privilégios que temos, porque não vivemos sob um regime fascista. Deve ser uma diferença descomunal", considera. Márcia Mendonça acredita, no entanto, que vivemos com liberdade, mas incompleta: "Atualmente, temos outro tipo de restrições." A estudante de Teatro crê que os mais jovens têm discernimento da liberdade em que vivem, mas não se apercebem de que pode não ser uma condição permanente e absoluta. "A minha geração é muito consciente, mas, ao mesmo tempo, nunca vivemos sem tudo o que temos. Não possuímos mesmo plena consciência e isso é perigoso. As pessoas começam a tomar a liberdade como garantida. É assim que se perde liberdade."

Tal como Pedro Rei, Márcia Mendonça considera a ascensão da extrema-direita em Portugal

Direitos reservados

Márcia Mendonça é estudante de Teatro, na Escola Superior de Arte e Design das Caldas da Rainha

AS CONSEQUÊNCIAS DO PASSADO COLONIAL SÃO IRREVERSÍVEIS, MAS HÁ MUITO QUE PODEMOS FAZER AGORA PARA AMENIZA-LAS

e na Europa como uma das maiores ameaças à democracia. A jovem sublinha que o conhecimento e a cultura são armas poderosas contra o avanço dos extremismos: "Começa sempre pela educação. Temos de ensinar, desde cedo, às pessoas o que é que isto realmente significa e o que pode acontecer, se não valorizarmos a vida que levamos. Não somos um país perfeito, mas não teríamos acesso à educação e à saúde, se não fossemos uma democracia avançada. Há que valorizar estas possibilidades."

O que ficou por fazer no pós-revolução foi, para Márcia Mendonça, "o apoio aos países que foram deixados depois da descolonização". A estudante de Teatro considera que "os países não tinham estruturas para se aguentarem sozinhos". Além disso, entende que a "forma como é ensinada a História tem aspetos ausentes, até mesmo em relação ao 25 de Abril". Muito ainda precisa de ser cumprido de Abril, mas a jovem refere um ponto fulcral: "Falta educar as pessoas em Portugal sobre o que aconteceu em África para que tenham noção do quanto Portugal deve aos outros países."

As consequências do passado colonial são irreversíveis, mas há muito que podemos fazer agora para amenizá-las. Márcia Mendonça aponta algumas medidas que estão ao nosso alcance: "o acolhimento de imigrantes, a sua instrução e, sobretudo, o reconhecimento dos nossos erros." Portugal estará, acredita, "para sempre em débito com os povos africanos colonizados. As feridas do colonialismo ficaram por sarar e ainda vão ficar por muito tempo".

* Aluno da Escola Superior de Comunicação Social do IPL

SERIGRAFIA DE JOSÉ GUIMARÃES

Técnica: Serigrafia s/ papel Fabriano Tiepolo
Data: 2019
Dimensão: 90 x 70 cm
Mancha: 76x57,5 cm
Tiragem: 199 exemplares
Editor: Associação 25 de Abril
Impressor: Atelier Centro Português Serigrafia, Lisboa

Por especial deferência do autor desta obra, foi possível estabelecer condições muito especiais para os Associados da A25A, sendo a relação de preços a seguinte:

> Valor de venda ao público: 1.200,00€
> Valor para Sócios da A25A: 900,00€

Nota: Para cada exemplar da serigrafia, será oferecida uma pasta para transporte/guarda

OS NETOS A PENSAR ABRIL

Direitos reservados

JORGE GOLIAS*

NO PAPEL DE AVÔ, Martins Guerreiro pediu à sua neta Alice, de 19 anos, para escrever uma carta sobre o 25 de Abril. Alice, de quem também temos foto, escreveu uma bela carta onde discorre com emoção sobre o significado do 25 de Abril, principalmente para quem está numa família que respira Abril permanentemente. O que aqui está escrito, por quem ainda é tão nova, é música para os Capitães de Abril e motivo de grande orgulho para o seu avô e, já agora, para a sua avó Custódia, que aqui também se projecta como "Capitã" de Abril.

Assim, apresento nesta secção esta bela carta, com um aceno de gratidão a quem tão bem fala de nós. Obrigado, Alice.

Tem também a palavra o avô da Alice, o nosso estimado e notável camarada contra-almirante Manuel Beirão Martins Guerreiro. Capitão de Abril desde a primeira hora, membro do Conselho da Revolução e do Conselho de Estado, é uma das principais figuras e vozes de Abril.

Não vou expor uma carta dele aos netos, mas sim um texto magnífico que se aplica bem nesta circunstância e que ele escreveu para as crianças.

*Coordenador desta secção

INCHADA DE ORGULHO

Esta é a crónica de uma jovem que diz ficar "inchada de orgulho" de ser neta de um Capitão de Abril, mas não ignora o papel de quem esteve sempre ao lado dele, a avó Custódia, e revê nela as mulheres de todos os outros capitães e combatentes pela liberdade

ALICE GUERREIRO QUEIROZ BARBOSA*

DESDE PEQUENINA que a data 25 de Abril teve um significado para além de um feriado. Esteve sempre presente o entusiasmo que sobe da barriga até à boca e acaba em forma de sorriso, meio ansioso por toda a emoção que se aproxima. Nunca passou despercebido o famoso Dia da Liberdade. Sim, com letra grande, como se faz com os nomes de países, de pessoas, enfim, as coisas importantes... até devia estar a negrito, itálico, entre aspas e sublinhado, mas assim já estaria a cometer vários erros de escrita da língua portuguesa.

Todos os anos se revela um novo pormenor da revolução. Fico a saber de uma nova aventura que se desenrolou para chegar a este dia com sucesso. O meu avô, a minha avó, os meus pais, os meus tios - vai mudando quem revela a nova informação - mas a verdade é que todos contam com o mesmo entusiasmo e orgulho as revelações que tinham guardadas na sua memória. Ainda não o disse, mas este dia é tão falado na minha família, se calhar um pouco mais do que nas outras, pelo facto de o meu avô ter feito parte do Conselho da Revolução e

Direitos reservados

Alice, 19 anos, uma neta de Abril

ser um Capitão de Abril. Também eu me encho de orgulho e quase rebento, de tão inchada que fico, quando conto isto a alguém. Claro que falo com leveza para não parecer convencida e para aumentar o espanto e a emoção com que a outra pessoa fica. Sempre foi assim, desde que nasci que o avô Guerreiro e a avó Custódia andam de mãos dadas com o Dia da Liberdade. É de máxima relevância também falar da minha avó (que neste texto representa as mulheres dos Capitães de Abril, ou seja, as Capitãs de Abril), uma vez que esteve sempre, lado a lado, com o meu avô e arriscou tanto como ele nas lutas pela liberdade. Pelo dia em que tudo mudaria, em que a vida voltaria a ter todas as cores vivas que merece.

Na escola, sempre que esta data se aproximava, e líamos sobre este acontecimento, eu sentia que pertencia um pouco àquela história. Sentia-me especial, como quando vamos a um restaurante e alguém sussurra a quem está a servir às mesas que é o nosso dia de anos e durante aqueles cinco minutinhos somos o centro das atenções e, quem sabe, até nos cantam os parabéns com uma velinha improvisada. Era este o sentimento.

LIBERDADE COMO UM DIREITO

Este ano tive o privilégio de ir à Assembleia da República com o meu avô para presenciar a cerimónia de celebração do 25 de Abril. Não sei explicar, mas estava nervosa antes de entrar, nervosa para ouvir o que os deputados de hoje tinham a dizer sobre este assunto. Se as palavras deles iam corresponder a todo o esforço que os meus avós e os restantes lutadores pela liberdade fizeram no passado. Algumas palavras sim, mas outras não. Às vezes, parece que as pessoas não levam com a seriedade necessária a importância desta data. Muita gente encara como mais um feriado para descansar.

ESTE DIA É TÃO FALADO NA MINHA FAMÍLIA, SE CALHAR UM POUCO MAIS DO QUE NAS OUTRAS, PELO FACTO DE O MEU AVÔ TER FEITO PARTE DO CONSELHO DA REVOLUÇÃO E SER UM CAPITÃO DE ABRIL

É difícil de decifrar o que este dia representa para a minha geração. Temos pessoas, como eu, que dão extrema relevância (a necessária e merecida) a este evento histórico e outras que até se esquecem do mesmo. Em parte, penso que isto acontece por termos, felizmente, nascido num Portugal livre. Sempre nos foi dada a liberdade como um direito (como tal deve ser). Mas, esta garantia, por vezes, pode ter levado a uma desvalorização do seu significado.

À medida que fui passando de ano escolar, deixou-se de falar deste dia, e de todos os que decorreram até este se concretizar, coisa que nunca deveria acontecer. Como se o assunto fosse perdendo a sua importância, à medida

que os anos passavam. Deveria haver, anualmente, um espaço nas escolas dedicado a este assunto, que informasse e demonstrasse aos jovens a importância desta data. Já é suficientemente mau não termos pensamento político nas escolas, uma disciplina que nos explicasse as bases da política, do parlamento português e um pouco da política europeia. Para quando chegássemos aos 18 anos, e já pudéssemos exercer o nosso direito de voto, não votássemos naquilo que é ilusório e sim no que sabemos ser melhor para todos.

Fico triste, quando penso que nem todos levam esta data tão a sério como eu e sinto, por vezes, responsabilidade em incutir nos outros a importância do mesmo. Mas quase nunca resulta; parecendo que não, a malta de 20 para cima já tem ideias bastantes definidas. Eu sei que os adultos (que se dizem) sérios acham que ainda não sabemos quase nada do mundo (o que, em parte, é verdade), mas também não sabemos assim tão pouco. Sempre que trago este tema para cima da mesa, com gente próxima da minha idade, fico com a sensação de que quem não está para aí virado, também não o irá ficar. Claro que há exceções, e quem sou eu? Afinal, só tenho 19 anos, mas acho que o melhor seria começar a cultivar o significado deste acontecimento histórico, aprofundando-o nas escolas, desde cedo e com regularidade.

É preciso encarar esta data como um dia de celebração da liberdade. Não como um dia em que metade de Portugal esteve do lado "errado" da revolução (pois aconteceu, nem todos conseguiram superar medos e correr riscos para ultrapassar as leis da altura, nem todos conseguiram lutar contra a opressão, o que na verdade se entende; pois não me parece nada fácil). Foi sempre difícil distinguir o certo do errado. Se fosse há uns anos, sei que não seria eu a escrever este texto, não faria sentido ser uma mulher a escrevê-lo, mas hoje já o faz. Hoje, mais do que nunca, faz sentido ser uma mulher a escrever. Então, agradeço esta oportunidade para falar um pouco da nossa companheira e para agradecer aos meus avós por ma terem apresentado. *Alice, muito gosto!* (diz ela para a liberdade).

Porto, 4 de julho de 2023

*** Neta do capitão de Abril Martins Guerreiro**

SE FOSSE HÁ UNS ANOS, SEI QUE NÃO SERIA EU A ESCREVER ESTE TEXTO, NÃO FARIA SENTIDO SER UMA MULHER A ESCREVÊ-LO, MAS HOJE JÁ O FAZ. HOJE, MAIS DO QUE NUNCA, FAZ SENTIDO SER UMA MULHER A ESCREVER

O DIA DA LIBERDADE

Direitos reservados

Manuel Beirão Martins Guerreiro. Capitão de Abril desde a primeira hora, membro do Conselho da Revolução e do Conselho de Estado, é uma das principais figuras e vozes de Abril

Abril continua no coração de muitos adultos e de muitas crianças que saberão mantê-lo vivo e forte

MANUEL MARTINS GUERREIRO*

O 25 DE ABRIL ficou para a História como o Dia da Liberdade.
Liberdade para todos serem felizes; para darem asas aos seus sonhos; para serem amigos das outras pessoas. Liberdade com respeito pelos outros.
A liberdade de Abril é também fraternidade, amizade, cooperação e ajuda. É respeitar a dife-

FOI O DIA EM QUE PUDEMOS OLHAR PARA O AMANHÃ SEM MEDO, COM ESPERANÇA NO FUTURO, SEM A PREOCUPAÇÃO DE SERMOS ESPIADOS OU TRAÍDOS

rença na igualdade, é respeitar a dignidade de cada pessoa.
O 25 de Abril foi também o dia mais bonito da História de Portugal do século XX, foi o dia da festa, da alegria, da generosidade e de tudo o que tem de bom o povo Português.
Foi um dia que fez história em Portugal e com esse dia Portugal e os portugueses fizeram história no mundo.
Os símbolos do 25 de Abril: a canção Grândola Vila Morena e o cravo refletem esse dia lindo em que conquistámos a paz, a liberdade de estudar e de aprender, a democracia.
Foi o dia em que conquistámos a liberdade de ser felizes no nosso País, de não sermos obrigados a emigrar, de não sermos obrigados a ir para a guerra e podermos ver os filhos brincar, crescer, sorrir, ir à escola e aprender novas coisas.
Foi o dia em que pudemos olhar para o amanhã sem medo, com esperança no futuro, sem a preocupação de sermos espiados ou traídos.
Foi o dia da confiança nos outros e na humanidade.
O lado bom das pessoas manifestou-se com toda a generosidade naquela semana até ao dia 1.º de Maio.
Abril mês das flores, marcou a História de Portugal, fez o milagre das espingardas dos soldados florirem de cravos vermelhos.
A metralha de Abril não foram as balas, foram os cravos e as ideias generosas, a liberdade e a fraternidade.
Por isso, Abril continua no coração de muitos adultos e de muitas crianças que saberão mantê-lo vivo e forte, saberão tornar duradouro o espírito sonhado.

* Capitão de Abril, sócio da A25A

Direitos reservados

O MEU CRUZAMENTO COM EDUARDO LOURENÇO

Foi na dedicatória de um livro de Lúcio Sousa Dias, antigo funcionário superior do Ministério do Exército, que o autor deste texto ficou a saber que Eduardo Lourenço fixou o apelido materno como de uso corrente em detrimento do apelido paterno Faria. Corria o ano de 1961 e o pensador e ensaísta é apresentado como dr. Eduardo Faria

JORGE GOLIAS*

NESTE CENTENÁRIO do seu nascimento, recordo o dia em que me cruzei com o mestre erudito, na cave da Livraria Férin, onde, em Dezembro de 2014, Ernesto Rodrigues apresentava o seu livro *Passos Perdidos*. E em cuja sessão me "zanguei" com o então director da Faculdade de Letras de Lisboa por causa das personagens diferentes com os mesmos nomes.

Ernesto Rodrigues não deixa em mãos alheias a apresentação dos seus livros e tanta gente de alto gabarito tinha para escolher. Neste, apresenta-nos uma personagem de nome José Félix Filostrato, que aparece três vezes com o mesmo nome, mas representando personagens diferentes. Eu confundo-me logo e tenho de me munir de lápis e papel para escrever sobre quem é quem e poder assim ir caminhando pela leitura que sempre faço e que quase sempre recenseio. Quando perguntei ao escritor porque é que não escolhia nomes diferentes, até porque não era a primeira vez que fazia isto, ele sorriu, e penso que nem me respondeu, tão parva deve ter achado a pergunta.

Neste evento, estavam grandes nomes da nossa cultura, como Eduardo Lourenço, Mário de Carvalho, Nuno Júdice e Eugénio Lisboa.

No final, já na Rua Nova do Almada, após subir aquelas escadas labirínticas e pombalinas do velho edifício da Férin, e em andamento de subida da calçada, vejo Eduardo Lourenço hesitante em subir ou descer. Deixei o meu grupo e aproximei-me dele indagando se precisava de ajuda. Que sim, que precisava de um táxi. Disse-lhe que tínhamos de subir, que havia uma praça de táxis ao cimo, junto aos Armazéns do Chiado. Meti-lhe o braço para o ajudar a subir e iniciámos este diálogo que aqui tento reproduzir com a aproximação que estes quase dez anos (inscritos nos meus 82) permitem.

– Sabe que li há muitos anos, aí pelos anos 80, um livro de viagens *Pequena Volta ao Mundo* de um amigo seu, Lúcio de Sousa Dias? Era funcionário superior do Ministério do Exército e trabalhava no mesmo local que eu, na Direcção da Arma de Transmissões, ali no beco do Campo de Sta. Clara, junto à Feira da Ladra. Era muito conversador e encontrou em mim um ouvinte atento. Soube que era de Chaves e familiar do general Sousa Dias (morto no degredo de Cabo Verde, em 1934, depois de ter participado na revolta de Fevereiro de 1927 e na revolta da Madeira, em 1931).

Relatei a Eduardo Lourenço a minha conversa com o seu amigo Lúcio, pois, sendo quase conterrâneos (Chaves e Mirandela), tínhamos conversado sobre as lutas dos republicanos, tendo-me ele oferecido a *Luta dos Sargentos pela República*, de sua autoria, e *O General Sousa Dias e as Revoltas contra a Ditadura 1926-1931*, de Oliveira Marques. Falámos muito sobre os "Defensores de Chaves" e eu aproveitei para lhe lembrar o que ficou conhecido pelo **Triângulo da Liberdade**, na defesa da República, que era constituído por Vila Real, Chaves e Mirandela. E daqui ainda convoquei o meu ídolo em jovem que foi o capitão Sarmento Pimentel, meu conterrâneo.

Até que cheguei aonde queria, que era o livro já referido, de 108 páginas, já na 4.ª edição de autor, de Setembro de 1961, que Lúcio dedica ao seu amigo com a seguinte inscrição: "À amizade e amabilidade do Dr. EDUARDO FARIA devo a revisão e arranjo literário desta obra" (Eduardo Lourenço fixou o apelido materno como de uso corrente em detrimento do apelido paterno Faria). Quando li a dedicatória, nada me disse este Eduardo Faria e foi o Lúcio de Sousa Dias que me informou que se tratava de Eduardo Lourenço, seu camarada do Colégio Militar. Li-o de um fôlego, por ter a mão de Eduardo Lourenço, mas também por se tratar de um livro de viagens muito interessante e profusamente ilustrado.

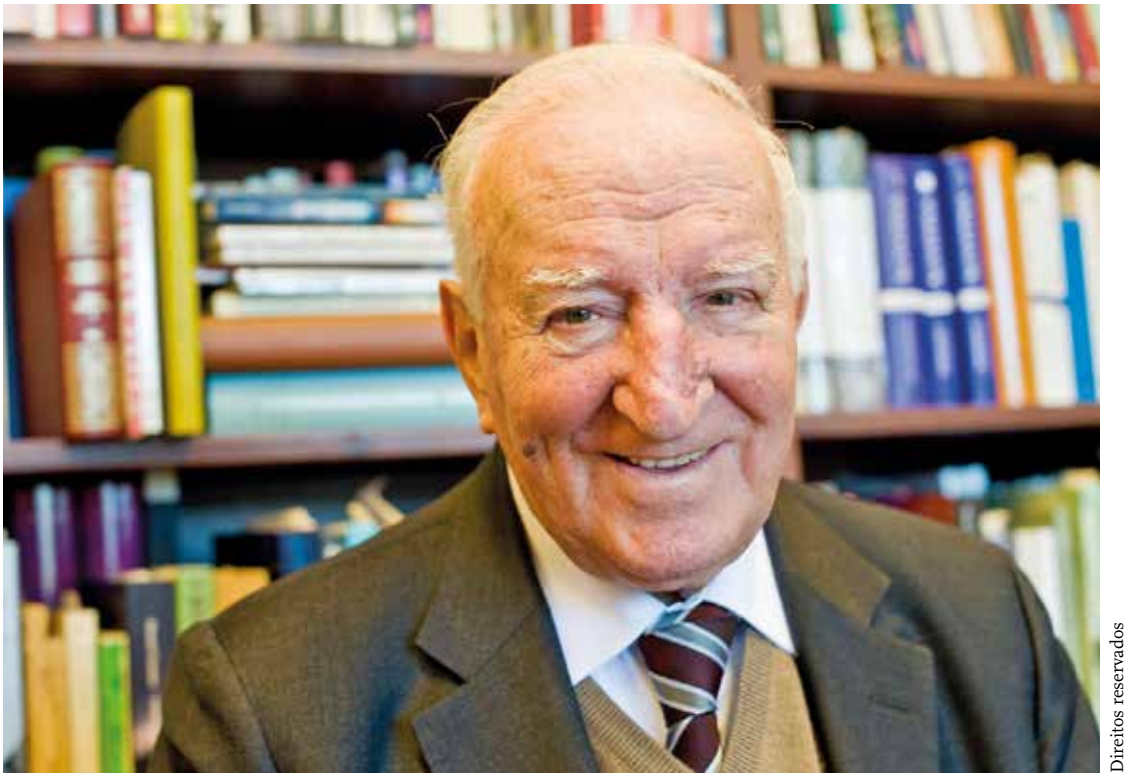
O livro abre com a erudição que Lúcio não tinha, ao citar Fernando Pessoa e Eça, mas prossegue com a descrição factual de um périplo memorável, num tempo de grandes mudanças.

LÚCIO SOUSA DIAS, AMIGO DE EDUARDO LOURENÇO E AUTOR DE "PEQUENA VOLTA AO MUNDO", ERA MUITO CONVERSADOR E ENCONTROU EM MIM UM OUVINTE ATENTO

Na sua passagem pelo Paquistão, Lúcio contactou a colónia goesa, mal sabendo que dali a três meses a União Indiana invadiria o Estado Português da Índia. Estes goeses há muitos anos emigrados já tinham nascido no Paquistão, e não falavam português, mas eram portugueses de "nacionalismo luso-goês", cujo cimento ideológico era o catolicismo. Acontece que esta história me interessava, porque um ramo desta família, oriundo de Goa, os Belarmino Lobo (médico goês), de onde fugiram em 1961 para Moçambique, e depois, em 1974, de Moçambique para Lisboa, são meus vizinhos e reconheceram os seus familiares emigrados. As voltas que a História dá!

UMA CONVERSA

Esta história podia acabar aqui, se não fosse o caso de uma revista literária de Lisboa há uns anos pensar em editar este livro como sendo de Eduardo Lourenço. Leitor da mesma alertei



Direitos reservados

para o facto de Eduardo Lourenço ter sido o *ghost writer* da obra e não o autor da narrativa. Tiveram o bom senso de não insistir e a "coisa" ficou por aqui.

Nesta data centenária, continuo então esta evocação com a conversa que tive com Eduardo Lourenço a subir a Rua Nova do Almada. Falámos um pouco sobre o livro do comum amigo, Ernesto Rodrigues, o tom satírico do livro de hoje, ao referir-se à Assembleia da República, titulando de "Passos Perdidos" este seu livro e da sua já muito grande obra literária e contei-lhe que era seu conterrâneo. Depois, disse-lhe que conheci o seu amigo Lúcio de Sousa Dias, tendo ele ficado muito agradado com a forma como lhe descrevi as minhas conversas com o então empregado civil, bibliotecário da Direcção da minha Arma – de Transmissões.

Confirmou a sua colaboração, tendo recebido o amigo, em Paris, para trabalharem sobre este projecto, que também o fez viajar pelo mundo, numa altura em que esses passeios eram

proibitivos. A certa altura, o autor escreve mesmo isto: "os rapazes nas minhas condições não dão voltas ao mundo, mas às secretárias e aos miolos, para saber como chegar ao fim do mês...". Aliás, confirmou a justificação para que o Lúcio tivesse esta oportunidade: era funcionário da TAP e sabia falar inglês, tendo sido premiado pela companhia.

O ancião Eduardo Lourenço, sob o peso dos seus 91 anos, no fim de um dia de cansaços, ia subindo a calçada com um passo miudinho, apoiado no meu braço, agradecido. Mas, em boa verdade, o agradecido era eu!

Ainda tive tempo para lhe perguntar se sabia que estávamos perto da livraria mais antiga do mundo. Admirado com a minha pergunta, disse que não sabia que a Bertrand era essa livraria e perguntou-me como é que eu sabia disto. Respondi que vem nos roteiros para turistas! Mas agora também o Google dá essa informação.

Em meados de Fevereiro de 1987, dois semanários de Chaves davam conta do falecimento do tenente Lúcio de Sousa Dias, apresentado como um grande historiador da luta dos sargentos pela República.

Cabe nesta recordatória lembrar a participação de Eduardo Lourenço no Seminário da A25A, creio que na FIL da Junqueira, sobre o 25 de Abril. E recordo que saímos dali algo descoroçoados, pois o Mestre pouco disse que nos servisse de receita para os problemas que os militares de Abril estavam enfrentando, ainda em tempo do Conselho da Revolução. Um dos pontos que ele sublinhou foi o facto de a esquerda democrática se deixar ultrapassar pela direita democrática na preservação dos valores tradicionais, de Pátria, Honra, Identidade, etc., porventura como demarcação dos valores caros à Ditadura.

NA SUA PASSAGEM PELO PAQUISTÃO, LÚCIO CONTACTOU A COLÓNIA GOESA, MAL SABENDO QUE DALI A TRÊS MESES A UNIÃO INDIANA INVADIRIA O ESTADO PORTUGUÊS DA ÍNDIA

E recordo ainda a personalidade independente de Eduardo Lourenço, que muito cedo, aos 16 anos, tão perguntador era que perdeu a fé, doendo-lhe mais pela mãe que um dia lhe disse: "**tanto leste que tresleste!".** E dele li alguns dos seus livros: *Heterodoxias, O Canto do Signo, Antologia poética de Fernando Pessoa, O Tempo da Música*, mas em verdade concluo que sempre gostei mais dos seus pensamentos avulsos do que dos textos literários ensaísticos. "Culturalmente, no domínio da imagem pública, sou um ensaísta. E já estou crucificado nessa maravilhosa cruz".

LI ALGUNS DOS SEUS LIVROS [DE EDUARDO LOURENÇO]: *HETERODOXIAS, O CANTO DO SIGNO, ANTOLOGIA POÉTICA DE FERNANDO PESSOA, O TEMPO DA MÚSICA*, MAS EM VERDADE CONCLUO QUE SEMPRE GOSTEI MAIS DOS SEUS PENSAMENTOS AVULSOS DO QUE DOS TEXTOS LITERÁRIOS ENSAÍSTICOS

IDENTIDADE PORTUGUESA

É do conhecimento geral que Eduardo Lourenço estudou e falou com ênfase sobre questões de identidade portuguesa e, mesmo quando estudou e escreveu sobre Fernando Pessoa, ainda assim eram essas questões que o atraíram ao poeta ("a minha Pátria é a Língua Portuguesa", o poema épico da *Mensagem* e o mito do "5.º Império": herança do Bandarra, Luís de Camões, Pe. António Vieira e Agostinho da Silva). Sobre esta sempiterna questão e como magno produtor de pensamento, quiçá o último destes tempos, ora mais vazios de mentes brilhantes, Eduardo Lourenço escreveu: "Os portugueses ainda vivem com um excesso de passado. Sobretudo com essa espécie de fixação histórica, que pode ser de tipo erótico ou outra, temos a nossa fixação sobre o nosso período áureo. **Estamos eternamente no século XVI, estamos eternamente navegando para a Índia.** Porque foi aquilo que fizemos enquanto povo de mais extraordinário, aí deixámos a nossa marca na história do mundo."

E foi esta pulsão do mestre que o fez emitir uma recensão talvez exagerada sobre o livro *Viagem à Índia*, do então novato Gonçalo M. Tavares, deixando impressa uma comparação algo abusiva aos *Os Lusíadas*, de Luís de Camões, o poeta maior da língua portuguesa.

Eduardo Lourenço, a espaços, manifestava alguma frustração pelo facto de nunca ter escrito um romance, ainda e afinal, a ambição superior de um escritor.

Seis anos depois do encontro de 2014, na Férin, já em 2020, e aos 97 anos, Eduardo Lourenço partiria tranquilo na paradoxal morte de um imortal, deixando no registo do nosso conhecimento a convicção por ele afirmada de que não era heterodoxo, nem ortodoxo, era um paradoxo!

23 de Maio de 2023 (exacto dia do centenário)

* Capitão de Abril, sócio da A25A

HISTÓRIAS DO TEMPO DA OUTRA SENHORA

Salazar criou o Estado Novo, quando o fascismo medrava em Itália e o nazismo na Alemanha. Foi um tempo de medo, aqui e por toda a Europa, vítima de crimes, de inenarráveis horrores e da destruição

JOSÉ FANHA*

A MINHA MÃE era uma mulher que tinha crescido no início do Estado Novo. Jovem chegada à idade luminosa dos 20 anos em 1934, no tempo forte da ascensão de Salazar, do Estado Novo em Portugal, do fascismo na Itália de Mussolini, do nazismo na Alemanha, e quase à beira de começar a Guerra Civil de Espanha. Era o tempo do medo, um tempo negro em que se erguia uma Europa de fascismos, de crimes e destruição.

Contava-me ela que, jovem estudante de piano, no Conservatório Nacional, tinha ido assistir, como muitos outros alunos, ao exame final do maestro e compositor Lopes Graça, que já gozava da fama de ser um jovem cheio de talento.

A meio do exame, a PVDE (antecessora da PIDE) entrou no palco e, à frente dos que assistiam ao exame, levou Lopes Graça preso.

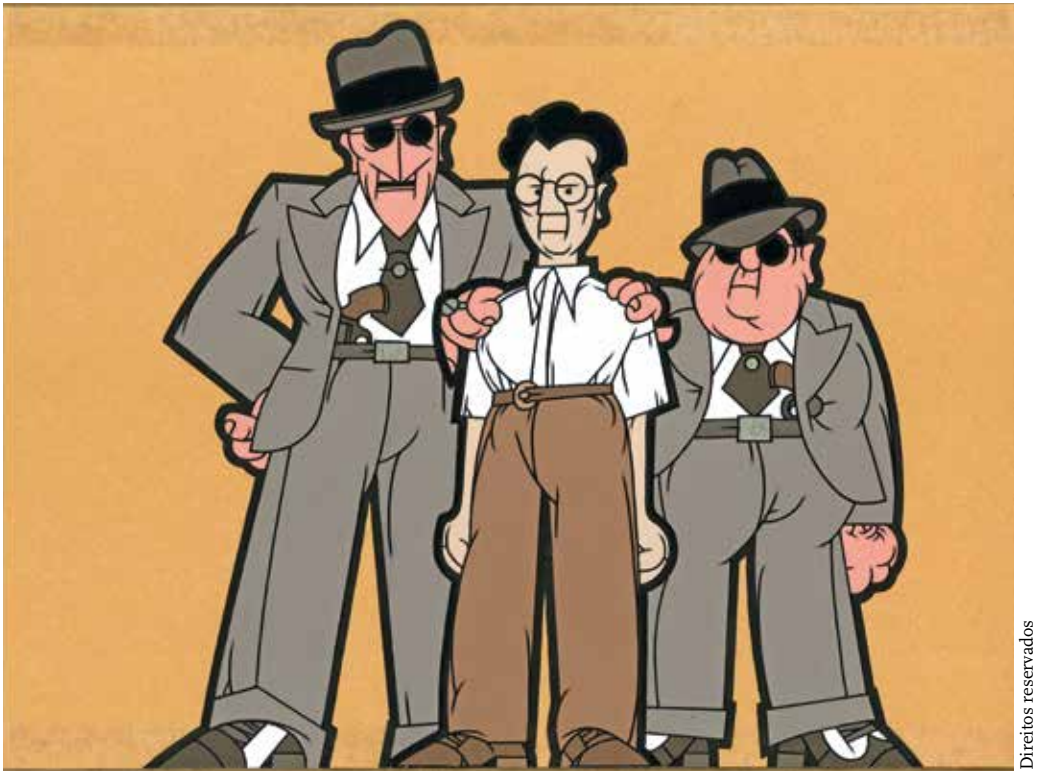
Ela terá ouvido nos anos seguintes a propaganda nazi contra o bolchevismo, a democracia, a maçonaria e os judeus, os inimigos a abater.

Acabada a guerra, veio a saber-se claramente dos horrores que se tinham vivido, dos crimes incontáveis, dos milhões de mortos nos campos de concentração.

No início, Salazar tinha sido um claro apoiante de Hitler, embora jogasse em dois tabuleiros e nunca tivesse deixado de ter uma porta aberta (ou entreaberta) à velha aliada que era a Inglaterra, de quem se aproximou à medida que o nazismo perdia terreno. Mas conseguiu passar nos "intervalos da chuva" e, passada a guerra, manteve Portugal debaixo de uma ditadura que só viria a terminar em 1974.

Nasci em 1951. A II Guerra Mundial já tinha chegado e partido seis anos antes, embora a memória dela estivesse ainda muito viva e próxima com toda a sua procissão de horrores.

Descobri pouco depois que o avô do meu avô Jaime era engenheiro ferroviário, judeu alemão, natural de Altona. Esse trisavô viera para Portugal, em 1850, para trabalhar na primeira linha férrea, Lisboa-Carregado. Ficou por cá e espalhou por aí



Direitos reservados

Cartoon de João Abel Manta

o apelido Kruss, que o meu pai alterou na Conservatória pondo-me um "e" a mais (Krusse), coisa que me deixou sempre um tanto desgostoso. Não que tivesse alguma outra relação com esse trisavô a não ser o nome. Mas, já que tinha, que fosse escrito como deve ser.

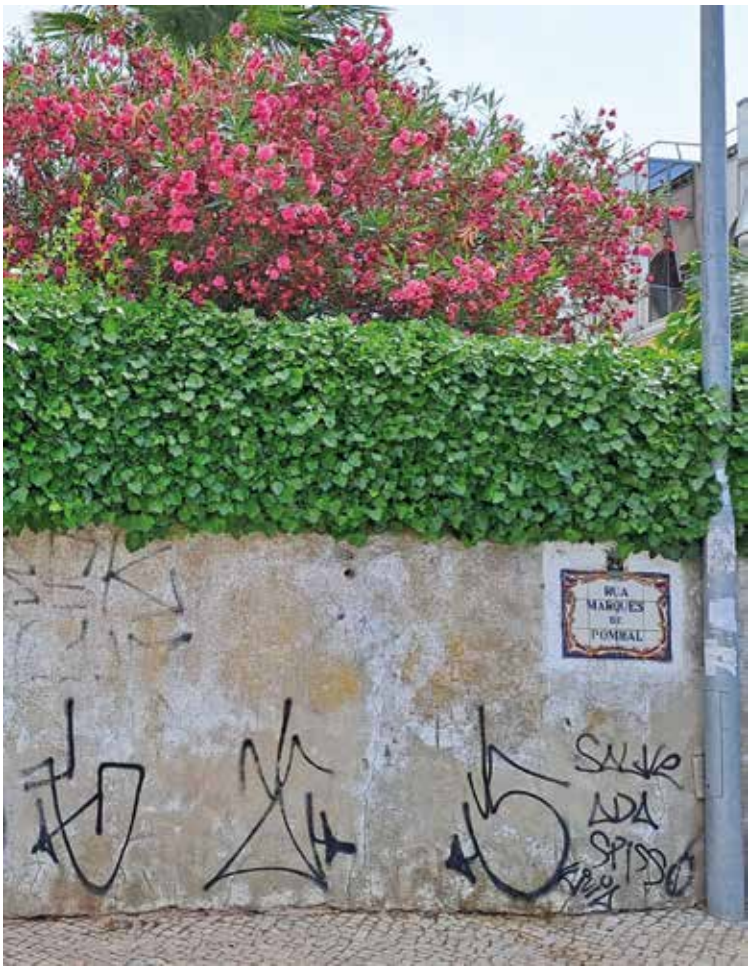
Um dia, com seis ou sete anos, um bocadinho armado em provocador, disse à minha mãe que também nós éramos judeus e ela ficou muito assustada, senão mesmo aterrorizada. A bem da verdade, descendíamos de um judeu como tantos portugueses. Mas não éramos mesmo judeus. Pelo sim pelo não, das palavras dela percebi que era melhor não falar disso. Mais tarde, vim a perceber. E a razão era simples: logo antes do início da II Guerra Mundial, para ser simpático a Hitler, também Salazar tinha andado a fazer ensaios de eugenia, para mostrar que os portugueses pouco ou nada tinham de raça judaica.

Para a minha mãe o medo permanecia. Sabia-se lá o que é que ainda podia vir a acontecer... Hitler desaparecera, mas Salazar e a sua gente continuava e, por isso, mais valia não arriscar.

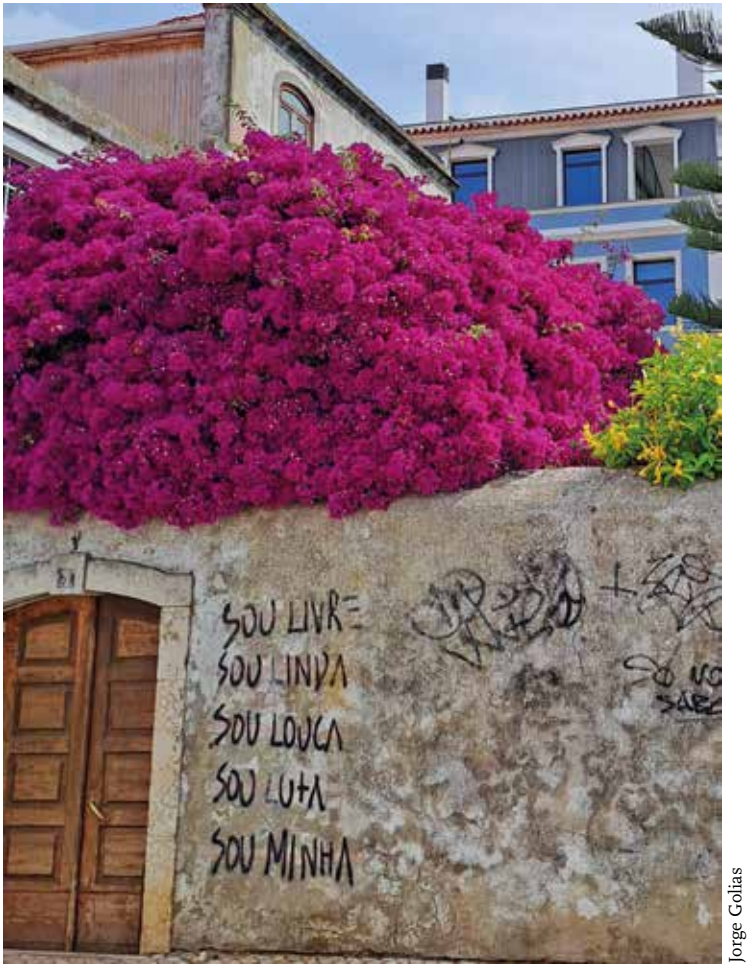
* Poeta e sócio da A25A

Uma fotomontagem

GRITO DE LIBERDADE



Jorge Golias



Jorge Golias

Paço d'Arcos, Rua Marquês de Pombal, Poesia com assinatura.

KOSOVO
UMA FERIDA DIFÍCIL DE SARAR

O dia 29 de maio de 2023 ficou marcado por mais uma onda de violência no Norte do Kosovo, região onde mais de 90% da população é de origem sérvia

CARLOS BRANCO*

APÓS UM PERÍODO de quatro décadas e meia sem guerras, com o fim da Guerra Fria o espaço europeu e os seus arredores voltaram a ser palco de confrontações armadas, na sua maioria de natureza étnica. A conflitualidade interestadual deu lugar à intraestadual. Mas a natureza eminentemente interna desses conflitos não obstou a que as grandes potências neles interviessem ativamente apoiando as diferentes fações envolvidas, de acordo com os seus interesses, em particular aqueles relacionados com a Grande Política, como foi o caso dos conflitos resultantes da dissolução da Jugoslávia e os que se lhe seguiram, de que se salienta o do Kosovo, longe de estar resolvido passadas duas décadas, onde ainda se opõem as comunidades sérvias e albanesas.

Se tem existido por parte da União Europeia empenho em encontrar uma fórmula política que acomode os interesses de sérvios e albaneses do Kosovo que lhes permita coexistir sob uma mesma entidade política, o mesmo não se pode dizer dos EUA. Por algum motivo não têm utilizado a sua poderosa influência

Map No. 4133 Rev. 81 UNITED NATIONS
September 2019 (Colour)

Office of Information and Communications Technology
Geospatial Information Section

sobre Pristina. Parecem mais interessados em manter a litigância, mas sem que esta assuma a forma de violência generalizada, como ocorreu algumas vezes no passado, nomeadamente no final da década de noventa, do que resolver politicamente o conflito. Um conflito em lume brando na Europa é um pretexto para tornar a presença de Washington indispensável.

UM CONFLITO EM LUME BRANDO NA EUROPA É UM PRETEXTO PARA TORNAR A PRESENÇA DE WASHINGTON INDISPENSÁVEL

ONDA DE VIOLÊNCIA

O dia 29 de maio de 2023 ficou marcado por mais uma onda de violência no Norte do Kosovo, região onde mais de 90% da população é de origem sérvia. Desta vez, o motivo não se relacionou com matrículas de carros, mas com a tentativa de Pristina dar posse aos presidentes de câmara eleitos em quatro municipalidades de maioria sérvia.

Para compreender as causas desta onda de violência temos de recuar a 19 de abril de 2013, quando sob a égide da União Europeia (UE) as autoridades de Pristina e Belgrado acordaram em estabelecer uma associação de 10 municipalidades de maioria sérvia, plano, que até hoje, não foi implementado. Este acordo atribuía à minoria sérvia alguma autonomia, no quadro do Kosovo, integrando-a no seu sistema institucional, mas com duas condições. Nas zonas de maioria sérvia: (1) os assuntos de natureza jurídica seriam resolvidos segundo as leis do Kosovo, mas os juízes seriam sérvios; (2) o policiamento seria feito pela polícia do Kosovo, mas o comandante da polícia seria sérvio, escolhido a partir de uma lista fornecida pelas municipalidades de maioria sérvia.

Este acordo não foi bem recebido por largos setores da intelectualidade sérvia que o consideraram uma capitulação inaceitável e uma validação da independência do Kosovo. De facto, as cedências feitas por Belgrado foram imensas. Entre outras, a participação dos sérvios nas instituições kosovares (magistratura, parlamento, governo, polícia, etc.). Na prática, as concessões mostravam a disponibilidade de Belgrado para abdicar de alguma soberania sobre a sua antiga província. O Acordo obtido deu um contributo importante para a normalização das relações com Pristina. Mas, apesar destes compromissos e daquilo que eles significavam, a criação de uma associação de municipalidades sérvias nunca foi por diante. A parte albanesa não cumpriu a sua parte do acordo.

O diálogo entre as duas capitais continuou durante os 10 anos que nos separam da assinatura do documento, com progressos em muitas áreas, mas não na primordial. Isto é, nos

termos das relações de poder entre as duas maiores comunidades étnicas do Kosovo. A 27 de fevereiro de 2023, o primeiro-ministro kosovar Albin Kurti e o presidente sérvio Aleksandar Vucic aceitaram verbalmente o acordo de Ohrid com vista a aprofundar a normalização das relações entre o Kosovo e a Sérvia, assim como o plano para a sua implementação, mediado pela UE. Este plano reiterava, entre outros aspetos, um assinável nível de autogestão da comunidade sérvia do Kosovo.

Em frontal oposição com o aquilo que tinha previamente acordado, comportando-se como um verdadeiro pirómano, Kurti veio uns dias mais tarde dizer que os sérvios não deveriam ter mais privilégios do que as outras minorias. Contrariando o plano de construção de uma associação de municipalidades sérvias, em 23 de abril de 2023, cerca de um mês após o acordo de Ohrid, Kurti convocou eleições para quatro municipalidades de maioria sérvia, que estes boicotaram. Os presidentes de Câmara foram eleitos apenas com cerca de 3,5% dos potenciais eleitores. No caso de Zvecan, um município com cerca de 7 mil eleitores registados nos cadernos eleitorais, o presidente da câmara albanês foi eleito apenas com 100 votos.

O DIÁLOGO ENTRE AS DUAS CAPITAIS CONTINUOU DURANTE OS 10 ANOS QUE NOS SEPARAM DA ASSINATURA DO DOCUMENTO, COM PROGRESSOS EM MUITAS ÁREAS, MAS NÃO NA PRIMORDIAL

FALTA DE LEGITIMIDADE

Apesar da falta de legitimidade das eleições e, consequentemente, dos eleitos, Kurti forçou as tomadas de posse recorrendo à proteção da polícia especial kosovar, cuja presença é mal-aceite nas zonas de maioria sérvia. Para completar a provocação, a força da NATO no território (KFOR) juntou-se à liça com a missão de conferir segurança à polícia especial, originando uma confrontação violenta entre sérvios e militares da KFOR, que extravasando a sua missão sancionou a decisão de Kurti e tomou o partido dos albaneses.

Embora possa nalguns casos não parecer, a atuação da KFOR ainda se rege pela Resolução do Conselho de Segurança das Nações Unidas 1244, de 1999, que não atribui este tipo de missões às forças internacionais. Washington e Bruxelas demarcaram-se de Kurti, que com esta decisão colocou em causa as iniciativas de normalização das relações entre o Kosovo e a Sérvia.

A UE endureceu a sua posição em relação a Pristina, ameaçando suspender algumas partes do Acordo de Associação e Estabilização UE – Kosovo, o mecanismo que desde 2015 orienta o relacionamento de Bruxelas com Pristina. Os EUA sentiram-se ultrapassados por Kurti ter

A influência da União Europeia sobre Pristina, (na foto) capital do Kosovo, é reduzida

levado por diante esta ação sem coordenar ou informar Washington, a qual podia ter provocado uma reação violenta dos sérvios kosovares (como provocou), ou até mesmo uma intervenção das Forças Armadas sérvias, algo não desejado pelos EUA.

O Secretário de Estado Antony Blinken foi rápido a atribuir a responsabilidade por esta escalada a Pristina. Washington mostrou o seu desagrado de vários modos. Afastou o Kosovo da participação dos exercícios militares da NATO na Roménia (*Defender Europe 23*), e ameaçou não se empenhar na aproximação europeia e euro-atlântica do Kosovo. Esta crise foi desencadeada num mau momento, quando Washington e Bruxelas cortejavam Belgrado para aderir às sanções contra Moscovo. Teve o efeito de afastar, em vez de aproximar Belgrado da estratégia ocidental contra a Rússia, um seu aliado de longa data.

Fortemente pressionado pela UE e pelos EUA, Kurti não teve outra alternativa que não fosse a de recuar, anunciando novas eleições. Contudo, essa "disponibilidade" continuou a não resolver o principal problema: implementar a comunidade de municipalidades sérvias. A res-

posta adequada à crise deveria ser a implementação dessa comunidade e não a convocação de novas eleições.

Se, por um lado, Washington não abdicou de intervir na política interna da Sérvia e da ideia de instalar em Belgrado governos que lhe sejam obedientes, como aconteceu no rescaldo dos bombardeamentos de 1999, Kurti não desistiu de concretizar o seu objetivo estratégico, isto é, a independência plena e a criação de um estado unitário com a submissão completa e total da comunidade sérvia. A concretização desses dois objetivos está umbilicalmente ligada.

Contudo, apesar dessa cumplicidade estratégica, relativamente ao Kosovo albaneses e norte-americanos têm objetivos estratégicos e táticos distintos. Se, por um lado, interessa a Washington manter a crise kosovar indefinidamente em lume brando para justificar a necessidade da sua presença como o mediador indispensável, por outro, Pristina pretende colocar o status quo em causa sempre que surjam oportunidades.

É sabido que o prolongado impasse em que nos encontramos há uma década é, acima de tudo, o resultado da complacência dos EUA com a falta de cooperação albanesa. A influência de Bruxelas sobre Pristina é reduzida. Kurti sabe que pode esticar a corda e manter a tensão, sem ser punido pelo seu irredentismo, porque a probabilidade de vir a ser compensado, no longo prazo, é muito elevada. O arrastamento do impasse forçará a Sérvia, mais tarde ou mais cedo, a fazer mais concessões.

VIOLÊNCIA EM CONTINUIDADE

A não haver uma pressão determinada e convincente por parte de Washington – não expectável – sobre Pristina não será de estranhar a repetição de momentos de elevada tensão provocados por Pristina, envolvendo violência, como foi o de maio de 2023, sempre que Pristina perceba que daí possa advir vantagem política e sirva a concretização do seu objetivo estratégico.

Apesar da criação da comunidade de municipalidades sérvias ser um compromisso político aceite por ambas as partes, que mitigará a soberania da Sérvia sobre o Kosovo, não será difícil perceber porque é que não foi ainda criada. No dia em que Washington se comprometer firmemente com a implementação do acordo de Bruxelas, e deixar claro a Pristina de que não existe outra solução que não seja a de avançar com a sua implementação, as tensões entre o Kosovo e a Sérvia reduzirão, assim como também deixará de se justificar a interferência de Washington na política regional, pelo menos com o atual nível de intrusão. Como a probabilidade de isso acontecer é, neste momento, remota e não sendo previsível que a Europa dependente da vontade de outros atores venha a ter capacidade para resolver autonomamente os seus problemas, a ferida kosovar continuará a sangrar não sabemos até quando.

* Major-general na Reserva, sócio da A25A

Direitos reservados

A ciência é mais que a academia, mas sem uma academia sólida será muito difícil ter uma ciência europeia forte

ACADEMIA COMO UM PILAR DA AUTONOMIA EUROPEIA

A tese deste artigo é a de que, se a Europa quiser continuar a ter algum relevo no mundo, terá que ter universidades fortes, respeitadas e conceituadas

ARMANDO J. GARCIA PIRES*

A HISTÓRIA DA HUMNANIDADE mostra que, se a Europa aspira a ser um polo de bem-estar, riqueza e poder, tem que desenvolver uma ciência forte ao nível dos outros polos geopolíticos. A ciência básica (i.e. a ciência que permite multiplicar as aplicações práticas e comerciais) depende em grande parte das universidades. A academia europeia, no entanto, é muito dependente da americana, o que limita o potencial da Europa nesta área. Esta dependência é principalmente problemática nas ciências sociais, porque a Europa tem uma organização social muito diferente da dos EUA: a Europa é um estado social, os EUA é uma economia liberal, o que limita a aplicabilidade do saber dos EUA na Europa

Nos últimos tempos, principalmente devido à guerra na Ucrânia, tem-se falado muito na necessidade de a Europa ter mais autonomia estratégica em relação às outras grandes potências: EUA, China e Rússia. Tem-se focado na autonomia no campo militar e económico. No campo militar, devido à questão da defesa europeia, pois tem-se especulado o que pode acontecer, se os EUA tirarem o seu apoio à NATO (como o ameaçou, de resto, Trump). No campo económico, fala-se na questão das novas tecnologias (das quais a Europa depende principalmente de empresas americanas), da energia (das quais a Europa, até há pouco tempo, dependia bastante do gás da Rússia) e da produção industrial (da qual a Europa depende da China).

TEMOS DE CONSTRUIR UMA CIÊNCIA EUROPEIA MAIS FORTE, COM REVISTAS CIENTÍFICAS EUROPEIAS MAIS CONCEITUADAS

A meu ver, a autonomia europeia face às outras grandes potências só pode ser conseguida através de mais dois pilares: o Estado social e as ciências. Neste artigo vou focar-me na questão da ciência, com especial olhar para a academia. Deixo o Estado social para um outro artigo no futuro.

Como é óbvio, a ciência é mais que a academia, mas sem uma academia sólida será muito difícil ter uma ciência europeia forte. A academia é quem forma os cientistas e produz ela própria muita da ciência básica, que, depois, é usada para a inovação no sector privado. A questão da ciência no sector privado exigiria uma análise

própria, que não cabe neste artigo, por limitações de espaço.
A tese deste artigo é a de que, se a Europa quiser continuar a ter algum relevo no mundo, terá que ter universidades fortes, respeitadas e conceituadas. De facto, a ciência é necessária para os outros pilares da autonomia europeia. No campo económico, a ciência é *input* fundamental nas novas tecnologias. Ver o conhecido ARPANET que criou a Internet. No campo militar, a ciência, para o bem e para o mal, tem sido desde sempre essencial para o desenvolvimento da tecnologia militar. Ver o Manhattan Project que desenvolveu a bomba atómica. Para o Estado social, a ciência é também fundamental no pensar da organização social e económica de uma sociedade. Por exemplo, o lançamento do Estado social na Europa no pós-guerra teria sido mais difícil, se não tivesse havido um pensamento teórico e ideológico por trás. Deste modo, a Europa precisa de desenvolver um manancial teórico e empírico que dê sustentação ao Estado social moderno, pois a ideologia liberal é muito mais desenvolvida neste campo (ver o *Neo-Liberalismo*, de Milton Friedman, e a *Terceira Via*, de Anthony Giddens).

ABUSOS E RISCOS

Estes exemplos mostram também que a academia é essencial para uma sociedade democrática. No entanto, a academia está muito fechada à sociedade. De facto, quando falo com conhecidos, reparo que há um grande desconhecimento do *modus operandi* das universidades. Neste artigo vou debruçar-me sobre alguns dos problemas da academia, que penso que devem ser abordados para tornar a ciência europeia mais forte e inclusiva: hierarquia/poder e precariedade, *super-estrelas*, "publicar ou perecer", *extracção intelectual*, cientistas *hiper-prolíficos*, *rankings* das revistas científicas, o enviesamento das revistas científicas para publicar apenas resultados positivos e/ou surpreendentes, a especialização extrema, a *endogamia académia*. A lista é longa (e haverá ainda mais problemas), e muitos destes problemas estão interligados.

NÃO BASTA PUBLICAR, TEM DE SE PUBLICAR TAMBÉM EM REVISTAS DE TOPO, E AS REVISTAS DE TOPO SÃO POR REGRA AMERICANAS

Começo por dizer que a academia tem uma organização muito hierárquica, e que por isso pode estar exposta a abusos por quem tem posições privilegiadas de poder. A hierarquia forte é acentuada por uma prática antiga na academia: a *tenure*. A *tenure* é um estatuto no ensino superior que estabelece um contracto permanente para a vida, o que é positivo, pois

dá segurança de emprego quem obtém *tenure*. A *tenure* existe em todo o lado mesmo em países liberais como os EUA.

A *tenure* é hoje, no entanto, algo extremamente difícil de conseguir, e isto afecta principalmente os jovens. A dificuldade em obter *tenure* faz com que muitos cientistas tenham de escolher entre a precariedade e a emigração (por exemplo, em Portugal, desde 2017, apenas 7,5% dos novos contratos para a ciência não são precários). Os que emigram recebem a sua educação em Portugal, que é paga com impostos de todos os portugueses, mas os países que os recebem tem um cientista a custo zero (como se diz na gíria).

Para ter *tenure*, um jovem precisa de publicar ou então de ter "patrocinadores". Os patrocinadores são normalmente da universidade onde tiram o doutoramento, o que torna os jovens muito dependentes destes. Por vezes, isto dá origem à *endogamia académica* (i.e. quando as universidades empregam principalmente os seus alunos). A endogamia pode limitar o fluxo de ideias entre as universidades (que é essencial para o intercâmbio de ideias), porque dificulta que pessoas de outras universidades, com outros métodos, técnicas, consigam emprego em universidades que não a sua *alma mater*. Muitas universidades combatem isto através da imposição de limites à *endogamia académica*. Em Portugal, a questão *da endogamia académica* é, no entanto, ainda prevalente (DGEEC, 2023), talvez um espelho da sociedade portuguesa, onde a dita cunha é importante para conseguir um bom emprego.

QUANDO FALO COM CONHECIDOS, REPARO QUE HÁ UM GRANDE DESCONHECIMENTO DO *MODUS OPERANDI* DAS UNIVERSIDADES

EXTRACTIVISMO INTELECTUAL

Quando são postos entraves à endogamia, os alunos de doutoramento precisam de publicar para ter a *tenure*. Daí vem a expressão: "publicar ou perecer". O mercado das revistas científicas é, no entanto, extremamente competitivo e muitos jovens investigadores não tem ainda experiência suficiente para serem bem-sucedidos. Além disso, há um enviesamento das revistas científicas para publicar com base na reputação do investigador, as ditas *super-estrelas*, que muitas vezes tem até influência directa no processo de aceitação de artigos para publicação através, por exemplo, da proximidade que tem dos editores de revistas (ver Smaldino e McElreath, 2016; Huber et al., 2022). Isto é conhecido como o efeito de Mateus, nome inspirado na seguinte frase do Evangelho de Mateus: "Pois a quem tem, mais será dado, e terá

Direitos reservados

Universidade de Sorbonne, em Paris, é uma das mais prestigiadas da Europa

em grande quantidade. Mas a quem não tem, até o que tem lhe será tirado" (Mateus 25:29).
Como é óbvio ter um orientador não é mau por si, antes pelo contrário. Um bom orientador pode ensinar muita coisa a um jovem investigador. A questão é quando o orientador faz pouco mais que assinar o artigo e abusa desta posição, fenómeno conhecido por *extractivismo intelectual* (para fazer uma analogia com o colonialismo, imperialismo e escravatura). No entanto, um investigador jovem não tem como dizer que não, pois, como se disse acima, as *super-estrelas* têm mais facilidade de publicar e os jovens investigadores dependem disto para conseguir um emprego no futuro na academia. Isto permite que aconteça por exemplo o que vimos nalgumas notícias recentes, investigadores *hiper-prolíficos* que escrevem mais que um artigo por dia (algo humanamente impossível, claro).
Este problema agrava-se com a questão dos *rankings*. Não basta publicar, tem de se publicar também em revistas de topo, e as revistas de topo são por regra americanas. O facto de as revistas científicas de topo serem americanas coloca a ciência europeia em desvantagem. Um antigo editor americano de uma revista de topo disse-me uma vez que não percebia a po-

lítica científica europeia. Comentava ele: "Como pode a Europa aspirar a ser uma potência científica se as revistas de topo são americanas, e se os investigadores que se contractam são aqueles que publicam em revistas americanas? É normal que nós na América demos prioridade aos nossos cientistas." De facto, nos tempos áureos da ciência europeia (antes das duas grandes guerras), havia várias revistas científicas de topo europeias, veja-se onde Einstein publicou, por exemplo. Isto faz com que a ciência europeia esteja em desvantagem, porque por mais competentes que as universidades europeias sejam, não podem competir de igual com as universidades americanas (e, de facto, actualmente, as universidades americanas são líderes incontestáveis).

Outro problema de as revistas americanas dominarem as publicações científicas de topo é a questão da pluralidade de opiniões. Este problema é mais grave nas ciências sociais. É sabido que a sociedade americana é mais neo-liberal que a Europa, e o mesmo acontece com os cientistas americanos, principalmente em ciências sociais. Há alguns anos, tinha um artigo sobre a globalização em revisão numa revista de topo, os revisores eram positivos, mas o editor, mesmo assim, rejeitou o artigo com base no seguinte: "Globalização é positiva, ponto final". Hoje percebemos que a Globalização não tem apenas aspectos positivos.

COMPETIÇÃO E LUTAS FRATRICIDAS

A questão de "publicar ou perecer" torna a carreira académica muito competitiva: não há muitos empregos na academia e os que há são apenas conseguidos através da publicação de artigos em revistas de topo, onde é difícil publicar. Podemos dizer que a concorrência é boa se promover boa ciência. Mas também aqui pode haver alguns efeitos negativos: competitividade tóxica. De facto, a academia é também conhecida por lutas fratricidas. Isto afecta principalmente e negativamente as mulheres pois há muitos estudos que demonstram que as mulheres tentam evitar os ambientes mais competitivos, principalmente os mais tóxicos (Niederle e Vesterlund, 2007). Isto faz com que muitas mulheres abdiquem da carreira académica, o que é negativo para a ciência e igualdade de género.

Um outro problema que afecta as mulheres na academia é a questão do assédio moral e sexual (principalmente por *super-estrelas*). Como o movimento "me too" demonstrou, o problema do assédio sexual é mais grave em situações onde a hierarquia é determinante, como acontece na academia. Têm sido dados alguns passos nalguns países para que o assédio sexual não afaste as mulheres da academia, mas ainda estamos muito longe de reduzir estes problemas, até porque a hiper-competitividade é a base da ideologia da sociedade em que vivemos.

Em cima disto tudo vêm outros vícios associados à actividade de pesquisa e da publicação que se têm acentuado nos últimos anos. Em primeiro lugar, a especialização extrema (Schweinsberg, et al. 2021). A especialização traz grandes benefícios, pois permite aprofundar temas e quebrar novas barreiras no

conhecimento. Ao mesmo tempo, se toda a ênfase for posta na especialização, a comunicação entre os diferentes campos da ciência decresce e existe menos possibilidade de aprendermos com as descobertas dos outros. De facto, um artigo recente na revista *Nature* demonstra que o número de citações e patentes tem decrescido nas últimas décadas resultado, entre outras coisas, desta hiper-especialização (Park et al., 2023). Esta tendência tem sido ainda mais acentuada nas ciências sociais.

Um outro pecado capital na ciência é o de que há um enviesamento para publicar apenas estudos que encontram efeitos estatisticamente significativos. Por exemplo, se um estudo mostra que o salário mínimo reduz o emprego, e que o efeito é estatisticamente significativo, este estudo tem boas possibilidades de ser publicado. No entanto, um outro estudo que mostra que o salário mínimo não tem efeitos estatisticamente significativos no emprego, já tem poucas hipóteses de ser publicado. Se só o primeiro estudo for publicado, ficamos com a ideia de que o salário mínimo reduz o emprego, e não é verdade.

AS UNIVERSIDADES TÊM DE CRIAR CÓDIGOS DE CONDUTA, CANAIS DE COMUNICAÇÃO DE QUEIXAS E COMISSÕES DE ÉTICA QUE TENHAM PODER PARA SOLUCIONAR POSSÍVEIS ABUSOS, PRINCIPALMENTE DE SUPER-ESTRELAS

RESULTADOS CONTRA-INTUITIVOS

Outro problema é os resultados contra-intuitivos (menos esperados) terem mais probabilidade de ser publicados. Ou seja, na ciência aplica-se também a velha máxima do jornalismo: "cão a morder um homem não é notícia; homem a morder o cão é notícia". Este caso pode ser exemplificado por algo que afectou os portugueses directamente: a austeridade e o programa do FMI *[Fundo Monetário Internacional]*. Um estudo de dois economistas de topo publicado na mais conceituada revista em economia mostrou que a austeridade promove o crescimento económico (Reinhart and Rogoff, 2010). Este era um resultado contra-intuitivo, pois espera-se que a austeridade tenha impacto negativo na economia. Tanto o FMI como a EU *[União Europeia]* usaram este estudo para justificar a austeridade e vir a dizer aos Portugueses: "Temos este estudo que mostra que a austeridade promove o crescimento, como tal a austeridade é para vosso benefício, ainda que doa no curto prazo".

No entanto, havia um problema grave com este estudo, o que nos leva ao último problema que queremos discutir: fraudes académicas. Qual é então o problema? Este estudo estava errado: os investigadores "esqueceram-se" de incluir, por alegado erro na folha de cálculo, os dados dos países que reverteriam a conclusão que tiraram. Isto mesmo foi demonstrado por um aluno de doutoramento (Herndon et al., 2014). Acham que este estudo foi publicado numa revista de topo? Não.

Como se vê, os problemas na academia estão todos ligados. Como se resolvem? Em primeiro lugar, temos de construir uma ciência europeia mais forte, com revistas científicas europeias mais conceituadas, nas quais os alunos das universidades europeias consigam publicar e ter acesso a *tenure*. A política científica deve também apoiar projectos interdisciplinares para combater a super-especialização. Por último, as universidades têm de criar códigos de conduta, canais de comunicação de queixas e comissões de ética que tenham poder para solucionar possíveis abusos, principalmente de *super-estrela*s. Isto, por si só, não será suficiente para criar uma ciência europeia mais competitiva, pois a isso teremos de acrescentar uma política científica de qualidade, mas será um passo importante nesse sentido.

INDICADORES BIBLIOGRÁFICOS

DGEEC (2023) "Indicadores de Endogamia Académica nas Instituições Públicas de Ensino Universitário - 2021/2022", DGEEC.

Herndon, Thomas, Michael Ash & Robert Pollin (2014), Does High Public Debt Consistently Stifle Economic Growth? A critique of Reinhart and Rogoff, Cambridge Journal of Economics, 38 (2), 257-279.

Huber, J., Inoua, S., Kerschbamer, R., König--Kersting, C., Palan, S., & Smith, V. L. (2022) Nobel and Novice: Author Prominence Affects Peer Review. PNAS, 119 (41).

Niederle, Muriel & Lise Vesterlund (2007), Do Women Shy Away From Competition? Do Men Compete Too Much?, The Quarterly Journal of Economics, 122, 1067–1101.

Park, M., Leahey, E. & Funk, R.J. (2023), Papers and Patents are Becoming Less Disruptive Over Time. Nature 613, 138–144.

Reinhart, Carmen & Kenneth S. Rogoff (2010), Growth in a Time of Debt, American Economic Review, 100(2), 573-78.

Schweinsberg, Martin et al. (2021), Same Data, Different Conclusions: Radical Dispersion in Empirical Results when Independent Analysts Operationalize and Test the Same Hypothesis, Organizational Behavior and Human Decision Processes, 165, 228-249.

Smaldino, Paul E. & McElreath, Richard (2016), The Natural Selection of Bad Science, Royal Society Open Science.

* Professor universitário, sócio da A25A

MALDITO FUTEBOL CLUBE

O futebol foi acusado de alienar as massas durante o fascismo português, conjugado na famosa trilogia atávica dos três "F" e contando com a conivência de jornalistas e imprensa. No 25 de abril, o futebol e os jornais desportivos sofreram com essa espécie de maldição, acusados de instrumentalização e alienação ao serviço de quase 50 anos de fascismo. Ainda hoje um tema controverso, aqui fica mais uma contribuição para uma reflexão histórica sobre o futebol e a imprensa desportiva no período revolucionário

FRANCISCO PINHEIRO*

COMO BEM LEMBRAVA Aniceto Afonso, diretor desta revista, no editorial do n.º 147, a aproximação dos 50 anos do 25 de abril cria um forte "desejo de fazermos o balanço deste período fundamental da História de Portugal". Assim, pensar o contexto histórico de 1974, a partir do desporto, do futebol e do jornalismo desportivo é o principal objetivo deste artigo, num contributo (simbólico) para esse balanço da História sobre o 25 de abril.

Convém começar por recordar que o último "banho de multidão" de Marcelo Caetano aconteceu, no dia 31 de março de 1974, num clássico entre Sporting CP e SL Benfica, no Estádio de Alvalade, que acabou com vitória "encarnada" por 5-3. O Presidente do Conselho estava acompanhado pelo ministro de Estado e da Educação Nacional *[José Veiga Simão]* e os secretários de Estado da Juventude e Desportos *[Orlando Valadão Chagas]* e da Instrução e Cultura *[Augusto de Ataíde Soares de Albergaria]*, bem como pelos presidentes dos dois clubes, João Rocha (Sporting CP) e Borges Coutinho (SL Benfica).

NÃO SE PENSE QUE O FUTEBOL ERA [...] UM ESPAÇO DE ORDEM E DISCIPLINA (COMO A PROPAGANDA DO REGIME FAZIA TRANSPARECER). BEM PELO CONTRÁRIO. ERAM RECORRENTES OS CASOS DE VIOLÊNCIA NOS CAMPOS

A comitiva mereceu a primeira grande ovação da tarde, a última para um regime que terminaria 25 dias depois. Os dois "grandes" clubes lisboetas dominaram esta época futebolística (1973-74), rivalizando pela conquista do Campeonato Nacional da I Divisão e pela Taça de Portugal (disputaram a final), com o Sporting CP a superiorizar-se em ambas as ocasiões.

Mas não se pense que o futebol era, neste

Invasão de campo, no Estádio de Alvalade, em outubro de 1972, com agressões violentas ao árbitro.

período, um espaço de ordem e disciplina (como a propaganda do regime fazia transparecer). Bem pelo contrário. Eram recorrentes os casos de violência nos campos. Pouco tempo antes, em outubro de 1972, num encontro a contar para a 8.ª jornada do Campeonato Nacional da I Divisão, entre o Sporting CP e o Leixões, no Estádio de Alvalade, o árbitro Carlos Lopes foi alvo de agressões a soco e pontapé de vários adeptos, tendo sido transportado inconsciente para os balneários, onde foi assistido de urgência.

Este episódio ficou para a história como um dos encontros mais curtos da competição, devido à invasão de campo decorridos sete minutos desde o apito inicial, com os adeptos sportinguistas a acusarem o árbitro de tendencioso devido à marcação de um penálti e a diversos lances assinalados contra o Sporting CP. Nem a ação dos jogadores "leoninos" nem das au-

O 25 de abril acabou com os regulamentos internos dos clubes, atentatórios dos direitos dos jogadores – alguns impunham a autorização do clube para o jogador casar. Chegou também o fim da "escravatura dourada" dos jogadores africanos, com a descolonização a levantar (novos) problemas aos clubes e à Seleção Nacional (cf. *Flama*, 8 de novembro de 1974).

toridades apaziguaram os ânimos. Como punição, a Federação Portuguesa de Futebol castigou o clube com nove jogos de interditação do Estádio de Alvalade e uma multa avultada. Mas como escreveu *O Século Ilustrado,* de 4 de novembro de 1972, eram "sintomáticas estas ocorrências", sobretudo nos "clubes que atravessam momentos menos felizes". O "elemento mais visado" pelos dirigentes, treinadores e jogadores, no momento de justificar as derrotas, era "sempre o árbitro", agravando-se o clima (hostil) à sua volta, afetando o próprio futebol português.

JORNALISTAS REJEITAM CRÍTICAS E CULPAS

Neste período, os jornais desportivos eram muitas vezes criticados e culpabilizados pelos distúrbios recorrentes nos campos de futebol e

pelos males, em geral, do desporto português. Em resposta, os jornalistas defendiam-se com o argumento de que não cabia aos jornais educar o povo. O periódico lisboeta *Mundo Desportivo*, na primeira página de 31 de janeiro de 1973, publicou o artigo «A imprensa desportiva e a alienação das massas", no qual defendia que, "em Portugal, quando as pessoas não sabem fazer outra coisa entretêm-se a criticar a imprensa desportiva", existindo mesmo quem preferisse chamar-lhe "imprensa futebolística" devido ao volume informativo dedicado ao "desporto-rei".

A imprensa justificava-se com a popularidade do futebol e o interesse público. E, no tocante à educação do povo português, afirmava que não competia "só aos jornais limá-la ou dirigi-la", mas cabia, sim, a "todos a grande tarefa de educar, de instruir, de intelectualizar os povos". Os jornais podiam contribuir para "formar a opinião do povo, mas não o educam", com a educação a ser responsabilidade da "escola primária", defendia o *Mundo Desportivo*.

A sociedade portuguesa sofreria uma reviravolta com o derrube da ditadura no 25 de abril de 1974, com implicações diretas em todas as suas vertentes, obviamente também no desporto, no futebol e na imprensa desportiva. Foi o fim, por exemplo, dos Serviços da Censura, que exerciam uma ação repressiva sobre a imprensa. Mesmo dias antes da Revolução, a Censura atuou sobre aquele que era o jornal desportivo com maior representatividade nacional, *A BOLA*. A coluna de opinião "Hoje jogo eu!", assinada por Carlos Miranda, foi totalmente cortada pela Censura a 10 de abril de 1974. O teor do texto prendia-se com uma parábola sobre um reino longínquo, em que se fez um concurso para eleger o melhor público de teatro, tendo sido eleito um público ordeiro e disciplinado, incapaz de criticar. E a crónica fechava com uma frase simbólica: "Só que o público de teatro não era assim" – numa clara alusão ao povo português e ao público que assistia ao futebol.

No caso específico de *A BOLA*, após a Revolução, assistiu-se à saída da Redação de alguns jornalistas – consequência direta dos saneamentos políticos que ocorreram um pouco por toda a imprensa e sociedade portuguesas –, como o diretor, Silva Resende, assumindo a Direção Carlos Miranda, confesso homem de esquerda.

No "rival" *Record* passou-se relativamente o mesmo, registando-se, em outubro de 1974, a saída do diretor, Artur Agostinho, afastado do cargo e substituído interinamente por Rodrigo Pinto, por decisão da Sociedade Industrial de Imprensa e na sequência de um comunicado dos trabalhadores do jornal. Mas os primeiros meses em liberdade não foram plácidos para a imprensa, com o Ministério da Comunicação Social a exercer controlo sobre os jornais, chegando mesmo a proibir a edição do *Record* de 28 de setembro de 1974, alegando excessos ideológicos que punham em causa a liberdade de imprensa.

Pela primeira vez, após a Revolução, os jornais desportivos e o meio futebolístico sentiram algum afastamento do público, mais preocupado com questões políticas que desportivas, o que

constituía uma novidade – os quase 50 anos de Ditadura (1926-1974) haviam coincidido com o período de popularização do futebol na sociedade portuguesa. Este novo contexto político reforçou os discursos de esperança, renovação e liberdade nas páginas da imprensa desportiva, que, nesta altura, teve necessidade de se defender das acusações de favorecimento ideológico ao regime fascista pelos jornalistas e pelos jornais desportivos.

MANIFESTO "MÃOS LAVADAS"

Um dos principais manifestos nesse sentido é o artigo "Mãos lavadas", publicado na capa do *Mundo Desportivo*, no dia 22 de maio de 1974. Profundamente ideológico e reflexivo, o jornal defendia o papel da imprensa desportiva durante o fascismo, afirmando que os jornalistas desportivos "nunca, mas nunca" toleraram "um cabresto nem uma baixeza", com muitos jornais a deixarem de ser publicados, porque "transgrediram com o que lhes era imposto". O artigo insurgia-se contra as acusações de "colaborante" com o regime fascista, culpando a imprensa desportiva de ter sido uma "arma sempre utilizada contra a inteligência e contra a sensibilidade do povo português". E afirmava categoricamente:

"Saímos de 50 anos de fascismo com esta maravilhosa consolação: temos as mãos lavadas! Temos as mãos lavadas! Continuamos com as mãos lavadas! Nós, os jornalistas desportivos, deste jornal e de todos os outros jornais, cumprimos o nosso dever. À custa de todos os sacrifícios. À custa de todos os martírios. Enquanto muitos capitulavam, calavam e transgrediam, nós, os jornalistas desportivos, lutávamos."

A exorcização dos velhos fantasmas fascistas no pós-25 de abril, sintetizados na famosa expressão dos atávicos três "F" (Fátima, Futebol e Fado), acabaria por abranger o futebol, dando origem a uma "campanha sem paralelo" de desprestígio social da modalidade, atirando "com todas as culpas da falência do nosso desporto para o futebol e para cima dos homens que escrevem sobre futebol".

Esta reflexão, ilustrativa do tempo que se viveu nos meses seguintes à Revolução, foi feita na capa do *Mundo Desportivo* de 19 de junho de 1974, no artigo "O futebol e os seus detratores", em que se acusava um apresentador da RTP de andar pelos centros universitários a pedir aos estudantes que dissessem mal do futebol ao serem entrevistados, associando-se a questão da alienação das massas ao "F" do futebol como forma de justificar 50 anos de fascismo. O jornal era categórico ao afirmar que "o futebol foi, é e será sempre o grande desporto das multidões" e "o futebol, como qualquer outro espetáculo, só aliena as massas quando as massas são, por natureza, fracas de espírito".

*** Investigador do Centro de Estudos Interdisciplinares (CEIS20) da Universidade de Coimbra**

Fonte das imagens:
Revistas: *Livre, O Século Ilustrado, Crónica Desportiva*

Direitos reservados

O "MFA obtém a rendição do Governo Caetano", título na última página do *Journal de Genève* de 26 de abril

O *JOURNAL DE GENÈVE* E O 25 DE ABRIL

Todos os comentadores apontam a guerra colonial como fator decisivo que levou à queda do Estado Novo e a política de descolonização está no centro dos comentários

RETO MONICO*

"ONTEM, O REGIME salazarista português, velho de quase cinquenta anos, caiu como caem as árvores secas, corroído do interior".

É assim que começa o editorial do dia 26[1] do diário genebrino *Journal de Genève*. A seu ver, o antigo regime, "imobilista", não foi capaz de evoluir e utilizava "mecanismos extremamente eficazes" para esmagar qualquer tipo de contestação. No entanto, as tensões provocadas pela dispendiosa guerra colonial — conduzida por um país pequeno, pobre e economicamente fraco — acabaram por provocar uma oposição interna, "mais precisamente entre os jovens oficiais do Exército nacional."

Claude Monnier[2] considera que o livro de Spínola e "o afastamento brutal" de Costa Gomes acabaram por convencer o "movimento dos capitães" de que o governo de Caetano [...] ameaçava a própria existência do país". Depois da tentativa falhada em março, conseguiram atingir os seus objetivos.

O jornalista considera que o movimento que derrubou o Estado Novo "não é um movimento popular", pois o povo português, "habituado a ficar calado", perdeu uma grande parte da sua consciência política. E isso tem uma vantagem: pode ficar controlado, sem que haja uma explosão. Afinal, conclui Monnier, "as estruturas demasiado bem estabelecidas" não vão desaparecer tão depressa e até existe a possibilidade de que um "novo ditador — civil ou militar —" possa tomar o poder!

Na última página da edição de dia 26, o correspondente em Madrid, segundo o qual a queda do regime salazarista "tinha de acontecer", estima que o golpe foi "cuidadosamente elaborado"[3]. Em seguida, realça o descontentamento dos oficiais de carreira perante a decisão de o governo de promover os oficiais milicianos e sublinha a importância do livro de Spínola. Ao mesmo tempo, estigmatiza a "linha política nacionalista" de Marcelo Caetano, que não pôde ou não quis compreender que a tropa já "não apoiava a política de guerra desmedida nas colónias".

No fim do seu texto, Ernesto Garcia Herrera coloca uma série de perguntas sobre o espaço que os militares deixarão aos partidos políticos e, sobretudo, no que diz respeito ao tema colonial. O que é que pensam os "jovens oficiais"

1 Claude Monnier, "Portugal. Vermoulu, le système a cassé» [Carcomido, o sistema quebrou-se], 26 de abril de 1974.
2 Claude Monnier (1928-2016) entra em 1962 no *Journal de Genève*, do qual foi redator de 1970 a 1982.
3 Ernesto Garcia Herrera, "Fin d'une dictature vieille de 40 ans ?», 26 de abril.

da ideia spinolista de uma confederação para os territórios ultramarinos? Spínola corre o risco de ser ultrapassado por "velhos oficiais que tomam como modelo a revolução peruana" de 1968? "Qual será a atitude das forças militares do Ultramar?" Vai haver uma "Angola portuguesa" como houve uma "Argélia francesa"?
Quatro dias mais tarde, o mesmo jornalista — que realça o "entusiasmo popular" após a queda do antigo regime — debruça-se sobre os primeiros contactos entre os militares e os políticos lusos, nomeadamente com Mário Soares e os dirigentes do MDP *[Movimento Democrático Português]*[4] Analisando as primeiras medidas da JSN *[Junta de Salvação Nacional]*, Herrera não tem dúvidas quanto à viragem democrática tomada pelos novos dirigentes, mas vê um problema: que o general possa ser "ultrapassado à sua esquerda".
Depois de ter assinalado a força do PCP *[Partido Comunista Português]*, cuja "disciplina poderá [...] ter um papel positivo para evitar, pelo menos a curto prazo, um enfrentamento com o Exército", volta a tratar da guerra colonial. Na sua opinião, existem fortes divergências sobre "uma possível autodeterminação", entre Spínola e "certos representantes da oposição portuguesa e, igualmente, os chefes dos movimentos de libertação". Porém, considerando que a negociação é a única solução, conclui o correspondente em Madrid, "as duas partes tentam endurecer as suas opiniões antes do início do diálogo."

OS TRÊS JORNALISTAS, CUMPRINDO A SUA FUNÇÃO, COLOCAM MUITAS PERGUNTAS E, DADA A COMPLEXIDADE DA SITUAÇÃO VIVIDAS NAQUELES DIAS, DÃO POUCAS RESPOSTAS

Na mesma data, Jean-Claude Buffle[5] acha que os acontecimentos portugueses têm duas causas: o "traumatismo constituído pela revolta das suas colónias africanas"; a necessidade de acabar com o "paternalismo autoritário de Salazar", para que os portugueses possam finalmente viver num regime democrático.
O jornalista suíço vê dois problemas. Por um lado, uma descolonização tem o risco de "provocar uma violenta reação por parte dos colonos brancos de além-mar". Estes podiam organizar um golpe como os generais franceses na Argélia ou uma "declaração unilateral de independência de tipo rodesiano".
Para o articulista, se existe uma ameaça da direita face à descolonização, há um outro perigo, provocado pela liberalização política do país. Buffle pensa que "certos elementos de extrema-esquerda poderiam [...] tentar provocar o novo

4 Ernesto Garcia Herrera, "Contacts des responsables avec l'opposition», 30 de abril. Neste estudo, analisamos unicamente os dois comentários escritos em Genebra e os dois enviados desde Madrid.
5 Jean-Claude Buffle, "M. Spínola : libérer le Portugal pour libérer l'Angola ?», 30 de abril.

poder e o forçar a uma política de repressão", afastando dessa forma do governo o centro e a esquerda liberal.

Por conseguinte, para não irritar os colonos brancos, Spínola fala só vagamente das suas ideias no que diz respeito ao Ultramar. Por outro lado, para ter "o apoio da esquerda liberal" implanta medidas de liberalização do regime. Se "os brancos nas colónias se revoltarem", o chefe da Junta espera ter o apoio da esquerda; e se esta se preocupar "com a lentidão da descolonização, o antigo Governador da Guiné poderá dizer que é "o único garante das liberdades portuguesas contra as intrigas da extrema-direita." Por outras palavras, "a tática do Sr. Spínola seria então de devolver à liberdade à Metrópole, para ficar com as mãos livres no Ultramar."

COMPLEXIDADE DA SITUAÇÃO

Estes quatro textos[6] revelam as dificuldades de comentar a quente esta viragem na história lusa. Logicamente, os três jornalistas, cumprindo a sua função, colocam muitas perguntas —nomeadamente o correspondente em Madrid — e, dada a complexidade da situação vividas naqueles dias, dão poucas respostas.

Monnier afirma que a árvore estava seca, mas, ao mesmo tempo, fala da probabilidade de um "risco evidente": que um outro ditador tome a rédeas do poder utilizando as estruturas do antigo regime "demasiado bem estabelecidas". O redator da folha liberal, avalia o regime como podre e corroído, mas cujas raízes continuam, no entanto, bem vigorosas! Além disso, a sua afirmação sobre a natureza "não-popular" do 25 de Abril parece surpreendente, pois a notícia de que o povo português estava nas ruas já tinha chegado através dos despachos, das informações radiofónicas no fim da manhã e, um pouco mais tarde, nas imagens televisivas.

Todos apontam a guerra colonial como fator decisivo que levou à queda do Estado Novo e a política de descolonização está no centro destes comentários. Tanto Buffle como Herrera, vêem esta problemática, tendo como modelo principal a Argélia francesa, situação completamente diferente em relação a Angola e a Moçambique.

Podemos também notar que estes dois analistas atribuem um papel dominante ao Chefe da Junta, mesmo se Herrera admite que o general "apanhou o comboio no último minuto." Finalmente, observar-se-á que, logo depois da queda da ditadura, se agita o espantalho da extrema-esquerda poder chegar ao poder em Lisboa.

* Historiador e professor, sócio da A25A

(No mês seguinte, o *Journal de Genève* publicará três artigos de uma jornalista belga de regresso da capital lusa, textos que analisaremos num próximo estudo)

6 Na última semana de abril de 1974, além destas quatro análises e de um telegrama da Reuter, o quotidiano liberal publica sobre Portugal unicamente despachos da A.F. P.

REGRESSO A BEIROLAS EM TEMPO DE PREC

Direitos reservados

Quartel do Depósito Geral de Material de Guerra, em Beirolas.

No Verão de 1975 a crise político-militar era evidente e estava bem instalada no País. De forma independente, o pessoal do Depósito Geral de Material de Guerra soube avocar as responsabilidades que lhe cabiam perante as dificuldades e a complexidade existente

MANUEL MARTINS LOPES*

"REVOLUÇÃO POR REVOLUÇÃO, é tempo de regressar à revolução portuguesa!" - confidenciei a Bonifácio Gruveta, o governador da FRELIMO para a Zambézia, no final de maio de 1975, poucas semanas antes da independência, declinando o convite das novas autoridades para continuar no Comando da Polícia da Zambézia.

Com Moçambique e a Zambézia ainda bem presentes fui falar com o Conselheiro da Revolução major Victor Alves, no seu gabinete no Restelo, dia 19 de junho de 1975:

- Missão cumprida. E agora, para onde me aconselha a ir?

- Vai para o Norte! - respondeu rapidamente sem qualquer justificação.

Surpreendido com a resposta, ali mesmo decidi não seguir o seu conselho e procurar colocação em Lisboa, por forma a estar com o meu filho que nascera a 17 de outubro de 1974, vindo de Quelimane, poucos meses antes do seu nascimento.

Na Repartição de Oficiais é-me sugerida a colocação no Depósito Geral de Material de Guerra (DGMG).

DE BEIROLAS ATÉ À LUTA DO DGMG

O DGMG tinha a sua sede em Beirolas, onde armazenava armamento e viaturas, tendo ainda diversos paióis espalhados (a maior parte na periferia de Lisboa) onde eram guardadas as munições e explosivos.

Em 20 de setembro de 1975 apresentei-me ao Diretor do DGMG, coronel Pimentel de Oliveira, para assumir as responsabilidades do comando do Destacamento de Segurança.

Apesar do mau ambiente reinante, não me foi difícil criar boas motivações em torno de um objectivo único, a defesa das "Armas da Revolução".

ASSEMBLEIA DE DINAMIZAÇÃO DA UNIDADE

Há muito fora do ambiente dos quarteis senti que a grande alteração orgânica que estava em

curso era o funcionamento das Assembleia de Dinamização da Unidade (ADU), o que me pareceu estimulante e muito mais depois do Director do DGMG me convidar para a primeira reunião e me entregar o papel de moderador e a elaboração das respectivas actas.
As actas nº 8 a 13, relativas aos meses de setembro e outubro, dão conta das tentativas oficiais e hierárquicas de ultrapassar a carência de pessoal.
Calejado pela revolução moçambicana sentia-me em condições de controlar o evoluir da situação, em ligação com o Comando e o recurso à caixa de ressonância das ADU´s.

O DGMG TINHA A SUA SEDE EM BEIROLAS, ONDE ARMAZENAVA ARMAMENTO E VIATURAS, TENDO AINDA DIVERSOS PAIÓIS ESPALHADOS (A MAIOR PARTE NA PERIFERIA DE LISBOA) ONDE ERAM GUARDADAS AS MUNIÇÕES E EXPLOSIVOS

A LUTA DO DGMG

A "Luta do DGMG", sinónimo de entrada em situação de prevenção rigorosa e fecho de portões, durou 20 dias, de 30 de outubro a 19 de novembro. O que a despoletou foi a carência de pessoal em todos os destacamentos do DGMG.
No dia 30, a imprensa dava enorme destaque ao início da luta do DGMG, com enormes títulos.
Teria de saber gerir as expectativas criadas!
O ponto de situação realizado a 6 de novembro (em Beirolas), contou com a presença do brigadeiro Sacramento Marques e dos majores Golias e Rodrigues dos Santos, do Gabinete de Dinamização do Exército/EME.
No decorrer desta ADU o major Rodrigues dos Santos comentou várias vezes que no DGMG se sentia "um cheirinho a Revolução".
Ao fim de 20 dias, preenchidas as necessidades mínimas em matéria de segurança, era importante desdramatizar a luta do DGMG, evitar aproveitamentos políticos, mostrar o regresso à normalidade dos Destacamentos do DGMG carentes de pessoal para garantirem a segurança do armamento colocado à sua responsabilidade. A autorização da realização de uma conferência de imprensa por parte do GDE/EME respondia a essas preocupações.

O 25 DE NOVEMBRO

A semana que antecedeu o 25 de Novembro, foi da mais completa normalidade dentro do DGMG. Apesar disso, os três dias seguintes iriam ter profundas repercussões internas, a que não eram alheias influências externas.

TERÇA-FEIRA

Estive de serviço de oficial de dia de 24 para 25 de novembro.

DIÁRIO POPULAR

Director: JACINTO BAPTISTA

30

dp hoje

28 págs.

BEIROLAS:

PREVENÇÃO A PARTIR DO MEIO-DIA

PORTÕES CERRADOS EM DEFESA DA REVOLUÇÃO

Alcácer do Sal: O avanço do Poder Popular

Reportagem de Cláudio da Silva e noticiário sobre a Reforma Agrária na página 11

Pág. 5

Direitos reservados

"Beirolas: prevenção a partir do meio-dia". *Diário Popular*, 30 de Outubro de 1975.

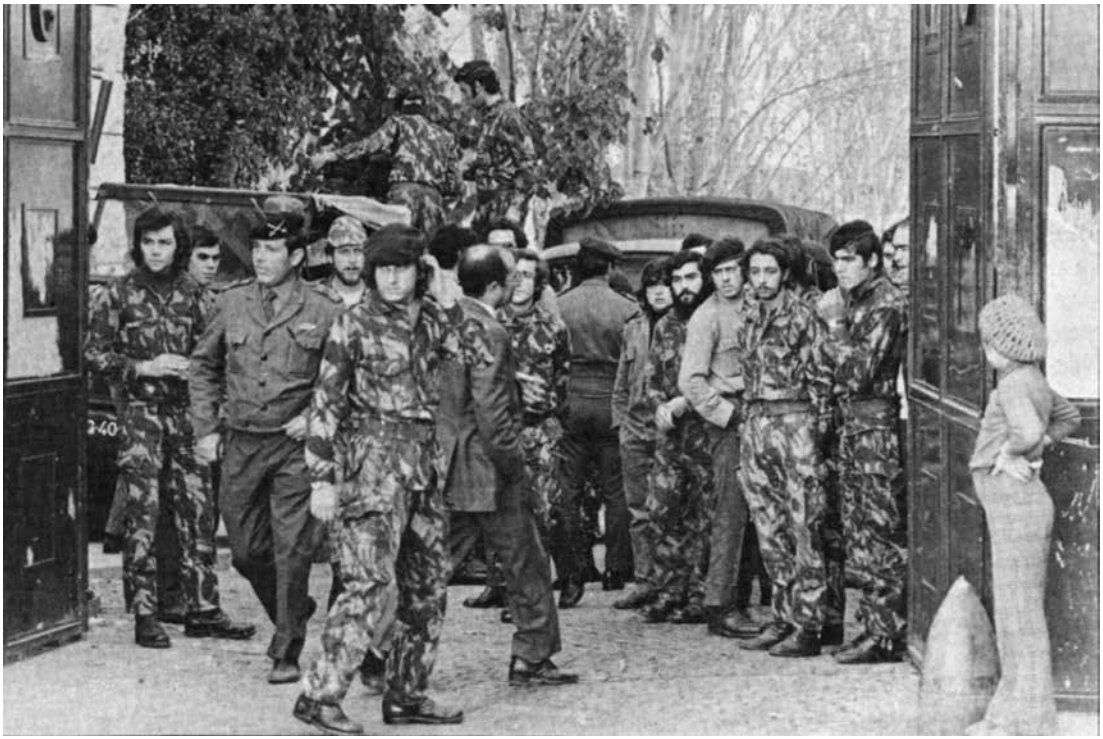
Ao princípio da tarde aviões Fiat da Força Aérea fizeram passagem de voo rasante sobre o DGMG, naquilo que me pareceu pura provocação, pelo que ordenei a todo o pessoal para se equipar com fato de ginástica e se dirigir para o campo de futebol e assim demonstrar a mais completa normalidade.

Às 16:00 horas teve início em Beirolas uma reunião da ADU, convocada na manhã do mesmo dia, à qual estiveram presentes elementos dos diversos destacamentos.

Tomámos conhecimento da actuação dos Páras, não tendo havido qualquer movimento de adesão à sua luta; soubemos da indicação de Vasco Lourenço para o Comando da RML, não tendo havido qualquer repúdio por tal nomeação, tendo sido sugerido ao Comando para ser feito convite a Vasco Lourenço para visitar logo que possível o DGMG.

Finda a ADU convencemos a população que se aglomerou à porta de armas, a dispersar.

Com a entrada em vigor do estado de sítio, o



Direitos reservados

Tropas à porta de armas do DGMG, após a entrada das forças da EPC.

DGMG, tal como a Escola Prática de Cavalaria, ficaram na dependência directa da Presidência da República.

DIA 26 DE NOVEMBRO

Estava no edifício do Comando do DGMG quando recebo um telefonema lacónico do major Lencastre Bernardo.

– Capitão Martins Lopes, coloque-se na dependência do Posto de Comando da Amadora!

– Desculpe senhor major, quer melhor cadeia de comando que aquela em que me encontro, na dependência directa da Presidência da República?

Não houve mais comentários pois a ligação telefónica foi logo abruptamente interrompida.

Soubemos que a EPC iria estacionar no DGMG, dando início à Operação Presidente, na qual eram consideradas "Forças IN" (Inimigas), "Todos os elementos que assumam posições de rebelião face ao Conselho da Revolução e Presidente da República".

Estava à entrada da porta de armas para receber o capitão Salgueiro Maia e lhe dar um abraço. Desde os tempos da Academia Militar que não nos tínhamos encontrado. Tinham passado dez anos.

– Bem-vindo a Beirolas. Agora as armas estão em segurança, estão em boas mãos! - parecia estar a entregar-lhe um tesouro tão cuidadosamente preservado.

– Por onde tens andado? - perguntou curioso.
– Olha, estive até há pouco tempo em Moçambique, no Comando da Polícia da Zambézia, donde acompanhei extraordinariamente ansioso a tua actuação no 25 de Abril. Quis regressar logo a seguir, mas o Vítor Alves convenceu-me a ficar, que lá seria mais útil que aqui.
– E por aqui, como estão as coisas? - quis saber a minha opinião.
– Concretamente em Beirolas, a situação é de completa normalidade. Estou como tu na dependência directa da Presidência da República - comecei por esclarecer.
À margem das lutas dentro do MFA sentia-me à vontade para lhe fazer um ponto de situação, que ele agradeceu.
Estávamos do mesmo lado da barricada.
Ao fim do dia teve lugar uma reunião com comissões de moradores e trabalhadores da zona de Sacavém, com a presença do capitão Salgueiro Maia, informando-os que a EPC tinha vindo reforçar a segurança de Beirolas e não reprimir a Revolução, como constava.
– Não estou aqui para colocar em causa as conquistas da Revolução!
Tudo continuou calmo à porta de armas do DGMG e no seu interior.

DIA 27 DE NOVEMBRO

No princípio da tarde do dia 27 de novembro recebo ordem do coronel Pimentel de Oliveira, director do DGMG, para me apresentar no QG/RML, sem que me fosse revelada qualquer justificação.

APESAR DO MAU AMBIENTE REINANTE, NÃO ME FOI DIFÍCIL CRIAR BOAS MOTIVAÇÕES EM TORNO DE UM OBJECTIVO ÚNICO, A DEFESA DAS "ARMAS DA REVOLUÇÃO"

Ainda encontrei o capitão Salgueiro Maia, a quem comuniquei de forma muito rápida
– Olha, fui chamado ao QG/RML. Não sei o que me querem. Toma bem conta das armas. Até já! - despedi-me assim.
– Vá para casa, já não regressa a Beirolas. Aguarde que o chamem! - sentenciou o 2º comandante da Região Militar de Lisboa, coronel Silva Carvalho, perante a minha cara de espanto.
- É para recuperar o tempo de ausência com o meu filho enquanto estive em Quelimane! - pensei.
Inexoravelmente, o meu curto tempo de PREC parecia ter terminado.

NA POLÍCIA JUDICIÁRIA MILITAR

A primeira vez que fui prestar declarações à Polícia Judiciária Militar (PJM), em 17 de dezembro, as perguntas colocadas pelo Juiz de instrução António José Cardoso de Albuquerque esta-

vam relacionadas com a minha eventual ligação à movimentação dos Páras ou algo que com eles se relacionasse.
- O senhor capitão é que me aparece aqui como um verdadeiro pára-quedista!- comentou de forma irónico quando não recebeu qualquer resposta positiva.
Estava prestes a encerrar este encontro quando apresento uma sugestão:
- Meritíssimo Juiz, não sabia realmente ao que vinha, mas talvez seja importante trazer-lhe toda a documentação sobre a luta do DGMG, que nada tem a ver com o 25 de novembro, mas que pode ajudar a compreender melhor o ambiente que se viveu no último mês em Beirolas!...
Não tendo pedido o auxílio do capitão Salgueiro Maia neste processo, a sua participação consta a folhas 4823, 18º Volume, na qual o investigador, que propõe o arquivamento dos autos, major José da Conceição Santos, destaca:
(...)
e. De acordo com o relatório a folhas 146, o Capitão M. Lopes aceita as forças da Esc Pra. Cavalaria no DGMG, em 26 nov 75, com certa contrariedade. Esta apreciação não é comprovada e é subjectiva, contrapondo-se a ela a opinião do Comandante da Força da EPC, em declarações a folhas 141 e 142, em que nada aponta em desfavor do Cap. M. Lopes e antes realça a acção deste na desmobilização de populares à porta do DGMG.
(Em 29 de julho de 1976).
Algo desanimado com o arrastamento do processo, cheguei a dirigir-me a casa do Ex-Presidente da República, General Costa Gomes, a quem pedi autorização para dar o seu nome para confirmar que o DGMG tinha estado na dependência directa da Presidência da República. Passados uns anos, estava em comissão no Açores quando recebo uma carta do General Costa Gomes a convidar-me para ser seu ajudante de campo.

A "LUTA DO DGMG", SINÓNIMO DE ENTRADA EM SITUAÇÃO DE PREVENÇÃO RIGOROSA E FECHO DE PORTÕES, DUROU 20 DIAS, DE 30 DE OUTUBRO A 19 DE NOVEMBRO

PROCESSO DO DGMG

Com que emoção peguei no passado dia 4 de novembro de 2022 no enorme volume de documentos que encontrei no Arquivo Histórico Militar e desatei os nós que o protegiam!
Foi a descoberta do processo do DGMG no Arquivo Histórico Militar que me incentivou a "regressar a Beirolas" e a tentar recuperar o fio condutor dos acontecimentos.
A investigação ao DGMG pela Comissão de Inquérito do "25 de Novembro de 1975" apoiou-se no esforço desenvolvido por graduados do Ser-

COM A ENTRADA EM VIGOR DO ESTADO DE SÍTIO, O DGMG, TAL COMO A ESCOLA PRÁTICA DE CAVALARIA, FICARAM NA DEPENDÊNCIA DIRECTA DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA

viço de Material que tinham permanecido no DGMG depois do 25 de Novembro. Convicção que o major Rodrigues dos Santos aprovava totalmente a luta que se desenvolvia no Depósito.

CONCLUSÕES

A guerra, o 25 de Abril e o PREC são marcos indeléveis da nossa cidadania e da nossa condição militar. Aqui fica uma síntese do meu testemunho.

No Verão de 1975 a crise político-militar era evidente, estava bem instalada no País. De forma independente, o pessoal do DGMG soube avocar as responsabilidades que lhe cabiam perante as dificuldades e a complexidade existente.

Ao percorrer os Processos 95/76 (Otelo e os outros) e o Pº 01.04 (Depósito Geral de Material de Guerra, DGMG) compreende-se que o DGMG tinha já o seu destino marcado desde o 11 de Março. Não tenho dúvidas que o DGMG não foi uma "unidade sublevada" e que o seu pessoal, militares e militarizados, estiveram à altura dos acontecimentos, com o máximo de dignidade e responsabilidade, na preservação e segurança das suas instalações e do armamento à sua guarda.

Tudo sublimado em nome do 25 de Abril.

*** Capitão de Abril, sócio da A25A**

manuel.lopes@sapo.pt

RUI COSTA FERREIRA (1936-2023)

SEMPRE FIEL
AOS VALORES DE ABRIL

Faleceu no passado dia 4 de outubro o nosso sócio, Capitão de Abril, coronel Rui Costa Ferreira.

O então Major Rui Costa Ferreira foi o escolhido pelos seus camaradas da Escola Prática de Cavalaria para assumir o Comando dessa Unidade, enquanto Salgueiro Maia e os seus companheiros partiam para Lisboa, para aí desempenharem um papel fundamental na Libertação de Portugal e ficarem inscritos, com letras de ouro, na nossa História quase milenar.

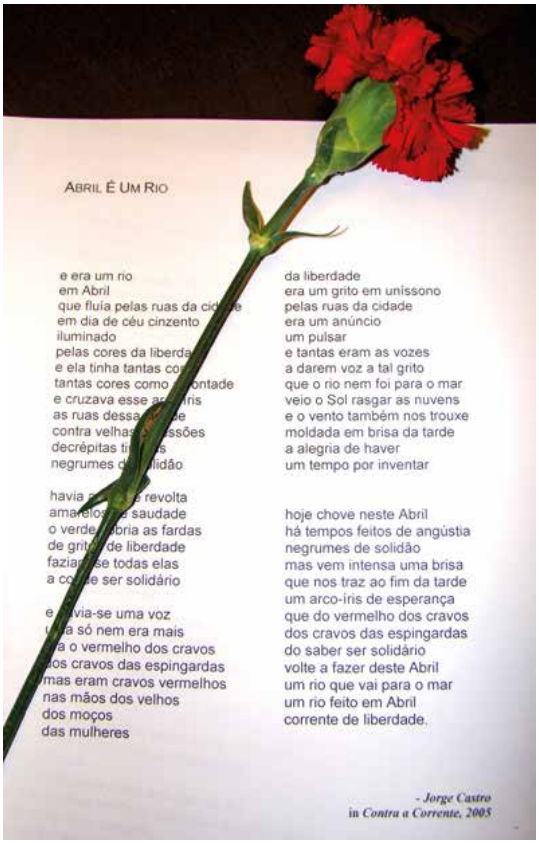
O coronel Rui Costa Ferreira foi um Capitão de Abril que se manteve permanentemente fiel aos valores que nos lançaram na epopeia colectiva da Madrugada Libertadora, sendo que a Associação 25 de Abril e Portugal ficam mais pobres, com a sua partida.

Aos seus familiares, nomeadamente à esposa e aos três filhos e aos seus amigos, os nossos sentidos pêsames e a nossa profunda solidariedade.

Ao Rui Costa Ferreira, um forte abraço amigo e de Abril.

Até sempre, Caro Rui!

Vasco Lourenço



ABRIL É UM RIO

e era um rio
em Abril
que fluía pelas ruas da cidade
em dia de céu cinzento
iluminado
pelas cores da liberdade
e ela tinha tantas cores
tantas cores como a montade
e cruzava esse arco-íris
as ruas dessa cidade
contra velhas paixões
decrépitas ti[illegible]s
negrumes de solidão

havia [illegible] revolta
amarelo de saudade
o verde [illegible]bria as fardas
de gritos de liberdade
fazia-se todas elas
a corte ser solidário

e ouvia-se uma voz
[illegible]a só nem era mais
[illegible]a o vermelho dos cravos
[illegible]os cravos das espingardas
mas eram cravos vermelhos
nas mãos dos velhos
dos moços
das mulheres

da liberdade
era um grito em uníssono
pelas ruas da cidade
era um anúncio
um pulsar
e tantas eram as vozes
a darem voz a tal grito
que o rio nem foi para o mar
veio o Sol rasgar as nuvens
e o vento também nos trouxe
moldada em brisa da tarde
a alegria de haver
um tempo por inventar

hoje chove neste Abril
há tempos feitos de angústia
negrumes de solidão
mas vem intensa uma brisa
que nos traz ao fim da tarde
um arco-íris de esperança
que do vermelho dos cravos
dos cravos das espingardas
do saber ser solidário
volte a fazer deste Abril
um rio que vai para o mar
um rio feito em Abril
corrente de liberdade.

- Jorge Castro
in Contra a Corrente, 2005

LONGA VIDA
A ALFEU FORTE

LAMENTAVELMENTE, por lapso, na última edição d' *O Referencial*, os nossos serviços incluíram o nosso sócio Alfeu Forte nas homenagens aos nossos sócios recentemente falecidos. O lapso foi rapidamente identificado, ficando nós a saber que, felizmente, Alfeu Forte continua entre nós.
Confiante que releve este erro e nos desculpe, fazemos votos de que Alfeu Forte continue entre nós por longos anos, com saúde e tudo o resto de bom.

Um forte abraço amigo e de Abril!

Vasco Lourenço,
presidente da A25A

REGISTÁMOS O FALECIMENTO DOS SEGUINTES ASSOCIADOS:

Sócios Fundadores
Jose Vasquez Limon da Silva Cavaco
Rui da Costa Ferreira

Sócios Efectivos
Valdemar Ferreira Beraldo de Andrade
João Paradela de Oliveira
José Rodrigues Dias
Cândido Graça Matias

Apoiante
Laura Vaz Lopes

Uma sentida homenagem de O Referencial a todos os falecidos, com o nosso mais sentido pesar para todos os familiares e amigos.

ENTREGA DO PROGRAMA
DO MFA NO JORNAL *REPÚBLICA*

Direitos reservados

No descerramento da placa estiveram presentes pela Câmara Municipal de Lisboa os vereadores da Cultura, Diogo Moura, e do Desporto, Higiene Urbana e Proteção C, Ângelo Pereira, e pela Associação 25 de Abril, o vice-presidente da Direcção, coronel Aprígio Ramalho, e o contra-almirante Martins Guerreiro

No meio do turbilhão em que se transformou a redação do *República*, como noutros jornais, nas rádios e na RTP, o jornalista Álvaro Guerra recebeu das mãos do Almirante Martins Guerreiro o Programa do Movimento das Forças Armadas, mas não se apercebeu que se tratava de um documento de importância histórica para a mudança de vida dos portugueses. O momento está perpetuado no número 116 da Rua da Misericórdia, em Lisboa. Martins Guerreiro conta como tudo aconteceu

MARTINS GUERREIRO*

NO DIA 25 DE ABRIL DE 2023, pelas 14h30, no número 116 da Rua da Misericórdia em Lisboa, onde em 1974 era a sede do jornal *República*, foi descerrada uma placa que assinala a entrega pelo então comandante Martins Guerreiro ao jornalista Álvaro Guerra a versão original do Programa do Movimento das Forças Armadas.

Estiveram presentes pela Câmara Municipal de Lisboa os vereadores da Cultura, Diogo Moura, e do Desporto, Higiene Urbana e Proteção C, Ângelo Pereira, e pela Associação 25 de Abril, o vice-presidente da Direcção, coronel Aprígio Ramalho, e o contra-almirante Martins Guerreiro.

Martins Guerreiro contou a história como tinha ocorrido a entrega e porque foi ele a fazê-la.

Em Fevereiro de 1974, Martins Guerreiro e Almada Contreiras chegam ao contacto com Melo Antunes por intermédio do alferes Leal Loureiro. Em duas reuniões, os três acertam as ideias principais do que seria um documento político do movimento militar. Passados alguns dias, num jantar no restaurante O Pote, Melo Antunes apresentou um esboço do que seria o Programa do MFA. Foi fácil o acordo entre os três e combinaram que o programa devia ser tornado público no decorrer da acção militar, independentemente do resultado final. Se a acção saísse vitoriosa, tornar público o programa ajudaria a mobilizar o povo e a clarificar, sem margem para dúvidas, qual era o objetivo da acção militar. Se a acção terminasse com a prisão de muitos dos militares revoltosos, a divulgação do programa, sobretudo no estrangeiro, seria um excelente elemento para a sua defesa e de combate ao regime.

Quando Melo Antunes foi para os Açores, passou à Marinha o código de contacto com o jornalista Álvaro Guerra do jornal *República* – tratava-se da parte de um selo de correio de que Álvaro Guerra tinha a outra parte. Martins Guerreiro e Carlos Contreiras não conheciam o Álvaro Guerra nem ele os conhecia.

ALGO INESPERADO

O posto de comando da Marinha, no 25 de Abril, foi no Centro de Comunicações da Armada, chefiado por Almada Contreiras, que desde muito cedo no dia 25 estaria no seu pos-

to, pelo que a missão da entrega do programa ficou naturalmente para Martins Guerreiro, que prestava serviço na Direcção de Construções Navais, no edifício do Ministério da Marinha, com saída para a rua do Arsenal.
Cerca das 10.30h do dia 25 de Abril, Martins Guerreiro decide que é o momento adequado para a entrega do programa, dirige-se ao *República*. Há um piquete à porta e uma grande agitação, pede que informem Álvaro Guerra de que está ali o homem do selo. Vem a resposta: "Álvaro Guerra não está interessado em filatelia, tem mais que fazer!"
Decide aguardar algum tempo, dá uma volta como previsto se houvesse alguma dificuldade e depois insiste, força a passagem, e o piquete leva-o à presença do Álvaro Guerra, que não se recordava do que tinha combinado com Melo Antunes e estava longe de imaginar do que se tratava, recebe o documento e diz que não tem possibilidade de o publicar na edição do jornal que está em preparação, mas que depois será publicado. Na pressão do imediato de noticiar o desenrolar da acção militar, Álvaro Guerra provavelmente não se apercebeu da importância do documento que acabara de receber.
O programa original do MFA só foi publicado na segunda edição do jornal *República* no dia 26, quando já tinha sido tornada pública a versão final do Programa que tinha sido alterado na Pontinha pelo general Spínola.
Os tempos eram de grande aceleração, as edições dos jornais sucediam-se a grande velocidade, vários jornais publicaram três ou quatro versões diárias.

A IMPRENSA DE LISBOA NOS PRIMEIROS DIAS DA REVOLUÇÃO TEVE UMA TIRAGEM DE MAIS DE UM MILHÃO DE CÓPIAS, CONTRIBUIU DE MANEIRA MARCANTE PARA A INFORMAÇÃO E ESCLARECIMENTO DO POVO

A diferença significativa entre dois dos pontos do programa, alterados na Pontinha, não foi notada na altura por Spínola ou pelos seus homens.
A imprensa de Lisboa nos primeiros dias da revolução teve uma tiragem de mais de um milhão de cópias, contribuiu de maneira marcante para a informação e esclarecimento do povo, alimentando o nascer de uma revolução, de que o programa do MFA foi o documento constituinte fundamental.
Por isso se assinala tal facto, fisicamente, no roteiro do dia 25 de Abril na cidade de Lisboa.

* Capitão de Abril, sócio da A25A

PUBLICIDADE

SERIGRAFIA DE JÚLIO POMAR

Com a serigrafia do Burro a Cantar Fado quis Júlio Pomar homenagear a gesta de Abril quando estavam cumpridos 40 anos sobre a "madrugada inteira e limpa". O quadro original do génio criador foi reproduzido numa edição de 200 exemplares devidamente numerados. As cópias ainda disponíveis podem ser adquiridas na sede da A25A.
Os interessados devem solicitar a reserva através de correio electrónico para secretaria@a25abril.pt ou pelo telefone 21 324 14 20.

ACTIVIDADES DO GRUPO DA LINHA DA ASSOCIAÇÃO 25 DE ABRIL

Direitos reservados

O espírito de Abril mantém-se vivo na Linha graças à intervenção de um Grupo de pessoas que vive profundamente a Revolução dos Cravos

O Grupo da Linha que dinamiza os valores emanados do 25 de Abril nos concelhos de Oeiras e Cascais, e arredores, desenvolveu várias iniciativas em prol do espírito da Revolução

COMECEMOS PELAS PALESTRAS sobre o 25 de Abril realizadas pelo Grupo da Linha em escolas.

O sub-grupo "Escolas", do Grupo da Linha, respondeu a **39** convites para proferir palestras alusivas ao 25 de Abril, no âmbito das disciplinas de História ou de Cidadania, maioritariamente em escolas de Cascais, Oeiras e Amadora. Nas palestras são descritos os antecedentes, a preparação e as operações militares do dia 25 de Abril, sendo sublinhada a utilização de métodos democráticos pelos militares do 25 Abril e sublinhada a responsabilidade individual na participação na vida em sociedade como um dos principais valores que o 25 de Abril nos legou.

A actividade decorreu predominantemente nos meses de Março e Abril, à semelhança dos anos anteriores. Estiveram envolvidos **2094** alunos de **81** turmas, com a colaboração de **123** professores. No quadro anexo, dá-se nota pormenorizada do esforço desenvolvido.

Recolheu-se a ideia de que o 25 de Abril se mantém como referência viva nas escolas que foram visitadas, traduzida, desde logo, no empenho dos professores na sua divulgação e, por exemplo, na realização de exposições alusivas, instaladas nos espaços comuns, e da realização de trabalhos alusivos feitos pelos alunos.

COMUNIDADES ABRIL

O Grupo da Linha também contribuiu, fortemente, para a criação da plataforma Comunidade de Abril que apela à intervenção nos seguintes sectores da vida em sociedade:

- O Serviço Público
- A Comunicação Social
- O combate à ideologia neoliberal
- A cooperação mundial em paz
- A democracia participativa

O seu referencial é a Constituição da República Portuguesa. O seu âmbito de actuação é o da democracia participativa. Opõem-se à ideologia neoliberal e à guerra.

WEBINAR

O *Webinar* "Pensar a Educação, apostar no Futuro" realizou-se no dia 22 de Março, em parceria com as Comunidades de ABRIL, contando com a participação dos professores Margarida Gil, Vladimiro Campos e Cláudia Neves. O mote para a defesa da escola pública foi:

Escolas bem equipadas, com professores motivados, com recursos humanos suficientes, com regras bem estabelecidas, com ensino de qualidade. Em suma, um lugar onde as liberdades, direitos e garantias de todos os elementos

estejam assegurados. O lugar onde se constrói um país sustentável e democrático!

PRESOS POLÍTICOS DE CAXIAS

O Grupo marcou presença na cerimónia evocativa da libertação dos presos políticos da prisão de Caxias, em 27 de Abril de 1974. A cerimónia foi promovida pela URAP – União dos Resistentes Antifascistas Portugueses – e realizou-se junto ao respectivo monumento, sito na proximidade da estação da CP. À semelhança dos anos anteriores, o enquadramento dado à iniciativa envolveu os libertados e os libertadores.

ALMOÇO DE CONVÍVIO

O Almoço de convívio evocativo do 49.º aniversário do 25 de Abril realizou-se em Paço de Arcos. O evento foi organizado pelo Grupo da Linha da ASSOCIAÇÃO 25 DE ABRIL, pela RCO (Rede de Cidadania de Oeiras) e pela MAPA (Associação Cultural de Oeiras), tendo-se realizado, no dia 29 de Abril, num restaurante de Paço de Arcos, com 80 presenças. Fizeram-se representar as seguintes associações que desenvolvem a sua actividade no concelho de Oeiras:

- Desenhando Sonhos
- Espaço e Memória
- Evoluir Oeiras
- Vamos Salvar o Jamor
- Comunidades Abril

Com a presença destas associações, a tradição do almoço viu-se renovada. O espírito que presidiu foi e é o da convergência e da articulação de diferentes visões, contributos e pensamentos para se atingirem objectivos maiores do interesse de todos. Esse é o espírito e o significado de Abril que vai muito para além de interesses específicos e limitados de cada grupo ou organização.

REDE DE CIDADANIA DE OEIRAS

No âmbito da ligação estreita e permanente com a Rede de Cidadania de Oeiras - RCO, houve a oportunidade de participar nas seguintes sessões promovidas por essa associação, no âmbito da sua programação mensal, sob o título "À Conversa com":

- Renata Longo, sobre «Práticas Seguras no Acesso à Internet», na Galeria Verney em 28 de Janeiro
- Sampaio da Nóvoa e Pilar Del Rio, «Ensaio sobre o Futuro», em 25 de Fevereiro, no Templo da Poesia
- João Vasconcelos Costa, sobre «A Saúde Pública - Lições da Pandemia», em 25 Março, na Galeria Verney
- Tito Cerqueira, sobre «Soberania No Mar», em 27 de Maio, *online*

PUBLICIDADE

VINHO DO PORTO COMEMORATIVO

Produziu o Barão de Vilar um Porto Reserva Tawny com estágio durante 7 anos em cascos de madeira adquirindo uma textura suave com um intenso e complexo aroma. Daqui se extraiu uma série de garrafas especialmente para a A25A assinalar os 40 anos do 25 de Abril. Pronto a beber o Porto Tawny ganha outra vida com a idade. Como Abril é necessário saborear e conservar os seus valores. Os interessados poderão adquirir as garrafas ainda disponíveis através de correio electrónico para a25a.sec@25abril.org ou pelo telefone 21 324 14 20.

REFERENCIAL EM EDIÇÃO ESPECIAL APRESENTADO NA A25A

Presentes na Apresentação da revista (da esquerda para a direita): Jorge Golias, Fátima Lopes Cardoso, Vasco Lourenço, Dulce Afonso, José Fanha e Pedro Branco

Número 149 foi lançado publicamente, no dia 6 de setembro, com caderno dedicado aos 50 anos da Conspiração

COM UM SUPLEMENTO especial dedicado ao 50.º aniversário da Conspiração, o número 149 d'*O Referencial* foi apresentado aos leitores no dia 6 de setembro, em sessão realizada da sede da Associação 25 de Abril (A25A), sem a presença habitual do seu diretor, coronel Aniceto Afonso, por motivos de saúde.

Coube a Dulce Afonso, da Direção da A25A, a apresentação dos conteúdos da revista, tendo destacado os cerca de 30 textos dedicados aos 50 anos da Conspiração, sendo a maioria escrita, em exclusivo, por quem viveu aquele momento histórico que significou o arranque do Movimento das Forças Armadas que culminaria na Revolução do 25 de Abril. Dulce Afonso explicou também que outros textos sobre o tema foram escritos e publicados no *site* da A25A, por terem chegado à redação já fora de prazo ou, então, porque a extensão desaconselhava a edição em papel.

Seguiu-se a apresentação da rúbrica "Abril e os jovens" pela professora Fátima Lopes Cardoso, que, ao contrário do que tem sido habitual, não esteve acompanhada pelos alunos da Escola Superior de Comunicação Social do Instituto Politécnico de Lisboa que assinavam textos naquele número, numa parceria com a revista *O Referencial* que tem vindo a ser desenvolvida há mais de um ano.

Jorge Golias apresentou a rúbrica "Cartas aos netos", de que é coordenador, tendo contado com a participação de um avô que contribuiu com um texto para quele número – José Manuel Barroso, destacado jornalista da nossa praça, o único capitão miliciano que, na Guiné, em 1973, participou na Conspiração e na preparação da Revolução 25 de Abril. Foi um momento muito emotivo, com José Manuel Barroso a contar histórias do seu avô que agora transmite ao neto.

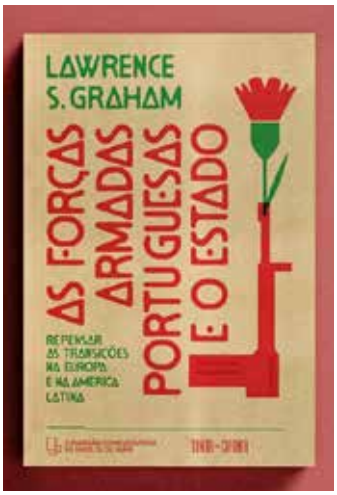
Jorge Golias apresentou, depois, a rúbrica "Figuras de Abril", por ausência do respetivo coordenador, Sousa e Castro. O presidente da A25A, Vasco Lourenço, que no início tinha dado a todos as boas-vindas, interveio naquele momento, para enaltecer o testemunho de Stela Barreto, mulher do general Franco Charais, a figura de Abril em destaque naquele número. Para Vasco Lourenço, o texto escrito por Stela Barreto sobre o general é uma "obra de arte".

Como tem sido costume, a apresentação d'*O Referencial* é uma iniciativa sempre enriquecida com música e poesia. Naquele dia, os presentes tiveram o privilégio de apreciar os poemas de José Fanha, que colabora com a revista na rúbrica "Arte e Poesia", ditos pelo próprio, tendo protagonizado um momento de especial emoção quando leu o poema dedicado ao seu filho mais velho. A parte musical foi da responsabilidade de Pedro Branco, filho de José Mário Branco. Cantou poemas com música do seu próprio espólio artístico e também uma canção do seu pai, "A ronda do soldadinho" que a todos entusiasmou.

"AS FORÇAS ARMADAS PORTUGUESAS E O ESTADO"

Livro agora reeditado em português, da autoria do politólogo norte-americano Lawrence S. Graham, foi publicado pela primeira vez em 1993

TENDO COMO PANO de fundo a Revolução de 25 de abril de 1974, a obra, de 1993, foca-se na relação entre as Forças Armadas e o Estado durante a transição e a consolidação democráticas em Portugal. O politólogo norte-americano Lawrence S. Graham apresenta o caso português numa perspetiva comparada com a América Latina e a Europa de Leste, e como ponto de partida para uma análise mais geral e transnacional de padrões de relação entre militares e democracia. A obra chegou às livrarias no dia 21 de setembro, e é o terceiro volume da coleção "O 25 de Abril visto de fora".



A historiadora Maria Inácia Rezola, Comissária Executiva da Comissão Comemorativa 50 anos 25 de Abril, explica: "As Comemorações dos 50 anos do 25 de Abril iniciam agora uma nova fase, em que nos debruçaremos sobre o papel central que os militares desempenharam no caminho que levou ao derrube da ditadura e, posteriormente, na construção da democracia portuguesa. Esta é uma obra essencial para enquadrar o caso português num contexto global."

Para António Costa Pinto, coordenador da coleção e investigador coordenador no Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, "este é um livro pioneiro sobre os militares e a consolidação da democracia portuguesa, finalmente traduzido em português.

Publicado nos EUA pela Westview Press em 1993, prossegue António Costa Pinto, a obra "coroa uma série de estudos académicos (e também jornalísticos) sobre a ação política dos militares portugueses".

O 25 de Abril apanhou de surpresa o mundo político e académico internacional da década de 1970, e os primeiros estudos sérios sobre o caso português foram da autoria de estudiosos estrangeiros, quando o mundo académico português ainda era incipiente. Nesta obra, Graham aborda o papel dos militares na consolidação democrática numa perspetiva comparada."

Direitos reservados

BOÉMIA EVOCA 50 ANOS DE ABRIL

A A25A apoiou o grupo Boémia na edição do seu novo disco *Génese*

TRATA-SE DE UM disco com novas canções alusivas ao 25 de Abril, com que alguns já "velhos" cantores de intervenção, a que se juntaram outros mais novos, quiseram evocar os 50 anos dessa madrugada libertadora e inesquecível.

A música e em especial a canção continuam a sua ação cívica por um país livre, solidário e em paz.

O novo álbum *Génese* dos Boémia está disponível e conta com o apoio da RDP/Antena 1, do Fundo Cultural da SPA, da Associação 25 de Abril e visa celebrar os 50 anos do 25 de Abril.

A antecipar o novo trabalho a 24 de Abril, foi revelado o primeiro single, "Precípuo dia hasteado," com edição em todas as plataformas digitais.

Génese apresenta 14 novas canções escritas por Rogério Oliveira que revisita acontecimentos do Estado Novo ao 25 de Novembro. Com o cariz popular, já característico do som dos Boémia e sob os astros dos nossos grandes cantautores, os arranjos ficaram a cargo de Marco Ferreira e a produção de José Salgueiro.

Juntam-se a viva voz, para partilhar duas dessas novas canções, Fausto Bordalo Dias, na polémica temática da reforma agrária no tema *Zira*, e Zeca Medeiros, no conturbado 11 de Março em *A Míope Luneta*.

DEPOIS DE 25 DE NOVEMBRO

A OBRA DE RIBEIRO CARDOSO, *25 de novembro, o depois*, foi apresentada na Associação 25 de Abril a 19 de setembro. A sala encheu-se completamente para ouvir o coronel Matos Gomes a quem coube oferecer uma reflexão sobre o livro do jornalista recentemente falecido. Ribeiro Cardoso, profissional da comunicação na imprensa e televisão, colaborou com *O Referencial* e participou em várias iniciativas da A25A. Nesta fase publicou dois livros fundamentais para a compreensão do que ocorreu no 25 de novembro de 1975 nos órgãos de comunicação estatizados e a tentativa golpista de 7 de setembro de 1974 em Moçambique. Concluído e pronto para publicar desde 2021 estava um terceiro livro com testemunhos inéditos dos militares que viveram o 25 de novembro, agora apresentado publicamente.

OFERTAS À A25A

Cercal do Alentejo - notas para a sua História" de António Martins Quaresma, oferta da Escola Básica do Cercal do Alentejo nº.
A caminho do 25 de Abril - 50 anos, oferta da URAP
Elas estiveram nas prisões do fascismo, oferta da URAP
Os presos e as prisões políticas na Angra do Heroísmo-1933-1943 oferta da URAP
La politique Militaire de la V République e *La pensée Militaire Allemande*, oferta de Alberto Teixeira Ribeiro

ALBERTO TEIXEIRA RIBEIRO, um agradecimento especial a este nosso associado pelas centenas de volumes de enorme valor bibliográfico oferecido.

CONCURSO HISTÓRIA MILITAR E JUVENTUDE 2024

A iniciativa tem por objetivo fomentar o gosto pela História Militar de Portugal entre as crianças e jovens, dos 10 aos 19 anos

DE 15 DE SETEMBRO de 2023 (Dia internacional da Democracia) a 19 de abril de 2024, decorre a 4.ª edição do Concurso História Militar e Juventude, subordinada ao tema: *O 25 de Abril na minha terra*.

A iniciativa tem por objetivo fomentar o gosto pela História Militar de Portugal entre as crianças e jovens, dos 10 aos 19 anos, que frequentam o 2.º e 3.º ciclos e o secundário (regular e profissional). A receção dos trabalhos a concurso será feita, de acordo com o grupo etário/ciclo dos seus autores, entre 28 de abril e 19 de maio.

Este concurso, organizado pela Comissão Portuguesa de História Militar (CPHM) e pela Associação de Professores de História (APH), mais uma vez conta com a Comissão Comemorativa dos 50 anos do 25 de Abril como parceira e com o Plano Nacional de Leitura 2027, a Associação dos Municípios Portugueses, a Associação 25 de Abril e a Liga dos combatentes como apoios.

Para mais informação consulte o seguinte *link*: https://www.defesa.gov.pt/pt/defesa/organizacao/comissoes/cphm/acphm/atividades/outrasatividades/Paginas/default.aspx

O REFERENCIAL

Propriedade da Associação 25 de Abril – Pessoa colectiva de utilidade pública (Declaração . 104/2002, DR II Série, n.º 9 de 18 de Abril) · Membro Honorário da Ordem da Liberdade | Presidente da direcção: Vasco Lourenço | Director: Aniceto Afonso | Editor: Licínio Lima| Colaborador: José Armando Lopes | Conselho Editorial: Alexandre Manuel, Amadeu Garcia dos Santos, André Freire, António Morais Sarmento Brotas, Armando José Garcia Pires, Carlos Branco, Carlos Manuel Serpa Matos Gomes, João Bosco Mota Amaral, João Ferreira do Amaral, José Barata-Moura, José Manuel Pureza, José Viriato Soromenho-Marques, Luís Augusto Sequeira, Maria Inácia Rezola, Maria José Casa-Nova, Maria Manuela Cruzeiro, Pedro Pezarat Correia, Vasco Lourenço | Fotografia: Agência Lusa | Sede nacional, administração e redacção: Rua da Misericórdia, 95 - 1200-271 LISBOA - Telefone: 213 241 420 - Endereço electrónico: oreferencial@a25abril.pt | https://a25abril.pt/ | https://guerracolonial.pt | delegação do norte: Escadas do Barredo, 120, r/c, esq.- 4050-092 PORTO - Telefone/fax: 222 031 197 - Endereço electrónico: delnorte@a25bril.pt | delegação do centro Apartado 3041 - 3001-401 COIMBRA | delegação do Alentejo Bairro da Esperança Edifício 2 – Bloco 3, loja r/c 7560-145 GRÂNDOLA | delegação do Canadá - Associação Cultural 25 de Abril (Toronto) - Núcleo Capitão Salgueiro Maia - 1117 Queen Street West Toronto, Ontario M6J 3P4 Canadá | Edição gráfica: atelier VCARDOSO, Design & Edições Av. Infante Santo, 61 - 4.º Esq. - 1350 - 177 Lisboa | Impressão e acabamento: NORPRINT

Nos termos da Lei, o conteúdo dos textos assinados são da exclusiva responsabilidade dos seus autores, sendo a edição e a paginação, que inclui a escolha de fotografias e de infografias, da responsabilidade d'*O Referencial*

O PRAZER DO CAFÉ ESTÁ NO RITUAL

AGORA TAMBÉM EM GRÃO

PUB

Montepio SAÚDE

Seguimos a sua saúde de perto

Saúde, qualidade de vida e bem estar dependem do equilíbrio entre o corpo e a mente. Por isso, e para que os nossos associados usufruam dos melhores serviços e cuidados de saúde, desenvolvemos soluções especializadas, prontas a responder a todas as fases da vida.
Do Plano Montepio Saúde aos cuidados prestados pela Residências Montepio, passando pelo apoio domiciliário ou pela teleassistência, reunimos respostas completas que podem fazer muito por si e pelos seus.

Montepio
Associação Mutualista
Juntos por todos

Saiba tudo em
montepio.org/saude

Montepio Geral Associação Mutualista . IPSS . DGSS n.º 3/81 . NIPC 500 766 681
Sede: Rua Áurea, 219 a 241 . 1100-02 Lisboa